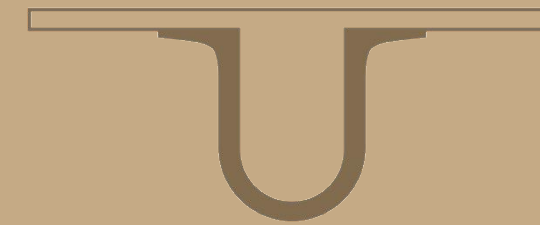




UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Marta Carolina Oliveira Fonseca

**A PERCEÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE A
CAPACIDADE DE INCLUSÃO DOS CLDS 3G**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social orientada pela Professora Doutora
Clara Maria Rodrigues da Cruz Silva Santos e apresentada Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação.

Setembro de 2018

Marta Carolina Oliveira Fonseca

A perceção dos/as Assistentes Sociais sobre a capacidade de inclusão dos CLDS 3G

Dissertação no âmbito do Mestrado em Serviço Social orientada pela Professora Doutora Clara
Maria Rodrigues da Cruz Silva Santos e apresentada Faculdade de Psicologia e Ciências da
Educação.

Setembro de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Lista de siglas

C.L.D.S. 3G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social - 3.^a Geração

C.L.A.S. – Conselho Local de Ação Social

C.N.A.I – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

C.N.E.S. – Conselho Nacional para a Economia Social

D.L.D. – Desemprego de Longa Duração

E.C.L.P – Entidade Coordenadora Local de Parceria

E.L.E.A – Entidade Local Executora das Ações

G.I.P – Gabinete de Inserção Profissional

I.P.S.S. – Instituição Particular de Solidariedade Social

M.A.E – Medidas Ativas de Emprego

P.O. I.S.E. – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

R.L.I.S – Rede Local de Intervenção Social

R.S.I. – Rendimento Social de Inclusão

S.N.I.P.I. – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

U.E. – União Europeia

Agradecimentos

Agradeço a todos/as profissionais que despenderam um pouco do seu tempo para colaborarem neste trabalho, por toda a disponibilidade e apoio que demonstraram.

Agradeço à Professora Doutora Clara Cruz Santos, pelo apoio e ajuda ao longo deste caminho.

Agradeço à minha família, e a quem sempre me apoiou e ajudou, e que fez com tudo ficasse mais fácil.

A todos/as, o meu muito obrigada!

Resumo

Desde a sua fundação, a U.E. tem vindo a desenvolver programas e projetos financiados, que visam minimizar as diferenças existentes entre os países em várias áreas, entre elas, a área social. No atual quadro comunitário, Europa 2020, para a intervenção social, destaca-se o PO ISE, onde se enquadram diversos projetos, de acordo com os objetivos e prioridades de investimento deste programa operacional. Entre eles, destacam-se os CLDS 3G, como continuação dos pré-existentes Contratos Locais de Desenvolvimento Social, e visam a intervenção social a nível municipal em diversos eixos temáticos.

A problemática da pobreza, em relação com a exclusão social, é entendida como um fenómeno multidimensional, com várias perspetivas teóricas. De entre elas, destaca-se a perspetiva de Costa (*et al*, 2008), que enquadra a problemática nos domínios económico, das relações sociais, territorial, institucional e simbólico.

Procurou-se, nesta senda, estudar a capacidade de inclusão dos CLDS 3G, de acordo com a perspetiva dos/as Assistentes Sociais, recorrendo a entrevistas semiestruturadas, analisadas através da técnica de análise de conteúdo, e, ainda com recurso à análise secundária de estatísticas recolhidas através da plataforma PORDATA. Concluiu-se que, apesar de estes projetos terem relativa flexibilidade no seu desenvolvimento, e trazerem inúmeros benefícios para as comunidades em que se enquadram, a forma como as M.A.E. são encaradas enquanto indicador de resultado, pode não trazer, por si só, a efetiva inclusão das pessoas desempregadas em situação de pobreza e exclusão social. Para além disso, verificou-se a pouca adaptabilidade deste indicador à realidade de um dos territórios. Contudo, destaca-se a importância destes projetos na intervenção ao nível do domínio institucional, das relações sociais e simbólico, possível pela proximidade que têm com a população e pela complementaridade face à Rede Local.

Palavras-chave: CLDS 3G; PO ISE; pobreza; exclusão social; projeto;

Abstract

Since its foundation, the European Union has been developing programmes and projects that intend to minimize the differences between countries in several subjects, such as social equality. In the current community framework, Europe 2020 strategy, and in particular for social intervention, it stands out the Operational Program for Social Inclusion and Employment, in which many projects are developed, according to its goals and investment priorities. Among others, the third generation of the Local Contracts for Social Development, as continuation of the pre-existent projects, intends to work on the social intervention, at a territorial level, on several thematic subjects.

Poverty, in relation with social exclusion, is understood as a multidimensional problem, with several theoretical perspectives. Among them, Costa (*et al*, 2008), frames poverty on economic, social, territorial, institutional and symbolic domains.

It has been looked for study the social inclusion capability of the third generation of the Local Contracts for Social Development projects, according to social workers perspective, using half structured interviews, analysed through the technique of content analysis; it was also used the secondary statistics analysis, from PORDATA platform.

It was concluded that, despite those projects have some flexibility on its development, and bring much benefit to the local communities, the way that active employment policies are seen as an indicator, may not bring, by itself, the effective social inclusion of unemployed people, that are on poverty or social exclusion situation.

It was verified the lack of adaptability of this indicator to the local reality as well. Despite of that, it was underlined the importance of those kind of projects in intervention on institutional domain, as well as social domain and symbolic domain of social inclusion, only possible because of the proximity relation to the population, as well as to the complementarity to the Local Social Network.

Key-words: CLDS 3G; PO ISE; poverty; social exclusion; project

Résumé

Depuis sa création, l'Union Européenne a mis au point des programmes et des projets financés visant à minimiser les différences entre les pays dans divers domaines, y compris le domaine social. Dans le cadre communautaire actuel, Europe 2020, pour l'intervention sociale, le Programme Opérationnel Inclusion Sociale et Emploi se distingue par un certain nombre de projets, conformément aux objectifs et aux priorités d'investissement de ce programme opérationnel. Parmi ceux-là, les Contrat Social de Développement Social 3G se différencient par la continuité des contrats locaux de développement social préexistants et visent une intervention sociale au niveau municipal sur plusieurs axes thématiques.

Le problème de la pauvreté, en relation avec l'exclusion sociale, est compris comme un phénomène multidimensionnel, avec plusieurs perspectives théoriques, parmi lesquelles on met en relief la perspective de Costa (*et al*, 2008), qui encadre la problématique dans les domaines économique, social, territorial, institutionnel et symbolique.

De cette façon, nous avons tenté d'étudier la capacité d'inclusion des Contrat Social de Développement Social 3G, selon la perspective des assistants sociaux, en utilisant des entretiens semi-structurés, analysés à travers la technique de l'analyse de contenu, et en utilisant également une analyse secondaire de statistiques collectées via la plateforme PORDATA. Il a été conclu que, bien que ces projets soient relativement flexibles dans leur développement et apportent de nombreux avantages aux communautés dans lesquelles ils se situent, la manière dont les Politiques Actives d'Emploi sont considérées comme un indicateur de résultat, peut en soi ne pas aboutir à l'inclusion effective des chômeurs dans une situation de pauvreté et d'exclusion sociale. En outre, cet indicateur n'était guère adaptable à la réalité de l'un des territoires. Cependant, l'importance de ces projets dans l'intervention au niveau du domaine institutionnel, des relations sociales et symboliques, est possible grâce à la proximité qu'ils ont avec la population et par la complémentarité avec le Réseau Local.

Mots-clés: CLDS 3G; PO ISE; pauvreté; exclusion sociale; projet

Índice Geral

Introdução.....	2
PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCETUAL	4
Capítulo 1 – Políticas Europeias e Fundos Comunitários	4
1. A Europa: 2020: Os pressupostos socioeconómicos da Agenda 2020.....	8
2. Portugal e a Europa: Medidas e Programas de Inclusão e Desenvolvimento Social Europeu.....	10
3. Contratos Locais de Desenvolvimento Social	15
Capítulo 2- Pobreza, Exclusão Social e os desafios da intervenção profissional no âmbito dos CLDS	18
2. O Serviço Social	27
PARTE II – EQUADRAMENTO METODOLÓGICO	31
Capítulo 1 – Objeto de Estudo, Objetivos e Modelo de Análise.....	31
1. Objeto e Objetivos de estudo.....	32
1. Modelo de análise.....	32
Capítulo 2 – Métodos e Procedimentos Metodológicos.....	34
1. Campo de Investigação e Instrumentos de Recolha de Dados	35
1.1. Instrumentos de Recolha de Dados	35
1.2. Análise secundária de estatísticas	36
2. Procedimentos Empíricos	36
Capítulo 3 – Apresentação e Discussão dos Resultados.....	38
1. Os objetivos do PO ISE e a atuação e objetivos dos CLDS 3G.....	38
2. Os fundos comunitários e a atividade das entidades coordenadoras	41
3. Capacidade de inclusão de pessoas em situação de pobreza e exclusão social... ..	42
4. Análise secundária de estatísticas.....	48
Discussão dos resultados e Considerações finais.	51
Referências Bibliográficas.....	55
APÊNDICES	60

Introdução

Portugal, enquanto integrante de uma comunidade supranacional, tem vindo a beneficiar dos Programas Operacionais da União Europeia, através de programas, projetos e medidas destinadas ao desenvolvimento social e combate à pobreza e exclusão social. No último quadro de apoio Europeu a Portugal (Portugal 2020), destacam-se os principais objetivos de reforço: aumento das exportações, o incentivo à produção de bens e serviços transacionáveis, o cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade, a redução abandono escolar em idade precoce, a adequada transferência de resultados científicos para o tecido produtivo; destacam-se também a integração social de pessoas em situação de risco de pobreza de forma a combater a exclusão social, a eficiente gestão de recursos, promovendo o desenvolvimento sustentável, a modernização, capacitação e racionalização da administração pública, e o reforço da coesão territorial, especialmente em zonas de baixa densidade. Assim, entende-se que o Portugal 2020 procura o desenvolvimento integrado do país, não apenas na área social, mas em todas as faces do desenvolvimento económico e territorial sustentável.

Nesta perspetiva, o Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), vem no sentido do cumprimento dos objetivos anteriormente enumerados que procuram o desenvolvimento social e territorial, criando um conjunto de projetos com vista à promoção da sustentabilidade qualidade do emprego, bem como a inclusão social, combatendo a pobreza e a exclusão social. Ao longo da execução do Portugal 2020, e segundo dados da Comissão Europeia, os níveis de pobreza e exclusão social têm vindo a decrescer significativamente. Fruto também de outros fatores (como uma conjuntura económica e social favorável), o presente quadro comunitário tem também trabalhado neste sentido, incentivando a inclusão social e o combate à pobreza no nosso país.

Os CLDS 3G, enquadrados no PO ISE, configuram-se como projetos de intervenção social, com atuação próxima das populações, e capazes de dar respostas diferentes aos problemas emergentes, complementando serviços públicos e privados que já atuam na área social, e cuja atuação poderá ter contribuído para os dados supra. Estes, enquanto continuação de outras gerações do mesmo projeto, caracterizam-se por serem constituídos por equipas multidisciplinares, com representação e forte atuação de várias entidades locais, e com ações e respostas específicas para o que são entendidas como sendo as principais problemáticas daquele território.

Sendo a pobreza e exclusão social problemáticas multicontextuais e multifatoriais, e tendo em conta a importância e crescente expressão que os CLDS têm vindo a adquirir, revelou-se pertinente estudar a capacidade de inclusão destes projetos, na perspetiva de profissionais qualificados/as e capacitados/as para trabalhar com estas questões por excelência: os/as assistentes sociais. Assim, para além da abordagem feita a estes projetos e às problemáticas descritas, pretendeu-se dar voz a profissionais que trabalham diretamente com estas questões, e cuja ação política é muitas vezes menosprezada, mas de capital importância. Pretendeu-se valorizar as posições e ouvir estes/as profissionais, garantindo uma perspetiva profissional contextualizada e fundamentada nos conhecimentos teóricos de base de cada um/a.

O objeto de estudo desta dissertação centra-se na avaliação destes projetos, problematizando a sua capacidade de inclusão em problemáticas como a pobreza e exclusão social através das perspetivas de assistentes sociais que neles exercem funções. Por sua vez, o objetivo deste estudo pretende compreender de que forma é que as medidas operacionalizadas pelos CLDS 3G estudados, contribuem para a inclusão das famílias em situação de pobreza, na perspetiva destes/as profissionais.

Para tal, a metodologia utilizada para recolha de dados foi a entrevista semiestruturada, tratada através da técnica de análise de conteúdo. De forma a complementar os dados recolhidos, procedeu-se à análise secundária de estatísticas, consultadas na plataforma PORDATA.

Este trabalho divide-se em duas partes distintas. Na primeira parte é feito um enquadramento teórico das questões em estudo, através de dois capítulos: o primeiro dedicado às políticas europeias, e o segundo à pobreza e exclusão social. A segunda parte, que engloba o enquadramento metodológico, assim como a discussão e apresentação dos resultados obtidos, é constituída por três capítulos: o primeiro, dedicado ao objeto do presente estudo, assim aos seus objetivos e ao modelo de análise utilizado; o segundo com enfoque nos métodos e procedimentos metodológicos, e o terceiro e último para apresentação dos resultados obtidos.

PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Capítulo 1 – Políticas Europeias e Fundos Comunitários

Fruto do processo da Modernidade, documentos como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, salientam a importância do Estado Social e da implementação de um sistema de segurança social nos diversos países (Loureiro, 2010). Estes documentos representam o percurso percorrido pelas democracias ocidentais no sentido de instituir como inalienável o respeito pelos direitos humanos e orientando, igualmente, para indicadores que balizam o respeito ou desrespeito pela dignidade humana.

Neste contexto, a União Europeia afigura-se como uma organização democrática, que tem como princípios fundamentais a liberdade e o respeito pelos Direitos Humanos e pelo Estado de Direito, procurando aprofundar a solidariedade entre os povos e o respetivo progresso económico e social, não divorciado do desenvolvimento sustentável (Henriques, 2012; Götting, 1996). Partindo destes pressupostos, salientamos documentos como a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (Loureiro, 2010), que sublinha os grandes direitos dos cidadãos, no que diz respeito a aspetos como a igualdade, dignidade ou solidariedade; ou, citando Velasco (1973), a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais (Touraine, 2005; Borchardt, 2011; Álvares, 2007), com os mesmos objetivos, embora com um enfoque mais direto sobre estas questões.

Esta organização aparece assim como uma forma de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, na sequência dos esforços que já tinham vindo a ser feitos no passado, assim como a segurança e a identidade nacional (Borchardt, 2011; Álvares, 2007).

Partindo de uma contextualização histórica, salienta-se que, como definido no Tratado de Roma, a Comunidade Económica Europeia (C.E.E.) (organização precedente da União Europeia) tinha por base uma união aduaneira, que se complementa numa política comercial comum, sem descorar as regras da concorrência, no sentido em que cada país se deve especializar naquilo que tem mais condições para produzir (Álvares, 2007; Leibfried & Pierson, 1991). Este Tratado estabelece também um Fundo para a

Política Social, que funciona como contraponto para os efeitos negativos do Mercado (Álvares, 2007). A Política Social surge como uma competência partilhada por todos os Estados, sendo que compete à U.E. a coordenação desta, assim como de políticas económicas e de emprego, complementando a ação dos Estados-Membros (Álvares, 2007). Para evitar um desequilíbrio entre as diversas regiões, começam a surgir, em 1975, apoios para o desenvolvimento de cada uma. Neste ano surge o primeiro Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, com uma natureza apenas experimental e com um grande enfoque na investigação. Durou até 1980 e teve uma expressão limitada em Portugal, principalmente devido ao facto do nosso país apenas ter aderido à C.E.E. em 1986. O segundo Programa vigorou entre 1984 e 1989, e o terceiro entre 1989 e 1994, sendo este último pautado por uma grelha concetual bem definida, com uma filosofia de investigação-ação e uma visão multidimensional numa lógica de parceria. (Organização Internacional do Trabalho, 2003). O III Programa de Luta Contra a Pobreza tem ainda uma base local e territorial, com o objetivo de transformar os contextos em que atua (*idem*).

Como novos investimentos frutos do Tratado de Maastricht, Silva (2010) destaca também os que dizem respeito à coesão social, com o objetivo de prosseguir com o trabalho de redução das assimetrias entre os diversos territórios. Foram, nesta altura, alvos de investimento dos fundos comunitários áreas como a educação e formação profissional (como o programa Erasmus), a investigação e desenvolvimento tecnológico, o ambiente, a política comercial externa, a cultura, a proteção dos consumidores e a política industrial.

O Tratado de Maastricht, em 1992, trouxe também o nascimento da U.E. como hoje é entendida, tendo sido estabelecidos os seus três pilares fundamentais (Silva, 2010). O primeiro pilar tem a ver com as **competências da Comunidade Europeia**, tanto a nível material como institucional, passando a serem prioridades o estabelecimento de uma união económica e monetária e o investimento em novas áreas, como a educação, a saúde ou a inclusão social (*idem*). O segundo pilar tem a ver com a **Política Externa e a Segurança Comum**, e o terceiro com a **cooperação em domínios como a justiça e assuntos internos** (*idem*).

Já em 13 de dezembro de 2007, destaca-se a ratificação do Tratado de Lisboa concetualizando a União Europeia (doravante designada por U.E.) como uma comunidade que se caracteriza pelo pluralismo, pela não discriminação, pela tolerância, pela justiça, pela igualdade de género e pela solidariedade (artigo 2º do mesmo

documento). Acrescenta ainda a possibilidade de penalização dos Estados em caso de violação dos direitos humanos, sendo proibida qualquer forma de discriminação (Costa, 2010). Na senda deste objetivo, foram estabelecidas regras e princípios com o intuito da proteção do bem-estar dos cidadãos, nomeadamente no que concerne ao combate ao desemprego, à inclusão social, à proteção dos consumidores, à saúde pública e à proteção ambiental. Foram também implementadas diretrizes de transparência e de proximidade, no que diz respeito aos atos da U.E.

Tal como estabelece o artigo 5.º do Tratado de Lisboa, as competências da U.E. são concedidas pelo princípio da atribuição, pelo que esta organização apenas adquire as competências atribuídas pelos Estados-membros.

As competências da U.E. abrangem também áreas muito diversas, nomeadamente a área económica (sendo a sua expressão mais visível a criação de um Mercado comum e a moeda única, coordenando as políticas de cada Estado de tal forma a que estas não provoquem um desequilíbrio no mercado interno) e a área política (nomeadamente em termos judiciais, de proteção da cidadania e dos interesses e direitos dos cidadãos). A atuação da U.E. na área social tem ainda o intuito de que a integração dos diversos países não se limite à área económica, incentivando ao desenvolvimento de estratégias de emprego e de qualificação e formação das populações (Borchardt, 2011) e implementando estratégias para a coesão e igualdade (Leibfried & Pierson, 1991). Álvares (2007) faz uma divisão distinta das políticas europeias, entendendo que estas se dividem em dois grandes grupos: as políticas de coesão ou de solidariedade, que englobam tudo o que tem a ver com o âmbito regional, seja agrícola ou social; e as políticas de inovação, focadas nos desafios para o desenvolvimento tecnológico, investigação, ambiente, saúde, entre outros.

Apesar dos progressos diferenciados entre os países, Touraine (2005) entende que, até ao início do presente século, esteve presente a ideia de que a nacionalização do poder económico seria uma mais-valia para o crescimento e equilíbrio de um país, ao contrário do que veio a acontecer posteriormente.

Apesar do efeito da globalização que hoje se verifica, resultando em mudanças gerais em toda a Europa, Hespanha (2008) salienta que ainda se denota uma grande disparidade entre os diferentes países, nomeadamente no que diz respeito às políticas sociais nos países do sul, daí a necessidade de investimento de forma a diminuir estas assimetrias. O autor entende, contudo, que estes esforços têm sido proveitosos, já que se

verifica uma “crescente europeização das políticas”. Por sua vez, Leibfried e Pierson (1991) afirmam que, ao nível social, foram dados apenas pequenos passos na construção de políticas ao nível comunitário, quer no que diz respeito às diretrizes para os diferentes países, quer ao nível direto na vida dos cidadãos.

O F.E.D.E.R. e o Fundo Social Europeu (F.S.E.) constituem os dois principais Fundos Estruturais da U.E.¹. Segundo Schulz (2017), o F.S.E. pretende

“melhorar as oportunidades de emprego, reforçar a inclusão social, combater a pobreza, promover a educação, as competências e a aprendizagem ao longo da vida, assim como desenvolver políticas de inclusão ativas, abrangentes e sustentáveis” (p. 1).

de forma a fomentar a inclusão social. Contudo, Leibfried e Pierson (1991) entendem que estes não se orientam para a garantia dos direitos sociais, mas antes oferecem proteção contra determinados riscos inerentes ao funcionamento do Mercado, sendo profundamente centrados num determinado território, normalmente em países da periferia da U.E.. No caso português, desde a entrada do país na C.E.E., em 1986, que os fundos comunitários começaram a ter um elevado impacto na economia e no desenvolvimento do país, desenvolvendo-se investimentos em áreas como a educação, nomeadamente o ensino superior (Monteiro, 2010). Apesar das assimetrias existentes entre o nosso país e a maioria dos restantes membros da U.E., o apoio desta organização europeia veio revelar-se uma mais-valia para o progresso nacional.

Ao contrário do que aconteceu com a parte económica, nas políticas sociais nos diferentes países da U.E. a assimetria verificada é mais difícil de combater, apesar de ser uma área significativa de intervenção (Kraatz, 2017a; Leibfried e Pierson, 1991). Destaca-se um conjunto de iniciativas da U.E. em vigor, no sentido da diminuição da pobreza e da desigualdade, maioritariamente no âmbito do emprego e da qualificação, nomeadamente através do F.S.E., como do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, enquadrado na estratégia Europa 2020.

Miller (1998) analisa a importância de uma estrutura como o Estado para a manutenção e persecução de valores como a justiça social, salientando que, atualmente, estruturas supranacionais como a U.E. têm assumido esta demanda, diluindo a ação do Estado no que a esta questão diz respeito. Para uma sociedade justa ao nível social, o autor entende

¹ Schulz (2017) enumera os cinco fundos estruturais existentes. Para além do F.E.D.E.R. e do F.S.E., existem também o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca.

que o principal obstáculo tem a ver com o consenso ao nível dos diferentes órgãos políticos nacionais ou acima deste nível.

Desta forma, entendemos que os mecanismos supranacionais, como os da U.E., se afiguram essenciais para o desenvolvimento social das comunidades, tornando favorável a mudança ao nível da organização social de cada Estado-membro. O longo caminho percorrido desde a sua fundação, tem vindo a permitir adaptar os recursos e medidas existentes às necessidades dos/as cidadãos/ãs, contribuindo, de forma mais ou menos ativa, para a coesão das sociedades.

Relativamente às Políticas Europeias, destaca-se que, se num primeiro momento estas focavam as questões materiais da pobreza, ligada às baixas qualificações e desemprego, a partir de uma certa altura denota-se uma maior preocupação com as questões dinâmicas do conceito, focando maioritariamente a situação de exclusão social dos indivíduos. (McGregor & GmbH, 2012). Assim, no âmbito das políticas europeias, focam-se as questões da educação, habitação, emprego, questões materiais da pobreza, ou outros destinados a populações com necessidades específicas, de forma a minimizar o seu risco de exclusão social.

1. A Europa: 2020: Os pressupostos socioeconómicos da Agenda 2020

O plano de ação Europa 2020 foi apresentado pela Comissão Europeia em março de 2010, tendo como principais objetivos a saída da crise económica e social, bem como a dinamização das economias europeias na década que se seguia, para um crescimento inclusivo e sustentável (Silva, 2010). Este plano de ação vem reequacionar ações futuras tendo em conta os efeitos positivos e negativos de planos anteriores, adequando-se também às condições e desafios colocados pela recessão iniciada em 2008, tendo em conta o diagnóstico da situação portuguesa, previamente efetuado. Segundo a *Avaliação Ex Ante da Proposta de Acordo de Parceria para a Aplicação em Portugal dos Fundos do Quadro Estratégico Comum 2014-2020*, trabalho realizado em 2013 pela ICETA, a pedido do Observatório QREN, e em especial no que diz respeito aos dados relativos à inclusão social, Portugal apresenta níveis bastante elevados de pobreza e exclusão social, com especial realce para a pobreza infantil, sobreendividamento das famílias, vulnerabilidade de certos grupos etários, bem como de famílias monoparentais e numerosas. O Observatório destaca também os níveis de escolaridade reduzidos da população, números significativos de situações de desemprego de longa duração,

segmentação do mercado de trabalho (face a faixas etárias, e qualificações académicas), e empregabilidade significativa promovida por políticas ativas de emprego.

O relatório publicado pela Comissão Europeia em 2011 relativo à dimensão social da estratégia Europa 2020, afirma ainda que uma em cada cinco pessoas residentes na U.E. se encontrava em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que 40 milhões de pessoas estavam numa condição de privação severa. De acordo com a mesma fonte, o crescimento económico seria fundamental para a diminuição destes números, tendo por isso um papel fundamental no plano de ação Europa 2020. São igualmente preocupações da Comissão Europeia os dados relativos à pobreza infantil (25 milhões de crianças), assim como os efeitos nefastos que esta situação pode causar no futuro. O relatório realça a importância de um conjunto combinado de estratégias para melhores resultados, salientando como áreas prioritárias de intervenção (1) o acesso a serviços de qualidade, nomeadamente de saúde e de habitação; (2) a adoção de estratégias ativas de inclusão, preferencialmente integradas e articuladas entre si, que reforcem o mercado de trabalho, as redes de proteção social e os serviços fundamentais para as famílias; o combate à pobreza é também uma prioridade, através de estratégias para integração de pessoas mais velhas, destacando-se também o trabalho que procura a diminuição dos efeitos negativos do desemprego de longa duração, os aumentos dos rendimentos dos idosos e a melhoria do acesso a cuidados de longa duração. Os fundos europeus vão, também, no sentido da (3) prevenção do insucesso e do abandono escolares. O combate ao desemprego de longa duração assume uma posição de destaque uma vez que, segundo este relatório da CE, é o que mais dificilmente se recupera após uma crise económica.

Realça-se ainda o facto do sucesso da implementação da estratégia Europa 2020 depender da articulação dos diferentes objetivos entre diversas entidades. Sublinha-se, neste sentido, a **educação e formação profissional** para a **inclusão pelo emprego e para a qualificação das populações**.

A leitura de Kraatz (2017b) salienta, igualmente, o papel importante da Estratégia Europa 2020 no âmbito do mercado de trabalho, tanto na qualificação, como no acesso e na melhoria das condições laborais. Segundo a autora, no âmbito desta estratégia, e mais propriamente do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, surgem o Programa para o Emprego e a Solidariedade Social (Progress) e o EURES, este último especialmente dedicado à obtenção e partilha de conhecimento e informação, de

mobilidade de trabalho, e o instrumento para Microfinanciamento e Empreendedorismo Social.

Esta Estratégia afigura-se-nos como uma proposta que permitiu articular as diversas dimensões do quotidiano dos cidadãos, com um especial enfoque no emprego e qualificação de pessoas em situação de desemprego ou integradas no mercado de trabalho, integrando perspetivas como a da Igualdade de Género nas diferentes medidas.

2. Portugal e a Europa: Medidas e Programas de Inclusão e Desenvolvimento Social Europeu

Segundo os dados apresentados pelo Eurostat (*cit in* Comissão Europeia, 2014), e segundo as informações apresentadas pela ICETA em 2013, antes do início da vigência da Estratégia 2020, 25,3% da população portuguesa estava em situação de pobreza, tendo existido, em relação ao ano de 2008, um declínio da taxa de pobreza e/ou de exclusão social nos idosos, e, de forma menos expressiva, nas crianças, apesar de ainda se verificarem números significativos. É na faixa etária da população ativa que se verificam maiores índices de pobreza. Já a taxa de risco de pobreza é de 17,9% da população, sendo que esta é entendida como 60% da mediana do rendimento monetário líquido (416€ mensais). As mulheres apresentam uma taxa de pobreza superior à dos homens, maioritariamente devido às desigualdades de participação na vida económica e social dos dois géneros.

A Comissão Europeia entende que o risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar se mostra um indicador importante, no sentido em que permite compreender a vulnerabilidade acrescida dos agregados, caso destes façam parte crianças. São as famílias monoparentais (30,5%) e as famílias numerosas (41,2%) que apresentam um maior risco de pobreza.

Por sua vez, a segmentação que surgiu no mercado de trabalho, assim como o aumento da taxa de desemprego, levou ao aparecimento de novos fenómenos causados pela dificuldade de acesso de jovens e de outros grupos vulneráveis a empregos estáveis, assim como pelo aumento da taxa de desemprego. Entre eles destacam-se:

- O aumento de jovens que não se encontram inseridos nem no mercado de trabalho, nem num sistema de educação ou formação (Jovens NEET), sendo esta taxa de 16% em 2012;

- O desemprego de longa e muito longa duração (DLD), principalmente nos grupos etários mais elevados. Este tipo de desemprego afeta mais de metade da população desempregada (62%);
- O desemprego de população com níveis de educação mais elevados, apesar de ter sido esta população a criar um maior número de empregos.

No combate às situações de vulnerabilidade, a Comissão Europeia (2014) dá destaque a dois tipos de políticas para intervenção no âmbito PO ISE. As políticas preventivas e/ou de intervenção precoce, no sentido da prevenção do surgimento e da agudização dos problemas identificados, melhorando acessos à educação e ao emprego, e as políticas reparadoras e/ou de ativação, que pretendem corrigir problemas já existentes garantindo o acesso a recursos mínimos e satisfação de necessidades básicas. É referido também que esta intervenção deve ser ao nível da política pública, articulando os diferentes níveis de decisão entre si. A Comissão Europeia (2014) defende a descentralização dos serviços para uma gestão mais eficaz dos recursos, salientando o papel relevante da economia social.

No campo da igualdade de género, a Comissão Europeia (2014) realça que, pelo contexto de crise, foram agravadas situações de desigualdade entre homens e mulheres, verificando-se:

- Um baixo número de mulheres empresárias, apesar da sua forte presença no mercado de trabalho;
- O risco de segregação do mercado de trabalho em função do género, pela atribuição de diferentes funções a homens e mulheres, sendo que estas acabam por desempenhar funções menos valorizadas;
- As diferenças salariais persistentes entre os géneros, sendo as mulheres que obtêm salários mais baixos, apesar das suas qualificações serem mais altas;
- O baixo número de mulheres em espaços de decisão económica;
- A utilização maioritariamente feminina de espaços de conciliação entre a vida profissional e familiar, com prejuízo da sua progressão na carreira e de acesso ao trabalho e à profissão.

No que diz respeito à violência doméstica, a Comissão Europeia cita o Relatório de Segurança Interna de 2013, que mostra que nesse ano, foram registadas aproximadamente 27 mil denúncias neste campo, 81% dos quais tinham as vítimas como mulheres. Da mesma forma, o tráfico de seres humanos tem mostrado um

aumento do número de potenciais vítimas em Portugal, sendo que, em 2013 este foi de 308. Como principal impulsionador para este aumento, a Comissão Europeia refere o contexto social e económico que o país atravessou.

Também no contexto nacional se pode referir que muitas medidas enquadradas nos Programas Operacionais da Estratégia 2020 vão de encontro aos desafios identificados como sendo mais relevantes no país, relativas ao mercado de trabalho e à qualificação e formação. Para além disso, as questões de género, que merecem também grande enfoque nos documentos analisados, estão presentes nas medidas propostas, concluindo-se assim que estas tentam ir de encontro às necessidades nacionais, respondendo às principais problemáticas que o país atravessa, maioritariamente decorrentes da crise económica e social recente

O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), enquanto parte fundamental da Estratégia Europa 2020, que tem como valores fundamentais a coesão social e económica e o crescimento inteligente e sustentável, enquadra um conjunto de medidas e eixos de intervenção que visam reparar ou mitigar os problemas sinalizados no capítulo 2 desta parte do trabalho. É um programa que pretende atuar em territórios com elevados níveis de pobreza e exclusão social, com população desempregada e com baixos níveis de qualificação e formação, e cujos agregados familiares se encontram expostos a situações de risco de pobreza (Comissão Europeia, 2014). No âmbito da promoção do emprego, o PO ISE centra a sua atuação na (1) “melhoria do ajustamento do mercado de trabalho, promovendo uma melhor transição para o emprego e a criação líquida de emprego” (p. 6), em especial para DLD², mas também na (2) promoção da formação ao longo da vida, de forma a garantir a aquisição de novas competências que permitam um melhor ajustamento ao mercado de trabalho, e no (3) reforço da pertinência, da eficácia e da adequação de políticas ativas de emprego, em especial as que se desenvolvem num âmbito local.

A Comissão Europeia (2014) destaca ainda a importância do investimento na qualificação e melhoria de respostas sociais e de saúde destinadas a idosos, crianças e pessoas com deficiência e incapacidade, sendo que no caso destas deve também ser reforçado o investimento na inclusão pelo emprego.

² Desempregados de Longa Duração

Para fazer face aos constrangimentos encontrados na temática da igualdade de género, a Comissão Europeia (2014) considera essencial o desenvolvimento de mecanismos que confirmem maior independência económica às mulheres, nomeadamente em áreas como o empreendedorismo e o autoemprego. Defende-se a implementação de medidas e de Planos para a Igualdade, que promovam a igualdade de género nas diversas vertentes do campo laboral.

O PO ISE é entendido como um instrumento de apoio à estratégia de minimização dos principais constrangimentos nacionais, apresentando-se como um conjunto de medidas de política pública apoiadas pelo Fundo Social Europeu. Como **objetivos temáticos** deste Programa Operacional, destacam-se:

1. Promover a sustentabilidade, assim como a qualidade do emprego, apoiando a mobilidade dos trabalhadores, de forma a que, em 2020, 75% das pessoas com idades entre os 20 e os 64 anos se encontrem inseridas no mercado de trabalho;
2. Promover a inclusão social, combatendo também a pobreza e a discriminação, reduzindo para 200 mil o número de pessoas em situação de pobreza em 2020.

Neste sentido, as **prioridades de investimento** são, no caso do primeiro objetivo, o acesso ao emprego, a integração profissional, a igualdade género, a adaptabilidade dos trabalhadores e a modernização do mercado de trabalho; no segundo objetivo enumerado, são prioridades de investimento a inclusão ativa, a igualdade de oportunidades, o acesso a serviços sustentáveis e o empreendedorismo social.

O mesmo documento enumera como **eixos prioritários** (1) promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, nos quais se integram as prioridades de investimento do primeiro objetivo estratégico; (2) incentivar o emprego jovem, (3) promover a inclusão social, combatendo a pobreza e a discriminação, e por último, a (4) assistência técnica. Destes, o terceiro eixo temático é aquele a que se destinam a maioria dos fundos do PO ISE (55%), e aquele que merece um maior destaque no presente estudo.

Apesar de entendermos que, à semelhança do exposto, o emprego e a qualificação das populações são uma peça-chave para a inclusão social e para o combate à pobreza, também se julga não ser suficiente focar a população ativa, deixando para segundo plano cidadãos/ãs já de si excluídos por outras razões para além da pobreza.

O primeiro eixo prioritário tem como objetivo temático “promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores” (Comissão Europeia, 2014: 15). As prioridades de investimento são, neste caso, (1) garantir o acesso ao

emprego, integrando desempregados e inativos no mercado de trabalho, (2) a integração socioprofissional, maioritariamente de jovens, (3) a igualdade de oportunidades, incentivando a um reforço da conciliação entre a vida familiar e pessoal e à criação do próprio emprego por parte das mulheres, (4) aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, melhorando a empregabilidade da população ativa, e por último (5) a modernização do mercado de trabalho, modernizando tanto as instituições como a capacitação institucional dos diferentes parceiros sociais (idem).

O objetivo do segundo temático deste eixo prioritário é, então, o de “promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores” (Comissão Europeia, 2014: 15).

O terceiro eixo do PO ISE, cujo objetivo temático, intitulado “promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação” (Comissão Europeia, 2014: 19), abrange as regiões menos desenvolvidas do continente (todos os distritos, com exceção das regiões de Lisboa e do Algarve), e será a parte central deste estudo.

A primeira prioridade de investimento apresentada centra-se na inclusão ativa, e engloba três objetivos estratégicos distintos. O primeiro, promover as competências de grupos potencialmente mais vulneráveis, centra as suas ações na qualificação, apoio ao emprego e atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência, mas também formação e medidas ativas de emprego para DLD, capacitação de grupos vulneráveis como ex-reclusos/as ou pessoas com baixos rendimentos, promoção da aprendizagem do português para estrangeiros/as, de atividades culturais para pessoas com dificuldades de inserção e de atividades de inserção da comunidade cigana. O segundo objetivo estratégico desta prioridade de investimento, que visa reforçar a coesão social, tem como ações principais o Projeto de Mediadores Municipais e Mediadores Interculturais em Serviços Públicos, os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e o Programa Escolhas. O último dos objetivos estratégicos desta prioridade de investimento, vai no sentido de promover um voluntariado potenciador da inclusão social, tendo como tipologias de ações a dinamização de uma bolsa especializada de voluntariado, bem como de formação de voluntários/as, com vista a um voluntariado de continuidade.

Enquadrado na prioridade de investimento que visa a igualdade de oportunidades, o objetivo estratégico de promover a igualdade de oportunidades e de género, centra as suas operações em ações e campanhas de sensibilização para a comunidade e para públicos específicos, a formação de públicos estratégicos, o apoio financeiro a

organizações sem fins lucrativos e a criação de instrumentos específicos para proteção de vítimas de violência doméstica.

A terceira prioridade de investimento,

“melhoria do acesso a serviços sustentáveis de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral” (Comissão Europeia, 2014: 24),

tem como objetivo estratégico o alargamento da oferta de serviços de saúde e sociais, tendo como tipologias de ação os modelos de vida independente, destinados a pessoas com deficiência, a criação de redes de cuidados de proximidade, (tanto para pessoa idosas como com deficiência e incapacidade, assim como para os seus cuidadores), e o programa Idade +, destinado a idosos em situação de isolamento ou agregados familiares vulneráveis. Destacam-se também a este nível as ações para suporte de doentes e de cuidadores, as Redes Locais de Desenvolvimento Social (RLIS) destinadas a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica, ações que visam a consolidação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) de forma a garantir uma intervenção mais eficaz em problemas multidimensionais de crianças e famílias, ações de apoio à parentalidade positiva e de apoio institucional a crianças e jovens, os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), assim como a formação de técnicos de CPCJ, de reabilitação e profissionais de saúde.

A última prioridade estratégica deste eixo centra-se no empreendedorismo, e as suas ações focam-se, essencialmente, no programa Portugal Inovação Social, para um apoio à economia e ao empreendedorismo social, e um reforço da capacitação institucional dos diferentes parceiros do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES).

Ao todo, este eixo prioritário tem um investimento de aproximadamente 1 milhão e 200 mil euros, sendo o que tem uma fatia maior dos fundos do PO ISE.

3. Contratos Locais de Desenvolvimento Social

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3G (CLDS 3G), enquanto programa financiado pelo PO ISE, enquadram-se na tipologia de operações 3.10, ou seja, no terceiro eixo de ação do PO ISE, que foca essencialmente as questões da inclusão social e do combate à pobreza (PO ISE, 2015).

Os CLDS 3G têm como principais objetivos os de seguida apresentados, indo no sentido da operacionalização do terceiro eixo do Programa Operacional em que se enquadram:

1. “Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e/ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade;
2. Promover o desenvolvimento de instrumentos capacitadores das instituições da economia social promovendo a implementação de serviço partilhados, que permitam uma maior racionalidade de recursos e a eficácia de gestão;
3. Promover a inclusão social dos cidadãos de forma multisectorial e integrada, através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate a situações críticas de pobreza, particularmente infantil, de exclusão social de territórios vulneráveis, envelhecidos ou fortemente atingidos por calamidades;
4. Promover a concretização de medidas que promovam a inclusão ativa de pessoas com deficiência e incapacidade, bem como a capacitação das instituições” (PO ISE, 2015: 5).

Pelos objetivos apresentados no “*Guia de Apoio à Execução da Tipologia de Operações 3.10 – CLDS*” (doravante designado por o *Guia*), pode concluir-se que este programa representa um aprofundar dos objetivos mais amplos delineados pelo PO ISE no que respeita à inclusão social nos mais diversos níveis, tornando-os assim mais operacionais e mais próximos da realidade local, dada a importância que atribui aos agentes locais.

Quanto à sua abrangência territorial, este programa destina-se a territórios (neste caso, municípios) especialmente afetados por situações como pobreza, desemprego, envelhecimento e calamidades (PO ISE, 2015).

As ações elegíveis nos CLDS 3G dividem-se por quatro eixos distintos de forma a ser possível dar uma resposta integrada aos vários desafios das comunidades. O **primeiro eixo** diz respeito às questões do emprego, da formação qualificação, e pretende que se estabeleçam parcerias com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, com entidades empregadoras e com instituições de ensino, no sentido de prevenir o abandono escolar, incentivar à concretização de medidas ativas de emprego, apoiar a divulgação, produção e comercialização de produtos regionais, e apoiar de forma adequada a integração socioprofissional de pessoas em situação de desemprego (*idem*).

O **segundo eixo** foca essencialmente a intervenção familiar, no sentido da prevenção da pobreza infantil. Consideram-se ações elegíveis estratégias aplicáveis ao nível da qualificação das famílias, nomeadamente no que diz respeito aos seus direitos, mas também direcionadas para crianças e jovens (para a promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção do abandono escolar) e para a mediação de conflitos familiares. No caso dos territórios envelhecidos, são especialmente desenvolvidas ações que garantam o envelhecimento ativo, previnam o isolamento e incentivem o voluntariado de proximidade (PO ISE, 2015).

O **terceiro eixo** desenvolve-se no sentido da capacitação das instituições locais e da comunidade, focando o apoio ao desenvolvimento de ações para a auto-organização das comunidades e das suas associações, assim como o desenvolvimento de instrumentos

facilitadores que previnam o isolamento, a solidão e a exclusão social. Por fim, o **quarto eixo** foca-se na intervenção emergencial a populações inseridas em territórios afetados por situações de calamidade (PO ISE, 2015).

Cada CLDS 3G é executado e coordenado por entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem na área do desenvolvimento social. Cada projeto pode ter até três Entidades Locais Executoras das Ações (ELEA), aprovadas pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS³) do município em causa (PO ISE, 2015). Este órgão é composto pelas diversas entidades do município com responsabilidade na intervenção social aos mais diversos níveis, fundamental para uma ação coordenada e integrada, de acordo com as necessidades e objetivos a atingir no território.

Cada ELEA fica responsável pela execução de um ou vários eixos de ações, encarregando-se igualmente da contratação dos profissionais da equipa que ficarão afetos às referidas ações. Cabe à Entidade Coordenadora Local da Parceria (ECLP) assegurar a coordenação local do projeto, sendo também esta aprovada pelo CLAS (*idem*). Entendemos que assim é possível garantir à sociedade civil, através do trabalho coordenado e realizado em parceria, as ferramentas necessárias para o combate às desigualdades e exclusão social nas suas mais variadas expressões.

A equipa de cada projeto é composta por um/a coordenador/a, a quem compete gerir as diferentes ações, processos administrativos e financeiros, e articulações e parcerias a dinamizar no âmbito do CLDS 3G. Para os eixos 1 e 3 são necessários/as dois técnicos/as, em que pelo menos um/a deles/as possui formação superior na área das ciências sociais e humanas, com exceção dos municípios com população inferior a 12 000 habitantes, onde apenas é necessário um técnico. O *Guia* distingue ainda a necessidade de um/a outro/a profissional com formação na área das ciências sociais e humanas para o eixo 2, ou dois no caso de o município ter uma população superior a 12 000 habitantes.

³ Regulamentado pelo Decreto-lei n.º 115/2006

Capítulo 2- Pobreza, Exclusão Social e os desafios da intervenção profissional no âmbito dos CLDS

A pobreza, apesar da sua aparente simplicidade (devido à familiaridade do termo) consubstancia-se numa problemática complexa, desafiante e de difícil delimitação dos seus contornos.

Costa (*et al.*, 2008) entende que o conceito de pobreza está diretamente relacionado com o de exclusão social, no sentido que são considerados como “fenómenos próximos, interligados” (p. 19), fazendo por vezes parte da mesma realidade. Ao longo da história, diversos autores definiram o conceito de pobreza como algo estático, diretamente relacionado com os recursos económicos e físicos, e cujas referências seriam comuns a todas as sociedades, possuindo um carácter normativo da organização social (Costa *et al.*, 2008; Clavel, 1998). Atualmente, a problemática é vista sob a perspetiva relativa do conceito, tendo em conta as críticas dirigidas por vários autores tais como Townsend (1979) e Sen (2009), e é também nesta que iremos focar o nosso trabalho.

Costa (*et al.*, 2008) afirma que para a identificação da pobreza recorre-se à observação das condições de vida objetivas, sendo este o aspeto mais observável do fenómeno, apesar de poder não ser o mais grave. Na mesma linha, Clavel (1998) apresenta a pobreza como referência a um patamar de recursos considerados adequados para fazer face aos “modos de vida convencionais” (p.142). Paugam (1991) reconhece a dificuldade de definição deste mínimo vital, dada a subjetividade do que se entende como necessidades básicas. O autor considera que estas necessidades variam, maioritariamente, consoante a época histórica e o contexto social e cultural, pelo que é difícil comparar situações de pobreza entre sociedades diferentes. Tal como Costa, Paugam (1991) reconhece que “a noção de pobreza remete para o baixo nível de rendimentos” (p. 26), não descurando o seu carácter subjetivo: “populações reconhecidas como estando em situação de precariedade económica e social” (p. 30), descartando assim a ideia de um conjunto uniforme de pessoas e de características.

A diversidade de definições distintas permite, no ponto de vista de Costa (*et al.*, 2008), criar um “quadro menos incompleto do fenómeno”, no sentido em que nenhuma o consegue conceptualizar de forma suficientemente ampla, dependendo da forma como a pobreza é vista. Por um lado, esta pode ser entendida apenas no que diz respeito às necessidades materiais que se conseguem, ou não, satisfazer; para além destas, uma abordagem mais existencial foca não só as necessidades materiais, mas também as

condições psicológicas, sociais, culturais ou espirituais, que podem afetar a vida dos/as cidadãos/ãs. Destacando a perspectiva de Amartya Sen (2009) realçam-se os conceitos de habilitação (que possibilita o acesso a bens e serviços) e de capacidade, de forma a que a pessoa seja capaz de fazer as escolhas que lhe permitam integrar-se. Não descurando as necessidades básicas, estas deixam de ser o foco da questão, passando antes a ser a forma como o indivíduo adquire as capacidades para “funcionar”.

Costa (*et al.*, 2008) relaciona ainda o conceito de pobreza com o de liberdade, no sentido em que se entende que uma pessoa só pode ser considerada livre no momento em que tenha as condições necessárias para o exercício desta mesma liberdade. O autor entende que a pobreza não permite que estas condições se concretizem, pelo que uma pessoa pobre não tem garantido o acesso ao direito humano fundamental da liberdade. Também Sen (2009) leva a sua análise neste sentido, afirmando que situações de pobreza limitam a liberdade que nos permite escolher entre “diferentes maneiras de viver as nossas vidas” (p. 313). Por este motivo, o autor afirma que as questões da pobreza não se podem limitar aos meios de subsistência, associando ao conceito de liberdade o de capacidade, já analisado anteriormente.

Estes pressupostos permitem analisar o conceito de uma forma multidimensional, visualizando de alguma forma a complexidade inerente, que vai muito para além da escassez de recursos materiais. Por este motivo, será nestas perspetivas que iremos centrar a nossa investigação.

Outra das perspetivas apresentadas por Costa (*et al.*, 2008) é a de Paul Spinker (2007). Este autor organizou os diversos significados de pobre em onze conjuntos, que seguidamente organizou em três categorias: a das necessidades materiais, que se limita à falta de bens e serviços considerados essenciais, ou a condição geral de carência; a das circunstâncias económicas, que têm como subcategorias a falta de recursos, a distância económica (quem tem menos recursos encontra-se mais distante de certos bens e serviços, tendo em conta a sociedade concreta em que as pessoas vivem) e a classe económica “entendida em função da relação da pessoa com o sistema de produção” (p. 24), e por consequência tendo em conta a posição económica dos indivíduos que se encontram à margem deste; e das relações sociais, que tem como subcategorias a classe social (dependente da situação económica, do nível educativo, assim como do estatuto social, entendendo-se a pobreza como parte da classe mais baixa), a dependência dos serviços sociais para a satisfação das necessidades, a exclusão social (que entende a

pobreza como apenas um dos fatores), e a habilitação (na mesma linha de pensamento de Sen, em que, por falta de recursos, as pessoas não estão habilitadas a satisfazer as suas necessidades).

Costa (*et al.*, 2008) aborda ainda o conceito de pobreza em relação ao de privação e ao de carência, entendendo que a primeira consiste numa situação da segunda, sendo que, no caso da pobreza, esta se deve à falta de recursos. Partindo deste princípio, o autor entende que se a intervenção se basear unicamente no tratamento da privação, sem ter em conta a escassez dos recursos, a pessoa pobre continuará nesta situação indefinidamente, sempre dependente da ajuda. Assim, o mesmo autor, considera que **não é suficiente tratar a privação para solucionar a pobreza, mas antes garantir que as pessoas tenham os recursos necessários à sua subsistência através de um meio de vida considerado como normal** (isto é, rendimentos decorrentes de trabalho, capital ou pensões de sobrevivência ou velhice). O autor ressalva ainda o facto de se considerar pobre qualquer pessoa esteja dependente dos rendimentos ou da ajuda de outrem, sem um meio de vida normal, não bastando ser dependente de instituições de apoio social públicas ou privadas. A resolução da pobreza compreende a solução de dois problemas distintos: o da privação e o da falta de recursos. Nesta senda, é realizada a **crítica à associação da pobreza como indicador monetário, no sentido em que se entende a pobreza como um fenómeno multidimensional**, que vai muito para além de, por exemplo, um escalão de rendimentos, tal como referido anteriormente (*Costa et al.*, 2008)

Paugam (1991) aborda ainda duas teorias acerca dos comportamentos adotados pelas pessoas em situação de pobreza. A primeira, que denomina por “cultura da pobreza” (p. 26) e defendida por Oscar Lewis (1967), entende os comportamentos característicos das pessoas nesta situação como uma adaptação, no sentido de fazer face à marginalização em que a sociedade as coloca, como uma autodefesa essencial para a sobrevivência. Esta tem também tendência para se perpetuar de geração em geração. Por outro lado, outra teoria com uma perspetiva diferente apresentada pelo autor e defendida por Anthony Leeds (1971) tem uma abordagem mais estruturalista, ao afirmar que o afastamento das pessoas em situação de pobreza se deve ao facto de estas terem consciência de que as suas possibilidades de promoção social são reduzidas, e estão por isto limitadas a viver num quadro de exclusão social por um determinado período de

tempo. Também nesta situação se verifica uma passagem de geração em geração. Contudo, uma das limitações apresentadas por Paugam (1991) a estas teorias tem a ver com o facto de, por não se conseguir estabelecer um limiar objetivo de pobreza na sua multidimensionalidade, a adoção destas teses leva a uma categorização por vezes arbitrária e flutuante, por admitirem um corte radical com a realidade social, baseado essencialmente nas noções de sucesso e de fracasso.

A pobreza parece indicar um certo limiar, dentro dos vários tipos de desigualdades. A maior dificuldade está na definição deste limiar, muitas vezes influenciada por vários juízos de valor, e que deve ser escolhido com base em situações da vida real, e não em decisões administrativas. Estas questões são traduzidas pelo pensamento de Sarpello, (1984 cit in Costa *et al.*, 2008), que entende a pobreza como “o extremo inferior da escala da desigualdade” (p. 54), questionando a partir de que limite exatamente se pode considerar pobreza, e em que a linha da desigualdade se interrompe separando os vários grupos. Para além das implicações que a definição deste limiar tem no ponto de vista político, vários são os autores citados por Costa (*et al.*, 2008) que se debruçaram sobre a questão, assim como na distinção clara entre pobreza e desigualdade. Costa (*et al.*, 2008) entende a pobreza como um fenómeno multidimensional, em que se relacionam vários tipos de desvantagem, sendo este o principal motivo para a dificuldade da sua definição.

Estar em situação de exclusão, implica então, estar excluído dos diversos sistemas sociais ou domínios implícitos na sociedade. Costa (*et al.*, 2008) distingue um conjunto de cinco sistemas fundamentais para a inserção social dos indivíduos, genericamente também apresentados por Clavel (1998) como sinais de exclusão.

O primeiro sistema apresentado é o dos **laços sociais**, que engloba as redes de sociabilidade (relações familiares, laborais, de amizade, entre outras), considerando-se a sua existência, assim como o seu funcionamento. Para a manutenção destas redes contribui a relação que se mantém com o mercado de trabalho, já que a inserção a este nível acaba por contribuir para o estabelecimento de novas relações, mas também previne o isolamento decorrente de uma situação de desemprego (Clavel, 1998). Castel (1995 cit in Clavel, 1998), enumera as diferentes formas de relação com o trabalho, com o objetivo de estudar as relações mais precárias. Para além do emprego estável, enumera ainda o emprego precário e a perda de emprego. Para o autor, o emprego precário

“corresponde a uma zona de vulnerabilidade social” (p. 68) que pode assumir variadas formas, sendo que a perda de emprego leva, em último caso, ao processo de desfiliação, pela perda progressiva dos laços sociais estruturantes.

O domínio **económico** é o segundo apresentado por Costa (*et al.*, 2008), incluindo-se os sistemas geradores de rendimentos. Estes têm a ver tanto com a obtenção dos recursos financeiros, como com o acesso a bens e serviços essenciais. Para avaliar a inclusão ou exclusão no âmbito destes sistemas, o autor tem por base as fontes de rendimento, no sentido que as considera normais (salários, reformas ou ativos). Para além disto, importa ainda avaliar a solidez da relação com estes sistemas, seja pela existência de uma fonte normal, seja pelo seu nível de regularidade. Desta relação podem decorrer situações de pobreza (pela insuficiência dos recursos) ou de desigualdade (pela sua distribuição não igualitária). É neste sentido que, a falta de disponibilidade de recursos financeiros para satisfazer as necessidades básicas consiste, não apenas numa forma de exclusão, mas também numa forma privação. Clavel (1998) entende a relação com o mercado de trabalho como um aspeto central no processo de exclusão, tanto pela questão económica referida por Costa, mas também por outras questões de ordem social e psicológicas, importantes para o domínio simbólico enumerado de seguida. Para que esta inserção possa evitar a situação de exclusão social, Clavel (1998) entende que as qualificações escolares são de elevada importância. Segundo a Comissão Europeia (2011), estar incluído no mercado de trabalho nem sempre é sinónimo de ausência de pobreza, já que, no contexto europeu, 8,4% da população empregada está a baixo do limiar da pobreza, muito devido a vínculos precários ou a situações em que apenas um elemento do agregado se encontra a trabalhar, sendo o seu salário insuficiente para fazer face às despesas da família.

O domínio **institucional**, caracteriza-se pela relação que cada indivíduo estabelece com as diversas instituições, garantindo assim o “exercício dos direitos e da cidadania” (p. 67). Costa (*et al.*, 2008) salienta a importância dos sistemas educativo e de saúde, bem como da proteção relativa que têm dos mecanismos do Mercado. Também o acesso a instituições que disponibilizam informação e conhecimento é entendido como um fator determinante para exclusão/inclusão nas sociedades atuais. Uma das questões lançadas por Costa (*et al.*, 2008) relativamente a este sistema é, “em que medida existe efetivo acesso a estes domínios” (p. 67), tendo em conta os diferentes obstáculos, para além dos

financeiros. No nosso entender, é um dos principais papéis do Serviço Social garantir este acesso, sendo este facto o que distingue a profissão das demais práticas caritativas, assim como das diferentes profissões. A relação adequada de um indivíduo em situação de exclusão, principalmente devido à pobreza, com as instituições que podem garantir o exercício pleno dos seus direitos, é entendida como um fator fundamental para sua inserção, nomeadamente pela melhoria das suas condições de saúde e de escolaridade, ou em outros aspetos que mereçam uma especial atenção. Para além dos grupos institucionais identificados, Costa (*et al.*, 2008) destaca também os serviços de apoio social, a justiça, a habitação, a cultura e lazer e a cidadania política como relevantes para situação de inclusão/exclusão dos indivíduos.

Também Clavel (1998) faz referência a esta questão, afirmando que as populações cujo capital cultural limita o domínio sobre a complexidade dos processos institucionais, veem limitado o acesso aos seus direitos fundamentais, como o direito à defesa (e a uma melhor representação legal) e à saúde (maioritariamente aos cuidados especializados, que apresentam maiores obstáculos). Segundo o autor, neste domínio podem ter também bastante influência preconceitos e estereótipos atribuídos a determinadas populações, levando a uma “lógica de suspeição” (p. 128) que comanda os serviços.

No que diz respeito a este domínio, Paugam (1991) destaca o facto de muitas das pessoas em situação de pobreza manterem uma fraca participação da vida económica e social, devido ao seu baixo nível cultural.

O quarto domínio enumerado por Costa (*et al.*, 2008) é o domínio **territorial**, tendo em conta as características do território em que se habita e em que medida estas podem contribuir para uma situação de exclusão. Este contexto, ao contrário do que pode acontecer com os domínios anteriormente explicitados, não afeta indivíduos ou famílias, mas antes áreas geográficas, ou seja, comunidades (caso se trate, por exemplo, de um bairro) e sociedades (caso tenha um sentido mais amplo, referindo a, por exemplo, zonas rurais de um país, ou mesmo países em relação a outros). Nestas situações, a inclusão dos indivíduos é mais complexa, implicando uma intervenção no espaço onde estes habitam. Clavel (1998) entende que a exclusão com base territorial se deve à “divisão social do espaço urbano”, decorrente das medidas políticas. Este facto deve-se ao valor simbólico atribuído à habitação, que vai contribuir para o aumento do seu valor monetário, e conseqüentemente para a dificuldade de acesso de determinadas populações a habitações condignas. Para além do acesso ao direito fundamental à

habitação, surgem outras questões como o isolamento social ou identidade simbólica dos indivíduos, contribuindo para a sua exclusão social em interação com outros domínios analisados por Costa (*et al.*, 2008)

O último domínio analisado por Costa (*et al.*, 2008) foi o domínio **simbólico**, que tem a ver com as referências identitárias. Segundo este autor, estas referências vão sendo construídas ao longo do nosso percurso de vida, contribuindo para a construção da nossa identidade, seja esta auto-percecionada ou reconhecida por outros. Também associado ao domínio simbólico, assim como social, está a construção de memórias, tanto individual com coletiva, contribuindo para a construção de um sistema de referências, cuja rutura, negação ou ausência contribuem para uma situação de exclusão. Para Clavel (1998), as questões laborais acabam por ter influência no sentido de pertença a um grupo, também pelo estatuto social que confere, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e profissional, tal como refere Paugam (1991), citando Sainsaulieu (1985). É por este motivo que Clavel (1998) reconhece a importância de atividades como a formação profissional para desempregados, garantindo a manutenção da motivação e do sentimento de que se desempenha um papel ativo na sociedade. No caso da formação profissional, em situações em que este se torna um recurso recorrente, entendemos que se poderá correr o risco de tal trazer um impacto negativo para o domínio simbólico, ao contrário do que seria esperado. Dependendo das circunstâncias pessoais de cada indivíduo, atividades ou recursos como a formação profissional podem não ser os mais eficazes para a inclusão dos indivíduos, principalmente no que diz respeito a este domínio, apesar de todos os outros benefícios que indubitavelmente poderá trazer, como o combate ao isolamento ou a aquisição de competências.

O trabalho confere uma identidade própria, um sentimento de sucesso e uma entrada na vida adulta para os jovens, sendo que a sua falta, assim como a ausência de perspetivas profissionais, causa os sentimentos opostos (Clavel, 1998; Paugam, 1991), daí o seu **papel determinante no domínio simbólico** definido por Costa (*et al.*, 2008). O mesmo autor releva o papel fundamental da escola neste sentido, já que é neste local que “se cristalizam as expectativas, as esperanças, as apostas no futuro e as contradições da nossa sociedade” (p. 101), para além da inevitável ligação que esta instituição tem com a futura integração no mercado de trabalho. No caso de famílias vulneráveis ao nível socioeconómico, Clavel (1998) entende que os recursos existentes

levam a comportamentos de sobrevivência no imediato, condicionando projeções futuras, o que conduz a taxas de insucesso escolar mais elevadas (influenciadas também pelo analfabetismo ou baixa escolaridade dos pais). Esta ausência de perspectiva pode ser ainda fruto “de uma longa experiência de desilusão que remonta por vezes a várias gerações” (p. 101), surgindo assim um sentimento de revolta. De salientar também o facto de, por vezes, os mecanismos de exclusão estarem já instalados no próprio sistema escolar, contribuindo para a reprodução das divisões sociais e condicionando também as perspectivas dos alunos. Na mesma linha, o insucesso escolar, enquanto “experiência socialmente dramática” (p. 106), e contribuindo para um emprego menos qualificado, vai contribuir para a exclusão social na idade adulta.

Ainda no domínio simbólico, Clavel (1998) destaca a importância dos títulos escolares para o prestígio e poder que é atribuído aos cidadãos, citando Bourdieu (1970, 1979), ao assumir que estes substituíram os títulos de nobreza usados noutras épocas. Para a aquisição destes diplomas, revela-se fundamental o capital cultural do sujeito, inevitavelmente inerente ao seu percurso académico, que tem maior probabilidade de ser insatisfatório tendo em conta os fatores já enumerados, encontrando-se as famílias vulneráveis ao nível socioeconómico em desvantagem. O autor entende então que a luta de classes começa já na escola, apesar de esta funcionar como uma forma de coesão da sociedade, já que vem impor a cultura da classe dominante. Surge o sentimento de vergonha nas classes sociais mais frágeis, pela dificuldade que têm em se adaptar, legitimando a sua exclusão. Por sua vez, as representações coletivas sobre as pessoas em situação de pobreza vão influenciar as práticas educativas, com todas as implicações negativas que essa situação pode trazer.

A importância do domínio simbólico para a situação de exclusão social de pessoas em situação de pobreza é expressa também por Paugam (1991), quando o autor aborda a perspectiva de Simmel (1977) quanto à dificuldade em estabelecer uma definição objetiva de pobreza. A perceção dos indivíduos que, por questões económicas, são considerados pobres determina muitas vezes se estes se enquadram ou não na categoria social dos «pobres» ou dos «assistidos», o que vai influenciar diretamente o seu processo de integração. Por este motivo, Paugam (1991) entende que pode ser vantajoso encarar a pobreza como uma “condição socialmente reconhecida” (p. 29).

Tendo em conta os pressupostos apresentados, Costa (*et al.*, 2008) considera que o **limite entre o que se pode considerar uma situação de inclusão e de exclusão não é**

objetivo, já que uma pessoa pode estar **excluída de um domínio, mas não de todos**, surgindo deste modo os diferentes graus de exclusão. Assim, o autor entende que a exclusão social pode ser entendida como um **processo**, que engloba as diferentes formas e graus possíveis, diferindo em profundidade. O caso mais extremo de exclusão social implica a rutura com todos os domínios apresentados, como seria o caso das pessoas em situação de sem-abrigo.

Como fatores para a exclusão, Costa (et al., 2008) apresenta, entre outros, a **falta de recursos** (salientando o domínio económico), a **ausência de uma rede de suporte social** (salientando o domínio social), a **situação de legalidade de uma pessoa estrangeira** (salientando o domínio institucional), a **cultura e possíveis patologias e comportamentos aditivos** (que abrangem vários domínios). Desta forma Costa (et al., 2008), mas também Clavel (1998) destaca o facto de ser possível, para um indivíduo, encontrar vários fatores que levaram à situação de exclusão em que se encontra, salientando-se assim a importância de uma **intervenção integrada, que consiga responder aos vários desafios presentes**.

Algumas questões levantadas por Costa (et al., 2008) prendem-se com a dificuldade em, por um lado, definir quais dos domínios apresentados se consideram essenciais (na mesma linha da análise que é feita em relação às necessidades), assim como se estes serão suficientes para analisar a problemática da exclusão social.

Clavel (1998) entende que a grande diferença entre o conceito de pobreza (representado pelo pauperismo do século XIX) e o de exclusão social, reside no facto de, por um lado, o primeiro se apresentar como algo medido em termos quantitativos e com uma representação estática, sendo que a exclusão social “tende a ter uma tónica no qualitativo e dinâmico dos disfuncionamentos sociais” (p. 31), nomeadamente nas relações sociais resultantes da segregação social, que vão muito para além da falta de recursos financeiros. Este processo é denominado por Clavel (1998) como um “cúmulo de deficiências” (p.32), muito ligado “à ideia de um movimento social de rejeição” (*idem*). Segundo este autor, a exclusão social aparece como uma “negação dos privilégios e das vantagens particulares” (p. 33), onde a não integração das pessoas excluídas ao nível simbólico pode contrastar com a sua integração ao nível económico.

2. O Serviço Social

A atuação do Serviço Social pode ser entendida como sendo

“sobre as situações sociais que geram ou foram geradas por fatores que direta ou indiretamente contribuem para o desequilíbrio do sistema social ou para uma desafetação das pessoas relativamente às formas de organização social e económica” (Mouro, 2006: 76).

O profissional não só atua sobre o indivíduo, como também no sistema social em que este se insere, tendo obrigatoriamente um cariz integrador e emancipatório. Para além do indivíduo, a ação pode também ter como alvos um território ou uma comunidade, em situações esporádicas ou crónicas de risco social (*idem*).

O agir profissional do Assistente Social pressupõe também a participação do sujeito que é alvo da intervenção, no sentido em que se entende que este é capaz de se autonomizar, sendo corresponsável pelo seu percurso (Andrade, 2001). Não podem, ainda, ser esquecidas as aceleradas mutações societais atuais, assim como os desafios que estas trazem (*idem*). A autora entende que os indivíduos, ao entrarem no campo de atuação do/a Assistente Social, entram também no campo da entidade institucional que a legitima, o que nem sempre é perceptível por todos/as, e que trará diversas implicações pelo seu contexto político. Tal também se aplica no caso dos projetos e medidas financiadas pelo PO ISE, tendo em conta as respetivas entidades executoras e coordenadoras, ou mesmo os contextos políticos em que os projetos e medidas se desenvolvem. Tal como a autora salienta, o agir profissional está sempre sujeito aos sistemas em que se insere, pelo que variará consoante as contingências das entidades e agentes que se envolvem no projeto ou medida. Contudo, também realça que faz parte do agir profissional a capacidade de estabelecer articulações entre as diferentes estruturas e as práticas necessárias, o que se densifica no caso dos CLDS, tendo em conta a variedade de entidades envolvidas. Para os diferentes projetos institucionais contribuem ainda as forças exercidas pelo Estado, pela sociedade (sujeita a rápidas mutações) e pelo Mercado, não descorando o contexto socio-histórico em que se insere. Todas estas questões vão ter interferência no agir profissional, aumentando a sua complexidade (Andrade, 2001), ganhando um especial relevo no contexto dos projetos estudados, dada a sua posição na Rede Local, assim como o seu enquadramento em diretrizes supranacionais.

Para a compreensão e reflexão sobre a atuação dos profissionais de Serviço Social no campo dos CLDS 3G, importa também refletir sobre o modelo apresentado por Albuquerque (2017), que se foca nos diferentes espaços transacionais no âmbito dos quais os Assistentes Sociais desenvolvem a sua ação, articulados entre si, mas com

processos distintos no que respeita à construção da ação e da argumentação (Albuquerque, 2011; Gair, Miles & Thomson, 2005 *cit in* Albuquerque 2017). O **espaço transacional íntimo**, construído na relação com os cidadãos/utentes, destaca-se pelo seu grande enfoque na componente empática, cujos principais constrangimentos se centram nas tensões que se geram das expectativas e possibilidades de ação, assim como na necessidade de transposição da relação para os diferentes espaços transacionais. Tal ganha um especial relevo no âmbito dos CLDS 3G, tendo em conta o seu enquadramento nos contextos locais e global, que se diferenciam dos meios de atuação, por exemplo em outras organizações sem fins lucrativos, ou mesmo em municípios e outros organismos públicos de âmbito municipal.

O **espaço transacional analógico** diz respeito às interações que se estabelecem com outros profissionais, com prismas de análise similares, onde se partilham de forma implícita “pressupostos, critérios, processos de construção da ação e dinâmicas argumentativas” (p. 34), favorecendo-se deste modo a análise e reflexão crítica sobre as diferentes situações e atuações. Da mesma forma, este espaço é também de legitimação profissional, sendo um dos constrangimentos a manutenção da singularidade de cada profissional. Na nossa opinião, é aqui que reside o principal desafio do exercício profissional nos CLDS 3G. A afirmação da singularidade do Serviço Social no seio de uma equipa multidisciplinar é essencial para o reconhecimento dos potenciais da profissão, sendo para isso imprescindível que os profissionais sejam capazes de demonstrar a importância da sua atuação para, neste caso, a inclusão social dos cidadãos no decorrer das diferentes ações que compõem o projeto. Também o **espaço transacional de fronteira** assume especial importância, no sentido em que se foca na transição entre os diferentes espaços transacionais e níveis de ação, trazendo assim novas exigências de argumentação e adaptação da linguagem nos diferentes contextos. O relevo deste espaço transacional assume-se uma vez que, segundo a autora, é na relação que se constrói a identidade da profissão, sendo o/a Assistente Social “*o profissional da conexão*” (Almeida, 2001 *cit in* Albuquerque, 2017), à semelhança do que acontece no espaço transacional analógico. Esta análise afigurou-se-nos relevante, tendo em conta a multidisciplinaridade das equipas em causa, onde a afirmação profissional se torna um desafio. A reflexividade, tal como as capacidades argumentativa e justificativa nas tomadas de decisão nos diferentes níveis parecem-nos a melhor forma demonstrar as características próprias destes profissionais, cujo papel é fundamental no combate à pobreza e exclusão social.

Por sua vez, projetos como os CLDS 3G, são entendidos por Hespanha (2008) como novas metodologias de intervenção social, tendo como princípio a gestão por objetivos. Os projetos são descritos como modelos de

“regulação partilhada entre o Estado e a sociedade (...) suportados por fundos de proveniência pública e privada e submetidos a uma estrutura mais autónoma de responsabilidades” (p. 4).

Estes são ainda de duração limitada, e têm por base uma atuação inovadora. Como principais vantagens, Hespanha (2008) apresenta a proximidade aos problemas e, por isso, o melhor conhecimento da realidade. Destaca-se também a atuação integrada e multidimensional, a autonomia que possibilita uma maior capacidade de decisão, a partilha de identidade, e por consequência a *“coesão em torno de objetivos locais consensualizados”* (p. 5). Salientam-se ainda as fortes relações entre os diferentes parceiros, a maior capacidade para circulação de informação e mobilização de recursos, e a duração que se limita ao cumprimento dos objetivos propostos, possibilitando uma reavaliação da situação e um ajustamento da atuação. Como principais limitações, o autor salienta o facto de, pela proximidade, se ampliar relações negativas já existentes entre parceiros locais, a dominação que pode existir de instituições mais poderosas, o facto de a flexibilização da ação trazer a possibilidade de desvio face aos interesses prioritários ao nível nacional, tal como a autonomia pode trazer um descontrolo no uso dos recursos; existe também o risco de surgirem *“lógicas localistas ou particularistas”* (p. 5), assim como a necessidade de objetivos precisos orientando uma estrutura estável, dada a intervenção em parceria. Particularmente no que diz respeito aos fundos europeus, Hespanha (2008) salienta as mudanças recentes que levaram a uma maior pressão para uma gestão mais eficiente dos recursos por parte das diversas entidades a quem estes são entregues.

Tendo em conta o atual contexto do mercado de trabalho, com maior instabilidade e precariedade no que diz respeito ao Serviço Social, entendemos que projetos como o CLDS 3G vêm ilustrar os novos desafios que a profissão enfrenta. Por um lado, não se trata de um posto de trabalho destinado exclusivamente ao Serviço Social, mas antes a profissionais das ciências sociais e humanas de um modo bastante lato, o que traz também novos desafios e oportunidades; por outro, as características deste método enumeradas por Hespanha (2008) vêm trazer uma maior pressão e instabilidade para os profissionais, que tendo em conta a escassez de mercado de trabalho, aumentando assim a insegurança, e consequentemente pondo em causa o agir profissional. Todos estes

fatores vêm complexificar o exercício da profissão a vários níveis, trazendo novas exigências para os profissionais que atuam nestas áreas. O facto de se tratarem de projetos com uma duração limitada traz também consequências para as populações em que intervêm, no sentido em que os seus benefícios cessam aquando do término do projeto, o que pode não ser suficiente para a inclusão dos cidadãos em situação de exclusão.

PARTE II – EQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Capítulo 1 – Objeto de Estudo, Objetivos e Modelo de Análise

A escolha do tema surgiu pela análise do “Guia de Apoio à Execução de Tipologias 3.10 – CLDS (PO ISE, 2015)”, onde são mencionados os indicadores específicos do programa que verificam a contribuição dos CLDS 3G para o reforço da coesão social. Nestes, particularmente a “intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil” e o “emprego, formação e qualificação” (p.47), respeitante aos eixos 2 e 1 respetivamente, são entendidos como uma forma de aumentar a cobertura de apoio dado à população e territórios mais vulneráveis, através de abordagens locais de desenvolvimento social. O aumento da inclusão social é possível através de:

- “maior racionalidade de recursos e a eficácia de gestão”;
- “inclusão ativa de pessoas com deficiência e incapacidade”;
- “combate a situações críticas de pobreza”;
- “aumento da empregabilidade”;
- “aumento da mobilidade de pessoas a serviços de utilidade pública”.

Segundo este Guia, os indicadores de resultados para estes objetivos são os participantes nas ações desenvolvidas pelo projeto, que se encontrem “abrangidos por medidas ativas de emprego ou formação profissional” (p. 47), sendo um dos indicadores de realização o número de participantes nas ações dos diferentes CLDS 3G.

Apesar de os diferentes objetivos definidos no Guia irem, de uma forma geral, ao encontro dos domínios definidos por Costa (2008) e presentes no modelo de análise deste trabalho, entende-se que os indicadores apresentados podem não ser os mais precisos para compreender de forma profícua a contribuição destes projetos para o combate a situações de pobreza e exclusão social nos territórios abrangidos, uma vez que a participação de um indivíduo ou família numa ação desenvolvida pelo CLDS 3G, ou a sua integração em medidas ativas de emprego ou formação profissional, pode não ser suficiente para que se interrompa a situação de pobreza ou exclusão social. Foi este o motivo que nos levou a explorar esta questão, tentando conhecer de uma forma diferente a influência destes projetos no combate à pobreza e exclusão social.

Contudo, para efeitos práticos, a gestão estratégica e financeira pressupõe o devido rigor na administração de fundos públicos, e por tanto, exige métodos claros e precisos de

mensuração. Assim, compreende-se a utilização deste tipo de indicadores, uma vez que se revelam como a forma mais simples e eficaz de compreender a abrangência e o impacto do projeto em curso.

1. Objeto e Objetivos de estudo

Pretendeu-se com este trabalho compreender, na perspetiva dos/as Assistentes Sociais, a capacidade de inclusão social dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 3G), de acordo com o modelo desenvolvido por Costa (*et al*, 2008). O objeto de estudo centrou-se na avaliação dos CLDS 3G (enquanto programa europeu enquadrado no PO ISE), problematizando a sua capacidade de combate à pobreza e exclusão social através das narrativas dos que neles trabalham, nos domínios económico, institucional, simbólico e das relações sociais.

Propusemos como objetivo geral compreender de que forma é que as medidas operacionalizadas pelos CLDS 3G contribuem para a inclusão das famílias em situação de pobreza, na perspetiva dos/as Assistentes Sociais, de acordo com os domínios de inclusão apresentados.

Para a concretização deste objetivo, delinearão-se como objetivos específicos a) relacionar criticamente os objetivos do PO ISE e os objetivos/ações desenvolvidas pelos mesmos; b) sistematizar a importância dos fundos deste programa operacional para o cumprimento dos objetivos/metast, destinados à inclusão de pessoas em situação de pobreza, dinamizados pelo projeto/ entidade; c) compreender a capacidade de inclusão destes projetos, principalmente a situações de pobreza, na perspetiva dos/as Assistentes Sociais que fazem parte das equipas.

A partir dos objetivos definidos, foram escolhidos os pressupostos metodológicos a utilizar, assim como o modelo de análise apresentado em seguida.

1. Modelo de análise

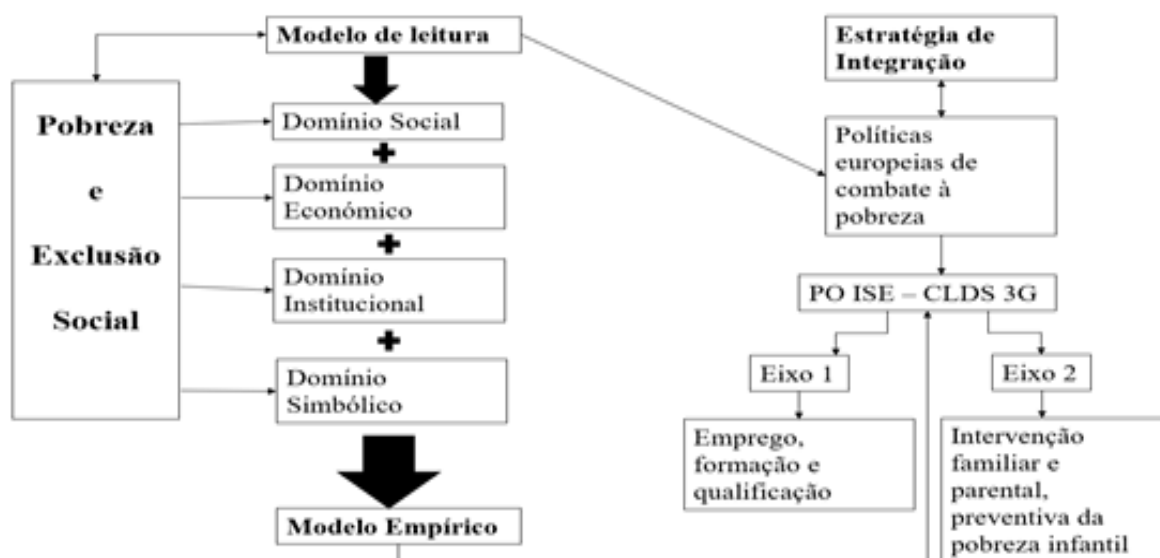
O Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, como programa operacional enquadrado no quadro estratégico 2020 possui um conjunto de objetivos a alcançar que se inscrevem na cooperação assumida pelos países da U.E.. Estes objetivos, altamente centrados numa relação entre desenvolvimento social e crescimento económico, enunciam um conjunto de orientações normativas e padronizadas que os agentes locais devem acatar quando veem aprovada a sua candidatura aos fundos estruturais.

Nesta lógica, interessa analisar se as dinâmicas específicas territoriais, bem como as práticas sociais singulares do local possuem o capital de mudança ou flexibilidade estrutural para assimilar as atividades padronizadas dos projetos do PO ISE, neste caso específico, com referência aos CLDS 3G, que se enquadram no Eixo 3 deste programa operacional. Interessa compreender se as práticas sociais singulares a cada território, bem como os mecanismos produtores de pobreza e exclusão podem ser combatidos ou minorados por lógicas desenvolvidas a nível macro, ou se tais lógicas exigem aos profissionais a capacidade de adaptar as orientações para ações mais coerentes com a sua realidade de atuação.

Os CLDS 3G possuem quatro eixos de atuação, sendo que cada um se centra em ações destinadas a atingir objetivos específicos diferentes. Neste estudo, centramo-nos nos Eixos 1 e 2, que têm como foco essencial o emprego e a família. Selecionando posteriormente uma amostra de cinco CLDS 3G, foram analisadas as perspetivas dos/as Assistentes Sociais que nestes se enquadram acerca dos resultados obtidos no combate à pobreza, nos domínios das relações sociais, económico, institucional e simbólico.

O esquema seguinte ilustra de forma sucinta o modelo de análise deste estudo.

Esquema 1 Modelo de análise



Fonte – Elaborado pela autora

A compreensão dos contextos e das características que residem na construção de construtos tão abrangentes como os conceitos de Pobreza e Exclusão, implicou a

seleção de um modelo de leitura que possibilitasse a delimitação substantiva dos mesmos e das suas particularidades. O modelo e categorias apresentado por Costa (*et al*, 2008) foi o que nos pareceu mais favorável, na medida em que nos permitiu definir dimensões para a sua análise e mensuração.

As estratégias de mitigação das situações de pobreza ancoram, neste modelo, nos pressupostos e princípios definidos pela Política Europeia de combate à Pobreza, nomeadamente no que diz respeito ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) do quadro estratégico Portugal 2020.

Capítulo 2 – Métodos e Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho enquadra-se no paradigma fenomenológico-interpretativo, que contrariamente ao paradigma hipotético-dedutivo, no ponto de vista da investigação, procura compreender as intenções e os significados dos acontecimentos, devidamente contextualizados. (Amado, 2014:41).

A utilização deste paradigma adveio do facto de se entender que a complexa realidade humana e social, e particularmente a que se encontra em estudo, não é passível de ser traduzida através de variáveis simples e facilmente manipuláveis. Desta forma, e através da utilização deste paradigma para compreender as perspetivas dos profissionais face à capacidade de inclusão dos CLDS 3G, procura-se uma visão holística desta realidade, sem perder a consciência do contexto socio-histórico envolvente (Amado, 2014).

Trata-se de um plano misto de investigação, uma vez que, segundo Creswell (2007) e Coutinho (2013), envolve métodos e técnicas associados às pesquisas quantitativa e qualitativa num único estudo. A crescente credibilidade que estes tipos de pesquisa têm ganho no âmbito das ciências sociais e humanas advém da complementaridade entre os métodos e técnicas de diferentes naturezas. Partindo das limitações existentes nos métodos quantitativos e qualitativos, os métodos mistos pretendem “neutralizar” (p.33) estas restrições, através da triangulação de métodos, ou seja, utilização de diferentes métodos para a mesma pesquisa.

Assim, pela combinação de métodos qualitativos e quantitativos, recolhidos em simultâneo como é característica destes procedimentos, pretendeu-se uma análise mais ampla relativa à capacidade de inclusão dos CLDS 3G, servindo os dados estatísticos recolhidos como complemento à perceção dos profissionais.

1. Campo de Investigação e Instrumentos de Recolha de Dados

O campo de investigação do presente trabalho foi constituído por cinco CLDS 3G, pertencentes aos distritos de Coimbra, Leiria e Castelo Branco, que se mostraram disponíveis para colaborar⁴, e que por questões éticas não poderemos identificar, assim como as ações específicas que dinamizam.

Em três dos cinco projetos estudados, foram realizadas entrevistas aos/às Assistentes Sociais, bem como aos/às respetivos/as coordenadores/as pertencentes a outras áreas de formação que não o Serviço Social. Nos restantes dois projetos, o/a Assistente Social era, simultaneamente, coordenador/a daquele projeto. Neste sentido, foram realizadas ao todo oito entrevistas a profissionais, cinco Assistentes Sociais, e três de outras áreas de formação, enquanto coordenadores/as dos projetos em causa. A pertinência da entrevista realizada aos/às coordenadores/as dos projetos prendeu-se com a necessidade de explorar assuntos diretamente relacionados com as entidades coordenadoras, bem como com a gestão estratégica e financeira dos CLDS 3G. Tendo em conta as funções atribuídas aos/às diferentes profissionais, e dada a não-obrigatoriedade de o/a coordenador/a ser Assistente Social, tornou-se imperativo que estes/as profissionais fossem entrevistados/as, dada a natureza específica das suas funções.

A recolha de dados decorreu de maio a julho de 2018.

1.1. Instrumentos de Recolha de Dados

Para a recolha dos dados utilizámos a entrevista semiestruturada a todos os elementos da amostra. Esta, um dos principais instrumentos para a pesquisa qualitativa (Amado, 2014), foi dirigida aos/às profissionais dos CLDS 3G, focando-se, no caso dos/as Assistentes Sociais, essencialmente sobre três domínios temáticos, cada um destes com subdomínios específicos. O primeiro, dirigido aos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, pretendeu compreender, por um lado, a perspetiva dos/as profissionais relativamente à flexibilidade do projeto, tendo em conta as necessidades da população e as problemáticas locais, a sua perspetiva relativamente aos indicadores de resultados que foram propostos pelo PO ISE. O segundo domínio, que se focou nas questões do território, pretendeu

⁴ Tendo em conta a entrada em vigor do Novo Geral Regulamento da Proteção de Dados a 25 de maio de 2018, não foi possível limitar a nossa recolha ao distrito de Coimbra, pelo que houve a necessidade de abranger uma área geográfica maior.

compreender as perspetivas dos/as profissionais sobre a situação social do município antes da atuação dos CLDS 3G, sobre os resultados que foram possíveis atingir até ao momento, bem como sobre a situação atual de pobreza e exclusão social; e por último, a perspetiva dos/as profissionais sobre a situação dos territórios após o *términus* do projeto. O último domínio em análise pendeu sobre o trabalho do/a profissional, enquanto Assistente Social, focando os principais desafios e oportunidades encontrados. Ao longo da entrevista, pretendíamos avaliar em que medida estavam presentes os domínios de Costa (*et al*, 2008), no que refere ao nosso modelo de leitura de pobreza e exclusão social, contudo sem que os referíssemos diretamente, de forma a não condicionar o discurso dos/as profissionais ou influenciar as respostas de cada um/a.

No que respeita às entrevistas realizadas aos/as coordenadores/as dos CLDS 3G, foram apenas compostas por um domínio, focando questões como a perspetiva destes/as sobre os indicadores de resultados, sobre a importância dos fundos comunitários para o trabalho da entidade coordenadora, e, por último, sobre os principais desafios e oportunidades encontrados no desenvolvimento das ações dos Eixos 1 e 2.

1.2. Análise secundária de estatísticas

A análise secundária de estatísticas, característica das pesquisas quantitativas, será utilizada para o estudo dos dados estatísticos recolhidos junto de plataformas como a PORDATA, relativos aos territórios estudados e com um foco especial nos domínios que servem de base ao presente trabalho (Quivy & Campenhoudt, 1992). Tendo em conta a importante componente quantitativa de algumas dimensões abordadas, esta análise permite obter uma abordagem mais ampla do fenómeno em estudo, complementando os resultados obtidos através das entrevistas. Assim, procuram-se dados relativos a variáveis que influenciem, direta ou indiretamente, os domínios das relações sociais, simbólico, económico e institucional (Costa *et al*, 2008), articulando-os posteriormente com os dados obtidos por entrevista.

2. Procedimentos Empíricos

No presente estudo, para a recolha e análise dos dados, utilizou-se o método misto, englobando técnicas de natureza qualitativa e quantitativa, num plano não-experimental. A recolha de dados foi feita, num primeiro momento, através da pesquisa documental, para assim ser possível o cumprimento do primeiro objetivo específico: compreender a

operacionalização dos objetivos do PO ISE nos CLDS. Seguidamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os/as Assistentes Sociais a exercer funções em Contratos Locais de Desenvolvimento Social e a análise secundária de dados estatísticos recolhidos através da plataforma PORDATA. Foram também aplicadas entrevistas semiestruturadas com os/as coordenadores dos CLDS 3G em causa, a fim de cumprir o objetivo específico de compreender qual a relevância do financiamento do PO ISE para o cumprimento dos objetivos/metas da entidade para a inclusão de pessoas em situação de pobreza. Para tal, foram feitos contactos telefónicos e por e-mail, com vários CLDS 3G do distrito Coimbra, que por diversos motivos não puderam, na sua generalidade, participar. Partiu-se posteriormente para as regiões limítrofes, tendo a maioria da amostra sido contactados pela técnica de *bola de neve*. Este processo decorreu entre dezembro de 2017 e junho de 2018.

No decorrer desta investigação, a análise de conteúdo foi utilizada para a concretização da maioria dos objetivos específicos delineados.

Tendo em conta que esta técnica é entendida como “o procedimento básico da investigação qualitativa” (Bogdab & Biklen, 1994 *cit in* Amado, 2014:305), tendo por objetivo desenvolver teorias de raiz, mais do que ilustrá-las ou corroborá-las, o presente trabalho pode enquadrar-se, segundo a esquematização feita por Amado (2014), nos estudos estruturais, uma vez que se centra na análise da perceção dos profissionais, sem hipóteses formuladas *a priori*.

Para além dos objetivos e problemas já definidos ou identificados, para a concretização deste método foi também constituída uma base documental e um quadro de referência teórico, sendo posteriormente feita a categorização e análise da informação recolhida por via das entrevistas semiestruturadas aos profissionais (Amado, 2014:309). As unidades de análise foram criadas partindo das narrativas dos/as entrevistados/as⁵ bem como dos objetivos específicos do presente trabalho, tendo sido utilizados três temas distintos, divididos em categorias específicas, segundo as quais se agruparam as informações. O primeiro tema analisado prendia-se com relacionar criticamente os objetivos do PO ISE, com os objetivos e ações dos CLDS 3G estudados, e divide-se em três categorias distintas: “ações”, “burocracia” e “indicadores”. O segundo tema focava a importância dos fundos comunitários para o cumprimento dos objetivos da entidade coordenadora de cada projeto, dividindo pelas categorias “entidade coordenadora”,

⁵ Os guiões e transcrições das entrevistas realizadas, bem como análise do respetivo conteúdo por tema e categoria, estão presentes em apêndice.

“desafios/ constrangimentos” e “oportunidades”. Por fim, o último tema debruçava-se sobre a capacidade de inclusão de pessoas em situação de pobreza e exclusão social dos CLDS 3G, tendo como categorias a participação da população a que o projeto se destinava, a articulação entre o CLDS 3G e Rede Local subjacente, a adaptabilidade do projeto e das suas ações, a capacidade de intervenção nas problemáticas já existentes no território, bem como a sua relação com a situação de pobreza, a intervenção atual do CLDS nas situações de pobreza, onde se identificam os principais domínios de Costa (*et al*, 2008) referidos pelos profissionais, de forma direta ou indireta; são também categorias deste tema, a situação da comunidade no final do projeto, outros desafios com que os/as profissionais se tenham deparado, e, por último, as oportunidades que encontraram enquanto profissionais a atuar num CLDS 3G.

No âmbito deste método, a apresentação dos dados deste trabalho foi feita através de um texto descritivo-interpretativo, complementado “com tabelas, quadros sinópticos e matrizes que revelem o sistema de categorização e suas particularidades” (Amado, 2014: 340).

Capítulo 3 – Apresentação e Discussão dos Resultados

1. Os objetivos do PO ISE e a atuação e objetivos dos CLDS 3G

De acordo com as informações recolhidas junto dos CLDS 3G analisados, as suas ações nos Eixos 1 (Emprego, Formação e Qualificação) e 2 (Intervenção Familiar e Parental, preventiva da Pobreza Infantil) caracterizam-se por serem muito próximas dos indivíduos e da comunidade, sendo a descentralização um dos seus traços principais. São comuns as referências ao apoio à família com base em visitas domiciliárias, o apoio na elaboração de currículos e na preparação de entrevistas de emprego, e o contacto direto com pessoas desempregadas cujas características se enquadram nas ofertas de emprego disponíveis.

“temos um GIP [no município], mas acabámos por (ou tentámos) criar atividades que complementem esses serviços, nomeadamente fazemos currículos com as pessoas, estamos sempre atentos às ofertas de emprego que vão saindo e avisamo-las (...)” (E.5)

Numa das situações, destaca-se também o incentivo ao empreendedorismo e dinamização de produtos locais ligados à gastronomia, no seguimento do que é também um dos objetivos do PO ISE.

A importância dada às questões do emprego pode ser explicada pelo indicador imposto relativo às Medidas Ativas de Emprego⁶ (doravante designadas por M.A.E.). Esta questão foi abordada de forma transversal em todas as entrevistas realizadas, diferindo nas nuances atribuídas. Nomeadamente, destaca-se o facto de não ter sido um indicador referido *a priori*, sendo que esta imposição decorreu já após o início dos projetos, o que resultou em adaptações nas ações previamente analisadas. Inicialmente aquando da realização das candidaturas, os indicadores de resultados consistiam, de forma geral, nos participantes das ações a realizar, o que, pela imposição da obrigatoriedade de inserção de uma percentagem de destinatários em M.A.E., levou a mudanças na atuação e na dinamização das ações já planeadas. A facilidade desta integração varia consoante os territórios e as suas especificidades, contudo, a perspetiva dos/as profissionais face a este indicador não é uniforme, salientando-se:

“(...) são um pouco redutores naquilo que é o meu entendimento da inserção no mundo do trabalho, porque há aqui todo um conjunto de trabalho que vai ser apenas avaliado apenas com base nas pessoas inseridas em M.A.E. ou formação profissional, esquecendo-se e não se valorizando, aquilo que para nós enquanto técnicos do âmbito social seria o mais importante, que são os contratos de trabalho.” (E.2)

“(...)após o projeto, temos que ter integrados em M.A.E. uma determinada percentagem de destinatários (...) só vão contar os que estão integrados nos 45 dias após a vigência do projeto, o que é injusto, porque nós integrámos durante 36 meses, foram integrados em algumas medidas que, por exemplo, tinham a durabilidade de um ano, e esses já não vão contar” (E.5)

“O CLDS é desenvolvimento social, mas (...) o nosso principal indicador vai ser o número de participantes abrangidos por M.A.E.. Isso dificultou-nos um bocadinho o nosso trabalho, porque tivemos que direcionar as nossas ações mais para as pessoas desempregadas (...) é difícil, sobretudo em territórios envelhecidos como o nosso, não temos uma grande expressão de desemprego (...) os territórios e as realidades são muito diferentes” (E.3)

Quanto à expressão dos restantes indicadores de resultados para o sucesso ou não do projeto, as opiniões não são uniformes. Em duas entrevistas, é referido diretamente que

⁶ Contratos de Emprego e Inserção, Contratos de Emprego e Inserção +, Estágios Profissionais, Emprego Jovem Ativo, Apoio ao Empreendedorismo

o sucesso do projeto não é passível de ser expresso unicamente em números, sendo que as/os profissionais que afirmaram que sim veem uma relação direta entre o número de participantes e o impacto que a atividade terá. É reconhecido que, para efeitos oficiais, a parte quantitativa quanto ao sucesso da intervenção é o mais importante, tendo os indicadores de resultados sido definidos em sede própria, aquando a realização da candidatura.

“(...) nós temos que ter um determinado número para atingir aquele objetivo, porque nós somos vistos como números.” (E.5)

“Eu acho que o projeto tem a ver mais qualitativamente do que quantitativamente. Nós podemos ter, se calhar, 40 pessoas que usufruíram de uma atividade como deve de ser, ou ter 100 pessoas que estiveram presentes e não usufruíram, por tanto, eu acho que os números nem sempre são reveladores do sucesso da atividade.” (E. 4)

De uma forma geral, não é tida a perceção de que é difícil atingir estes indicadores, tendo ainda em conta que estes foram alterados para números inferiores quando foi reforçada a obrigatoriedade de inserção de destinatários em M.A.E.

Numa das situações, é ainda referida a dificuldade em colocar em prática o que foi definido “em papel”, entendendo-se que, neste aspeto, também não se encontravam adaptados à realidade local. Tal como já referido no presente trabalho, Hespanha (2008) entende esta metodologia de intervenção social como um novo modelo de atuação, caracterizado pelo princípio da gestão por objetivos (tal como é o caso dos indicadores), e por um modelo de responsabilidade partilhada entre o Estado e as entidades privadas. Tal é bastante visível nos projetos estudados, tanto pelos seus modelos de atuação, como pelas estreitas parcerias e articulações que desenvolvem no sentido de atingir os objetivos propostos.

Contudo, a burocracia existente revelou-se um constrangimento, maioritariamente pelo desconhecimento e falta de informação existente no início do funcionamento dos projetos. Apesar de tudo, tais exigências são compreendidas por um/a dos/as entrevistados/as:

“(...) o nosso trabalho é muito bom. E não o é mais porque há uma grande parte burocrática, mas tem que haver porque trabalhamos com dinheiros públicos e tem que haver rigor e transparência, não pode haver dúvidas, as coisas têm que ser utilizadas para os fins a que foram destinadas, e é só esta burocracia que às vezes não é fácil. Tirando isso, é o melhor trabalho do mundo!” (E.3)

Em alguns casos, são também apresentadas algumas limitações no funcionamento de instrumentos informáticos destinados a processar os reembolsos feitos às entidades coordenadoras ou executoras.

Tendo em conta as ações dinamizadas, entende-se que a atuação dos CLDS 3G estudados vai de encontro ao cumprimento dos objetivos do PO ISE enumerados na página 17 deste trabalho, bem como das suas prioridades de investimento. Para tal, entende-se como fundamental a descentralização e proximidade que caracteriza estes CLDS 3G (tal como refere Hespanha (2008)). Do mesmo modo, entende-se que estas ações vão de encontro aos principais objetivos dos CLDS 3G, estudados anteriormente. Quanto aos indicadores de resultados, destaca-se a importância atribuída às M.A.E. e à formação profissional. Tendo em conta que o emprego (e a sua qualidade) é uma das prioridades de investimento do PO ISE, entende-se que este destaque no que respeita a indicadores não vai diretamente de encontro ao cumprimento destes objetivos, uma vez que, **para além de não englobar os contratos de trabalho (como forma primordial de combate ao desemprego), pode ainda promover o emprego precário e a manutenção em situações de pobreza**, tal como referido numa das entrevistas. Para além disso, esta imposição não tem em conta as especificidades de cada território, onde as situações de pobreza não estão diretamente relacionadas com a problemática do desemprego.

Destaca-se a burocracia e a falta de informação das equipas, dada a importância que estes fatores tiveram no desenrolar dos projetos, uma vez que emanam da autoridade de gestão, e que dificultam o cumprimento dos objetivos por esta entidade definidos.

Em suma estes projetos procuram a inclusão social de forma multisetorial e integrada, o que é visível nas ações dinamizadas e no esforço dos profissionais, mas não no principal indicador de resultados imposto aos CLDS.

2. Os fundos comunitários e a atividade das entidades coordenadoras

De uma forma geral, os fundos comunitários foram de encontro aos objetivos das entidades coordenadoras dos projetos estudados, que já desenvolviam ou tinham como missão a atuação nas questões relacionadas com a pobreza e a exclusão social. Contudo, é praticamente consensual que os CLDS 3G trouxeram vários constrangimentos a nível financeiro para as entidades que os coordenam. São destacadas dificuldades ligadas com

a elevada burocracia, e os atrasos no pagamento dos reembolsos relacionados com atividades e salários de profissionais, que vêm trazer dificuldades não previstas à partida.

“os reembolsos são feitos com um delay enorme, e eles entretanto têm que avançar com o dinheiro” (E.4)

“foi mais um peso a nível de trabalho e encargos financeiros do que uma ajuda” (E.1)

Apenas numa situação é referido que o CLDS veio ajudar em termos financeiros na persecução dos objetivos da entidade, apoiando na continuação do trabalho que esta já tem vindo a desenvolver.

3. Capacidade de inclusão de pessoas em situação de pobreza e exclusão social

Quanto à atuação dos CLDS 3G nas problemáticas relacionadas com a pobreza, o principal constrangimento encontrado prendeu-se com a participação da população.

“A população adulta tem muita resistência a formação/sensibilização. Acham que não precisam, não têm capacidade de iniciativa, e por isso não vêm [às ações].” (E.1)

“(…)com o Eixo 2, as famílias, por mais que tentemos trabalhar em parceria com escolas, com jardins-de-infância, tentar sempre articular com professores, com os educadores – aqui deparamo-nos que é difícil conseguir que os pais adiram.” (E.3)

Esta foi a principal e mais comum dificuldade identificada pelos projetos, tentando ser explicada pelo/as profissionais como uma questão cultural, apesar de as entrevistas terem sido realizadas em locais distantes geograficamente, e por isso com contextos culturais distintos⁷. Paugam (1991) vai de encontro a esta problemática (embora não diretamente relacionada com a participação em ações de entidades ou serviços), expondo as teorias de Oscar Lewis (1967) e de Anthony Leeds (1971), que tal como referido na página 24 deste documento, apresentam teorias explicativas para o afastamento das pessoas em situação de pobreza ou exclusão, sejam elas entendidas como uma necessidade de adaptação, ou como consciência de que as suas capacidades de adaptação são reduzidas. Paugam (1991), neste contexto e tendo em conta a sua própria investigação, faz ainda referência à população que, sendo acompanhada por um serviço de ação social, recusa um acompanhamento social regular, limitando ao máximo

⁷ Não foi feita qualquer caracterização dos territórios estudados que permita a sua identificação, devido às questões éticas inerentes, acordadas com os/as profissionais e presentes no Consentimento Informado.

os contactos com os/as profissionais. Definindo estas situações como “assistência diferida” (p.77), o autor faz referência ao sentimento de inferioridade experienciado pelos/as utentes atendidos/as, no sentido em que veem limitadas a sua independência e liberdade. No trabalho de Paugam (1991), são descritos sentimentos de submissão e subalternização aos serviços, que procuram, ao máximo, evitar recorrer, uma vez que estas pessoas não querem ser percecionadas como mais frágeis ou inaptas, procurando ainda preservar a sua privacidade, que veem ameaçada. Tendo em conta os contextos estudados e as teorias explicativas apresentadas para estes comportamentos, entende-se que não se poderá adotar apenas uma perspetiva, no sentido em que se tratam de contextos culturais e sociais múltiplos, bem como as motivações dos indivíduos também o poderão ser. Assim, surge a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre a matéria, englobando também os/as utentes em questão.

Um dos principais pontos abordados nos contactos com os projetos, foi a integração na Rede Local do território abrangido. Em um dos contextos, esta situação constitui-se como um dos maiores constrangimentos.

“[um dos] principais desafios, foi talvez o contacto com a Rede. Não sabiam o que éramos e o que poderíamos fazer, por isso não davam o valor devido a uma parceria conosco. Com o passar do tempo, isso foi ultrapassado, por isso o trabalho em rede tornou-se uma oportunidade.” (E.1)

De facto, o trabalho com a Rede Local é de capital importância para os CLDS 3G estudados, tornando-se uma mais-valia para todas as partes, tal como o que já foi abordado por Hespanha (2008). Os/as profissionais referem que o trabalho dos projetos acaba por complementar o trabalho que já era desenvolvido pela Rede, para além das inovações que traz para o território, e que implementa com a colaboração desta. Mas, regra geral, no apoio às famílias, os CLDS 3G acabam por ser um suporte importante, principalmente em situações em que os recursos pré-existentes não permitem a realização de um acompanhamento mais efetivo e individualizado – como definido acima, característica principal da atuação destes projetos. Sen (2009), citando o autor indiano Kautilya (s/d: 126), destaca a importâncias das diversas instituições sociais na aplicação das políticas públicas, salientando o importante papel do Estado como regulador do bem-estar das populações. As instituições, enquanto entidades mais próximas dos cidadãos, tinham neste aspeto uma grande importância.

“(…)isto não é grande novidade em si, de qualquer forma foi um reforço, foi uma ajuda para que esse trabalho continue.” (E.2).

Vários projetos destacam a situação específica da parceria com o IEFP, parceiro privilegiado dos CLDS 3G. Apenas num dos casos esta parceria é efetiva e benéfica para o desenvolvimento dos trabalhos. Em dois deles é referido que a parceria acaba por não ser concreta, maioritariamente por questões burocráticas ou de organização desta instituição pública.

“O único problema foi que um dos parceiros privilegiados dos CLDS é o IEFP, e aqui não tem sido fácil trabalhar a esse nível, não pelas pessoas que estão, pelas normas que eles têm. (...) Na prática, esta parceria não funciona.” (E.5)

“(...)era suposto haver uma parceria estreita com o IEFP, e não me parece, pelo menos na nossa região, que seja efetiva – é mais de papel do que no terreno. E a própria Segurança Social também não se quer envolver muito nesta questão.” (E.3)

É consensual a adaptabilidade da atuação do projeto face às necessidades da comunidade, por diferentes motivos. Em primeiro lugar, é referido que cada candidatura foi realizada em sede própria, por tanto, com base nas necessidades previamente diagnosticadas nos referidos municípios. Para além desta questão, os/as Assistentes Sociais contactados referiram também que, dentro de cada atividade, existe a possibilidade de adaptação às várias circunstâncias que encontram, sejam elas relacionadas com o território ou público-alvo, ou com os próprios recursos disponíveis (situação em que a própria Rede Local tem um papel fundamental).

“Quando a candidatura foi feita, tentámos que o plano de atividades fosse de encontro às necessidades que tínhamos no concelho, e dentro de cada atividade também conseguimos adaptar o que fazemos às circunstâncias que encontramos” (E.1)

“Eu acho que é bastante adaptável às necessidades que vamos encontrando (...). Claro que temos que cumprir com um plano, nomeadamente atingir um determinado número de participantes, e são exigentes nesse campo, mas depois em termos de atuação e em termos de apoio, acho que aqui os projetos têm alguma flexibilidade nesse aspeto.” (E.5)

As posições não são uniformes quanto à situação social dos municípios antes da atuação dos CLDS 3G. Em alguns deles existia já a atuação dos CLDS+, enquanto noutra o trabalho era já desempenhado pelo município e IPSS. Associadas à pobreza, os/as profissionais identificam a falta de informação da população quanto aos recursos disponíveis, falta de habilitações escolares, isolamento e envelhecimento, demências e

problemas psiquiátricos, e ainda representações sociais de género associadas ao mundo do trabalho.

“[as pessoas] estão muito habituadas a trabalho de terreno. No caso dos homens, muito os madeireiros, no caso das mulheres, a parte da agricultura. (...) as pessoas não se sujeitam a qualquer coisa. Preferem estar na zona de conforto, porque até têm essa estabilidade porque os maridos conseguem algum dinheiro (...) do que se sujeitarem, por exemplo, a uma vaga aqui na Santa Casa (...). Em relação há pobreza, é essa questão. Não há muita, há uma classe média, e uma classe baixa conformada.” (E.4)

“normalmente os homens conseguem sempre dar a volta, há mais mulheres [nesta situação]” (E.4)

Na sequência do exposto, e tal como referido por Clavel (1998), esta questão aumenta a vulnerabilidade face a situações de pobreza mais expressivas, originadas por questões como a monoparentalidade ou famílias unipessoais, mais comuns atualmente tendo em conta as transformações familiares das últimas décadas. Esta é também uma das preocupações da Comissão Europeia, tal com expresso na página 13 do presente trabalho.

Apesar de, tendo em conta os contextos culturais dos territórios, os/as Assistentes Sociais entrevistados não entenderem a pobreza como um fenómeno muito expressivo, entende-se que as situações de exclusão social identificadas trazem especificidades próprias destes municípios. Com exceção de uma situação, as situações de pobreza estão vistas como associadas a outras problemáticas, como as já identificadas, com maior expressividade. Assim, e na sequência da bibliografia já abordada, a pobreza é vista como um fenómeno multidimensional, associado a vários fatores, e que não pode ser unicamente visto como a falta de recursos financeiros⁸.

Na sequência do que já foi referido por Costa (*et al.*, 2008) e Paugam (1991), a questão económica e material, apesar de constituir o fenómeno mais observável na problemática da pobreza, não é a única questão em causa, pelo que a atuação dos CLDS 3G estudados vai neste sentido. A intervenção destes projetos é mais expressiva no domínio institucional, sendo uma forma de facilitar a relação entre os/as cidadãos/ãs e as várias instituições (Costa *et al.*, 2008)

⁸ Salienta-se o facto de a subjetividade do conceito poder ter influenciado as perspetivas dos profissionais, levando a que não vissem como situações de pobreza, casos que efetivamente o são, ou vice-versa. Tal questão poderá ser explorada em oportunidades futuras.

“(...) conseguimos várias vitórias no domínio institucional, trabalhamos no sentido de facilitar as relações entre a população e as várias instituições. Assim criaram-se e aproveitaram mais as oportunidades que tinham. Este foi o domínio em que a nossa atuação foi mais expressiva” (E.1)

Tendo em conta o papel importante que tem na integração de pessoas em M.A.E., destacam-se todos os domínios envolvidos nas relações de trabalho, como o domínio simbólico (tendo em conta a identidade que é atribuída através do emprego) (Clavel, 1998; Paugam, 1991), o domínio económico e o domínio das relações sociais (pela nova rede de contactos que se cria). Neste campo, destaca-se a perspetiva já abordada relativamente às M.A.E., que poderão ter um efeito inverso: contribuir para uma precarização do trabalho, assim como para a manutenção numa situação de pobreza e exclusão social, apesar das novas oportunidades que criam. Destaca-se então a perspetiva de Castel (1995 *cit in* Clavel, 1998) referida na página 25 desta dissertação, relativamente à zona de vulnerabilidade social criada pelo emprego precário, como são o caso das M.A.E..

O acompanhamento social realizado pelos/as profissionais, em parceria com a Rede Local, contribui ainda para a atuação no âmbito do domínio simbólico, para além dos já abordados, uma vez que contribui para a criação de novos hábitos, rotinas e oportunidades que contribuam para a inserção dos/as cidadãos/ãs, podendo por isso modificar a perceção que têm de si e da comunidade.

“Em parceria com a Segurança Social temos feito muito apoio domiciliário, que tem sido muito bom e temos visto melhorias ao nível da gestão doméstica e acompanhamento dos filhos” (E.4)

“não com uma vertente monetária, mas é importante ter outras competências, e aí nós trabalhamos” (E.5)
castel

Em suma, entende-se que, regra geral, a intervenção realizada vai muito no sentido do que é defendido por Amartya Sen (2009; 1982 *cit in* Costa, *et al*, 2008), uma vez que se valoriza a habilitação, nos termos em que é entendida por este autor, bem como se associa à pobreza a “inteligência”, ou seja a educação, principalmente no que diz respeito à solidariedade das populações ou outras formas de atuação em situações de desigualdade (Sen, 2009: 125) A vertente educacional e de intervenção em rede dos CLDS estudados vai muito neste sentido.

Com o final do projeto, grande parte dos apoios desenvolvidos irão terminar. Em algumas situações, as atividades irão ser delegadas em entidades da Rede Local, mas noutras não há possibilidade de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

“A maioria destes casos, são casos que requerem um acompanhamento, ou seja, o CLDS termina: há pessoas que só têm estas visitas e este apoio porque nós criamos atividades que vão de encontro às suas necessidades. A partir do momento em que o CLDS termina, essas pessoas vão ficar sem resposta. Porque, pela parte do município, ou pela parte de outras instituições é difícil, porque o tempo é pouco, os problemas cada vez são mais (...) as pessoas ficam desprotegidas” (E.3)

Há também a ideia generalizada de que, por um lado, o trabalho que foi feito até aqui foi em vão, uma vez que não será dada continuidade, bem como, após ultrapassadas as dificuldades de divulgação inicial, o projeto chega ao fim – na altura em que estaria melhor enquadrado na comunidade.

“(...) agora que realmente conhecem a nossa intervenção, já sabem onde nós estamos, e as ações que tivemos começam a ter projeção localmente, é injusto acabar, não é? Porque agora é que nós estamos a ser conhecidos a nível do concelho (...)” (E.5)

Como principais desafios encontrados pelos/as profissionais, para além dos já abordados, destacam-se, por um lado, conseguir chegar à comunidade que não era apoiada por qualquer IPSS, e por outro, conseguir atuar de forma justa, ou seja, apesar da imposição de participantes por ação, conseguir abranger os/as cidadãos/ãs que realmente se enquadram nas diferentes ações. Como principais oportunidades, é várias vezes referido o facto de poder trabalhar com diversos públicos-alvo e diversas problemáticas, assim como o tipo de trabalho ser também diversificado. Destaca-se igualmente o feedback positivo recebido da comunidade, bem como a oportunidade de trabalhar em equipa, ganhando assim uma maior importância o “espaço transacional analógico”, explicitado na página 20, com base na teoria apresentada por Albuquerque (2017).

“É sempre uma aprendizagem todos os dias. Para já, o poder estar a trabalhar na minha área, isso já é excelente, é logo uma oportunidade excepcional! E depois porque abrangemos várias áreas, temos atividades variadas, é um desafio constante, mas é também uma oportunidade muito grande. É o podermos trabalhar na área social, que é isso que nos move e que faz parte da nossa preparação, e que é muito bom termos essa oportunidade.” (E.5)

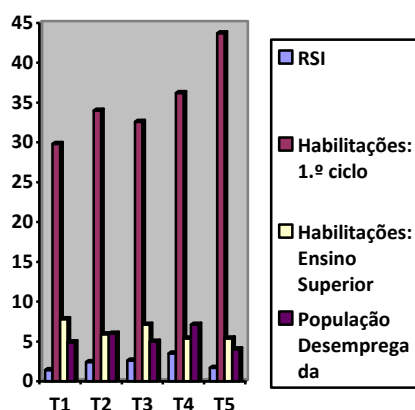
4. Análise secundária de estatísticas

A análise secundária de estatísticas aqui apresentada foi realizada de forma pontual, centrando-se apenas ao nível das condições de vida dos territórios estudados. As características sociodemográficas e económicas destes (expressas nos respetivos diagnósticos sociais) serviram de base para a construção dos respetivos planos de atividades, permitindo, neste contexto, compreender de forma mais abrangente a situação de cada território.

Os dados recolhidos através das entrevistas aos/às profissionais a exercer funções em CLDS 3G permitiram concluir que, na perspetiva destes profissionais, a intervenção dos projetos exerce a sua influência nos domínios de inclusão/exclusão social relacionados com as relações sociais, simbólico e institucional. Partindo deste princípio, e tendo em conta o quadro concetual do presente trabalho, procuram-se dados estatísticos relacionados com estes domínios, de forma direta ou indireta, que melhor pudessem contextualizar a intervenção dos projetos em causa, tendo em conta grande parte das ações e indicadores de resultados destes projetos.

Junto da plataforma PORDATA¹³, foi possível recolher dados relativos a situações de desemprego, incidência de beneficiários/as de RSI, habilitações escolares e rendimento obtido¹⁴. Partindo destes, elaboraram-se os gráficos seguintes, de forma facilitar a análise dos territórios, tendo em conta as informações que nos foram transmitidas pelos/as profissionais

Gráfico1 – Percentagem de população beneficiária de RSI, com habilitações escolares ao nível do 1.º CEB, com o ensino superior, e em situação de desemprego

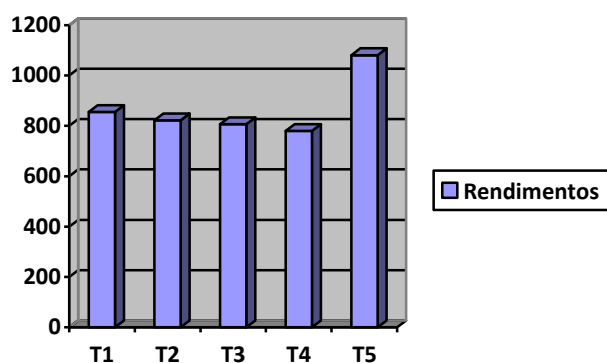


Fonte: Elaborado pela autora, com dados recolhidos através da plataforma PORDATA

¹³ Foram tidos em conta os dados relativos ao último ano disponível

¹⁴ Por indivíduo/a trabalhador/a por conta de outrem.

Gráfico 2 – Rendimentos médios dos trabalhadores por conta de outrem, nos vários territórios.



Fonte: Elaborado pela autora, com dados recolhidos através da plataforma PORDATA.

Verificamos que as taxas de desemprego nos territórios estudados, em dezembro de 2017, variavam entre 7,1% e 4%, tendo vindo a decrescer em todos os territórios nos últimos anos, depois do aumento significativo em 2012 e 2013. No caso do município com o valor mais baixo, a mesma situação tinha já sido referida na entrevista realizada – o desemprego não era uma problemática expressiva, pelo que não se adequava a imposição do indicador relativo a M.A.E. Este é também o território com a média de rendimento mais elevada (dados de 2013, ano de crise económica no país), compreensível, tendo em conta o contexto económico da região. O município com a média de rendimentos mais baixa corresponde ao mesmo que tinha, em 2017, uma taxa de desemprego mais elevada.

Quanto ao nível de escolaridade das populações, que tem vindo a aumentar em todos os territórios ao longo das últimas décadas, em 2011 a percentagem de habitantes com o ensino superior concluído varia entre 7,8% e 5,4%. Em contrapartida, no caso do 1.º Ciclo do Ensino Básico, os valores variam entre 43,7% e 36,2%, situação referidas nas respetivas entrevistas. Por outras circunstâncias contextuais, o município com maior percentagem de habitantes apenas com o 1.º Ciclo do Ensino Básico é o mesmo que tinha, em 2016, a taxa de desemprego mais baixa. Contudo, com esta exceção, verificamos uma relação entre a taxa de desemprego, o rendimento médio, e as habilitações das populações. Nos municípios que apresentam populações com habilitações mais baixas, foram reconhecidas também pelos profissionais maiores necessidades de capacitação e formação, indo as suas ações neste sentido. Destaca-se

que esta necessidade não se verificava apenas ao nível das habilitações literárias, mas aplicava-se também a outras áreas da vida em sociedade, tal como referido pelos/as profissionais, assim como por Clavel (1998).

Num dos territórios que mais vezes foi referido em entrevista que a pobreza e a exclusão social não eram entendidas como problemáticas expressivas, verifica-se que é um dos municípios com taxa de desemprego mais alta. Contudo, o mesmo não se verifica quanto ao RSI, segundo dados de 2017 – este, com uma exceção, aumenta a incidência consoante as habilitações literárias diminuem.

Todas estas questões vão no sentido do que foi transmitido pelos/as profissionais. Fatores como o desemprego ou as habilitações escolares, diretamente relacionados com situações de pobreza, vão influenciar os domínios de inclusão/exclusão social em que os CLDS 3G intervêm. Assim, apesar de não ser possível, através destes projetos, a atribuição de bens, apoio monetário ou outros, mais diretamente relacionados com situações de carência, o facto de a intervenção dos/as profissionais ir no sentido da capacitação, intervindo nos domínios já referidos, tende a minimizar os efeitos da exclusão social causada pelos resultados dos indicadores aqui especificados.

A exceção aqui retratada, em que as baixas habilitações escolares não se manifestam na comunidade da mesma forma que nos restantes territórios mostra a necessidade da adaptabilidade das intervenções, ilustrando de forma clara que cada território possui as suas especificidades, não sendo aconselhável a padronização de métodos e de medidas que não tenham em conta as características dos territórios e comunidades a que se aplicam.

Discussão dos resultados e Considerações finais.

Como se verificou com a criação do Fundo para a Política Social aquando da assinatura do Tratado de Roma, desde cedo a comunidade europeia demonstrou preocupação com o combate às questões da pobreza e da exclusão social.

As mudanças na família que ocorreram durante o século XX (e que coincidiram com o desenvolvimento da U.E.), assim como a multidimensionalidade e pluralidade das questões da pobreza e da exclusão social, trouxeram novos desafios para as políticas sociais de combate a estas situações, tanto a nível nacional como supranacional, pelo que as medidas e diretrizes emanadas da U.E. acabaram por, ao longo dos tempos, vir a refletir estas novas necessidades.

O presente quadro comunitário, e em especial o PO ISE, reflete estas questões. Se, por um lado, não é possível encarar e estudar a pobreza como um problema simples e linear, por outro, as políticas e medidas têm que ir de encontro às necessidades atuais. Tanto pela existência de políticas díspares, que visam tanto a prevenção como a melhoria de situações de pobreza e exclusão social já existentes, como pela abordagem multidimensional que é feita ao problema, é possível verificar esta situação. O PO ISE desmonta-se em três eixos de ação distintos, cada um com os seus objetivos, ações e projetos também eles diferentes entre si e que pretendem responder a diferentes problemas. Desta forma, este programa operacional, como uma das formas mais diretas de atuação da U.E., pretende fazer face às várias questões levantadas pelas problemáticas associadas à exclusão social, de uma forma também complexa, tal como a própria exclusão em si.

Apesar de a abordagem teórica expressa não estar explícita nos documentos oficiais da U.E., é possível verificar pela análise documental feita que esta é subjacente às diferentes políticas e diretrizes, orientando a atuação da organização no que diz respeito à política social. Os vários domínios enumerados por Costa (*et al*, 2008), e que servem de base a este estudo, articulados com outros pressupostos teóricos, encontram, em grande medida, eco nos documentos oficiais que explanam as políticas europeias.

Por sua vez, apesar de se tratar de uma diretiva supranacional, e no caso específico dos CLDS, é dada prioridade à atuação territorial e de proximidade. Esta articulação entre uma abordagem macro (pelos referenciais emanados pela U.E.) e micro (pelo poder dado à sociedade civil na gestão e execução dos projetos), permite que a metodologia

utilizada possa ter potencialidades para a coesão social dos territórios, em concordância com o que foi explanado anteriormente. Nesta situação, ganha um importante relevo a discricionariedade dos profissionais, coordenadores e dirigentes que atuam no âmbito destes projetos, sendo a sua ação determinante para o sucesso dos mesmos, no seguimento do que é dito por Lipsky (1980, *cit in* Gabel, 2012), já que, segundo este autor, quem aplica as Políticas Públicas não pode ser desresponsabilizado por aquilo em que esta se torna, uma vez que a política ou medida é entendida também como a forma como é aplicada. A eficácia de uma política ou medida é entendida então como diretamente dependente da atuação do profissional que a aplica, situação também verificável no caso dos projetos financiados como os CLDS.

Através deste trabalho foi possível relacionar criticamente diretrizes supranacionais com a sua aplicação a nível local.

Por um lado, entende-se que a Estratégia 2020 se apresenta como uma mais-valia para o desenvolvimento integrado das sociedades, no seguimento do trabalho que tem vindo a ser feito pela U.E. ao longo das últimas décadas.

Já no que diz respeito a PO ISE, enquanto programa operacional no qual os CLDS 3G se enquadram, destaca-se que tanto os seus objetivos temáticos como os seus eixos prioritários focam, essencialmente, o combate à pobreza por via do emprego e da qualificação, sendo que a maioria das suas ações se desenrolam neste sentido, no seguimento dos objetivos emanados da Estratégia 2020. Reflete-se assim a corrente de pensamento predominante, em que o emprego surge como a principal forma de inclusão social, deixando de parte franjas populacionais que não se poderão enquadrar neste pressuposto, como são os casos dos idosos ou das pessoas com deficiência grave, tal como abordado no enquadramento teórico do presente trabalho. Nos contextos estudados, esta questão ganhou uma relevância especial, tendo em conta a imposição de inclusão de pessoas desempregadas em M.A.E., enquanto indicador de resultado, em territórios em que o desemprego não se afigura como a principal causa de pobreza ou exclusão social, ou onde não são tidas em conta outras especificidades, como as analisadas na análise feita neste trabalho às estatísticas territoriais específicas dos locais onde se implementam estes projetos. Para além de outras questões já abordadas – o limite temporal em que a inclusão em M.A.E. é efetivamente contabilizada como indicador, a possível perpetuação de situações de desemprego e dependência de

serviços, tendo em conta os baixos rendimentos e a precarização dos postos de trabalho inerentes às M.A.E. – entende-se que poderá estar subjacente a estas medidas, não a efetiva inclusão social dos cidadãos, mas antes outros objetivos com fins estatísticos ou economicistas. O que, à partida, se afigura como uma excelente medida de inclusão social (e não descorando todas as mais-valias que estes projetos trazem para as comunidades em que se inserem, já enumeradas anteriormente), acaba por implementar resultados limitados temporalmente, e que podem não constituir uma forma efetiva de inclusão social através do emprego. Para além disto, não são da mesma forma incentivadas ações que tenham em vista combater outros fatores de pobreza, ou que garantam um acompanhamento social suficientemente longo para que seja possível autonomizar efetivamente os/as cidadãos/ãs que recorrem aos serviços, tal como é referido pela generalidade dos/as profissionais entrevistados, e como se reflete nos dados estatísticos destes territórios. Entende-se que, de uma forma geral, o que é pedido da atuação predominante dos CLDS 3G não tem em conta a perspetiva multidimensional da pobreza, e consequentes fontes de exclusão, tendo em conta os diferentes domínios abordados por Costa (*et al*, 2008) que são abrangidos pelos projetos, mas não encontram expressão significativa nos seus indicadores de resultados. Efetivamente, os CLDS 3G trazem grandes vantagens para as comunidades em que se inserem, dada a sua possibilidade de atuação e de complementaridade aos serviços locais já existentes. O domínio com maior expressividade é, sem dúvida, o domínio institucional, salientando-se também o domínio das relações sociais e o domínio simbólico. Destaca-se a dedicação e empenho dos profissionais envolvidos, dado o seu objetivo efetivo de intervir na comunidade e nas problemáticas que identificam como prioritárias, fazendo assim um esforço para ir para além do que é entendido por entidades superiores como o sucesso do projeto. Entende-se que os/as Assistentes Sociais envolvidos nos projetos estudados, não podem ser vistos como meros executores de políticas públicas, uma vez que a sua atuação vai muito para além destas – no seguimento da teoria de Sen (2009), procuram a habilitação das populações. É notória a preocupação geral com o cumprimento dos objetivos propostos pelas entidades superiores, contudo, nota-se um esforço dos/as profissionais para atuar em dimensões que vão para além destes, pelo que se conclui que a atuação destes/as profissionais, integrados/as em equipas multidisciplinares, não se limita a uma execução rígida das diretrizes superiores. Entende-se que o papel dos/as Assistentes Sociais nos CLDS 3G estudados é fundamental, dada a sua capacidade crítica e reflexiva sobre as realidades e

necessidades dos contextos e territórios em que atuam (geralmente, a sua visão das realidades vai de acordo com as estatísticas analisadas), permitindo adaptar a intervenção e as atividades exigidas às conjunturas locais, indo assim os resultados para além do que é passível de ser explícito pelos indicadores numéricos exigidos.

Uma das maiores dificuldades sentidas para a realização deste trabalho prendeu-se com a aplicação das entrevistas aos/às profissionais envolvidos nos projetos. Devido a diversas circunstâncias, na sua maioria de natureza burocrática, a aceitação da cedência das entrevistas revelou-se um dos maiores obstáculos encontrados, fazendo com que surgisse a necessidade de uma grande dispersão geográfica nos projetos estudados, distribuídos pelos distritos de Coimbra, Leiria e Castelo Branco. Contudo, tal dificuldade e afastamento geográfico acabou por revelar-se uma mais-valia, tendo em conta os contextos culturais diversos em que atuam os CLDS 3G, trazendo assim uma maior riqueza a esta dissertação.

Em suma, entende-se que o presente trabalho vem também contribuir para o estudo do papel dos/as Assistentes Sociais, não só em CLDS 3G, mas também em outros projetos da mesma natureza. Tendo em conta a tendência crescente para a intervenção social a nível local e comunitário através de projetos com características semelhantes aos estudados, assim como o papel fundamental destes profissionais para a inclusão social e garantia dos direitos dos/as cidadãos/ãs, entende-se como de capital importância o trabalho de investigação sobre este campo profissional recente. No âmbito dos CLDS 3G, é notória a relevância do Serviço Social, pelos motivos já abordados, contudo questiona-se como será em outros projetos similares (como o caso das RLIS, enquadradas pelo mesmo programa operacional), e qual a perceção dos/as profissionais relativa à efetiva capacidade de inclusão dos projetos em que estão inseridos/as.

Referências Bibliográficas

- Álvares, P. (2007). *O Tratado de Lisboa e Futuro da Europa*. [PDF] Retirado de www.eurocid.pt/pls/wsd/docs/F20902/publicacao_tratado%20lisboa.pdf a 17 de setembro de 2017
- Andrade, M. (2001). Campo de Intervenção do Serviço Social: Autonomias e Heteronomias do Agir”. *Intervenção Social*, 23/24, pp. 217-232. Retirado de <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/issue/view/65> a 17 de setembro de 2017.
- Borchardt, K. (2011). *O ABC do Direito na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Clavel, G. (1998). *A Sociedade da Exclusão: compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora
- Coutinho, C. (2013) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Costa, A. B., Baptista, I., Perista, P., Carrilho, P. (2008). “*Um Olhar sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*”, Lisboa: Gradiva.
- Creswell, J. (2003). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Europe 2020. (s/d). *Europe 2020 targets: statistics and indicators for Portugal*. Retirado de https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention-correction/european-semester/european-semester-your-country/portugal/europe-2020-targets-statistics-and-indicators-portugal_pt#poverty-and-social-exclusion , a 04 de setembro de 2018

- European Commission (2011) *The Social Dimension of the Europe 2020 Strategy: A report of the Social Protection Committee (2011)* [PDF]. Retirado de <http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=6991&langId=en> a 17 de setembro de 2017. doi: 10.2767/29657.
- Gabel, B. (2012). Book review: Lipsky, Michael (2010). *Street Level Bureaucracy of the Individual in Public Services (The Russel Sage Foundation: New York, NY)*. San Francisco: San Francisco University
- Gil, A. (1987). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas, S.A.
- Götting, U. (1996). A New Social Contract? In *Difence of Welfare: Social Protection and Social Reform in Eastern Europe. EUI Working Papers RSC, 96/42*. Florence: European University Institute
- Henriques, M. (2012). *Tratado de Lisboa*. Coimbra: Almedina
- Hespanha, P. (2008). Políticas Sociais: novas abordagens, novos desafios. *Revista de Ciências Sociais*, pp. 5-15. (Universidade Federal do Ceará). Fortaleza – CE.
- ICETA. (2013). *Avaliação Ex Ante da Proposta de Acordo de Parceria para a Aplicação em Portugal dos Fundos do Quadro Estratégico Comum 2014-2020*. Retirado de https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/docs/2.%20Avaliacao_E_2.%20x-ante_Acordo%20Parceria_RFinal_26122013.pdf , a 8 de setembro de 2018.
- Kraatz, S. (2017a). A luta contra a Pobreza, a Exclusão Social e a Discriminação. [PDF]. *Fichas técnicas sobre a União Europeia*. Parlamento Europeu. Acedido em www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_5.10.9.pdf a 5 de outubro de 2017.
- Kraatz, S. (2017b). Política de Emprego [PDF]. *Fichas técnicas sobre a União Europeia*. Parlamento Europeu. Acedido em www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_5.10.3.pdf a 5 de outubro de 2017.
- Leibfied, S., Pierson, P (1991). The Prospects for Social Europe [PDF]. *Working Paper Series*, 34. Harvard University. Acedido em

www.people.fas.harvard.edu/~ces/publications/docs/pdfs/CES_WP34.pdf a 05 de outubro de 2017.

Loureiro, J. (2010). *Adeus ao Estado Social? A segurança social entre o crocodilo da economia e a medusa da ideologia dos “direitos adquiridos”*. Coimbra: Coimbra Editora.

McGregor, A.; GmbH, M. & Sutherland, V. (2012). *Final Synthesis Report on Social Inclusion. ESF Expert Evaluation Network*. Glasgow: University of Glasgow – Training and Employment Research Unit

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2016). *Decreto-Lei n.º 115/2006*. Retirado de <https://dre.pt/pesquisa/-/search/344943/details/maximized>, a 04 de setembro de 2018.

Miller, D. (1998). Perspetivas de justiça social. *Análise Social*. Vol XXXIII, 146-147, 323-339

Monteiro, L. (2010). *Os últimos 200 anos da nossa Economia e os Próximos 30*. Lisboa: Bnomics.

Mouro, M. (2006). *Serviço Social e Modelos de Intervenção: da Sociedade Industrial à Sociedade do Risco*. [Dissertação de Doutoramento]. Universidade do Porto: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar.

Organização Internacional do Trabalho. (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências da Luta Contra a Pobreza*. Genebra.

Paugam, S. (1991). *A desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.

PORDATA (2018). *Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)*. Retirado de

[https://www.pordata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+\(percentagem\)-715](https://www.pordata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+(percentagem)-715) a 25 de junho de 2018

PORDATA (2018). *Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)*. Retirado de

[https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+a+64+anos+\(percentagem\)-592](https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+a+64+anos+(percentagem)-592) a 25 de junho de 2018

PORDATA (2018). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo*. Retirado de

<https://www.pordata.pt/Municipios/Ganho+m%C3%A9dio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+sexo-282> a 25 de junho de 2018

PORDATA (2018). *População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos (%)*. Retirado de

[https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+segundo+os+Censos+\(percentagem\)-380](https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+segundo+os+Censos+(percentagem)-380) a 25 de junho de 2018

PO ISE (2015). *Guia de Apoio à Execução da Tipologia de Operações 3.10 – CLDS*. [PDF]. Retirado de

<http://poise.portugal2020.pt/documents/10180/25525/Guia+de+Apoio+Execu>

[%C3%A7%C3%A3o+CLDS+3G.pdf/ad5589c5-b936-4486-9da6-10afd388f3fe](#) a 02 de dezembro de 2017.

Portugal 2020. (2014). *O que é o Portugal 2020?*. Retirado de <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020> a 08 de setembro de 2018

Portugal 2020 (2014). *Programa Operacional ao Abrigo do Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego*. [PDF]. Retirado de https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/TEXTOS%20INTEGRAIS%20DOS%20PO/PO_Lisboa_15Dez14.pdf a 15 de outubro de 2017.

Quivy, R; Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Paris: Gradiva.

Sen, A. (2009). *A Ideia de Justiça*. Coimbra: Edições Almedina

Silva, A. (2010). *História da unificação europeia: a integração comunitária (1945-2010)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

Shulz, S. (2017b). Fundo Social Europeu [PDF]. *Fichas técnicas sobre a União Europeia*. Parlamento Europeu. Retirado de www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_5.10.2.pdf a 5 de outubro de 2017.

Touraine, A. (2005). *Um novo paradigma*. Paris: Instituto Piaget

Velasco, M. (1973). La Protección Internacional de los Derechos Humanos. In Velasco, M. *Instituciones de derecho internacional público*. (pp. 631-668). Madrid: Editorial Tecnos

APÊNDICES

APÊNDICE I – GUIÕES DE ENTREVISTA

Tabela 1: Guião de Entrevista – Assistentes Sociais enquanto profissionais integrados em Contratos Locais de Desenvolvimento Social

Domínios	Subdomínios
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	<ol style="list-style-type: none">1. Perspetiva relativamente à flexibilidade possível do projeto, face às necessidades adaptativas à realidade local.2. Perspetiva face aos indicadores de resultados apresentados pelo Portugal 2020
Território ¹⁵	<ol style="list-style-type: none">1. Perspetiva face à situação social do município antes da atuação do CLDS 3G2. Perspetiva dos resultados atingidos até ao momento/ sobre a situação do território face à pobreza e exclusão social3. Perspetivas após o término do projeto, relativamente à situação de pobreza e exclusão social do território.
Trabalho enquanto Assistente Social	<ol style="list-style-type: none">1. Desafios e mais-valias da profissão neste campo profissional, de acordo com os domínios apresentados por Costa (2008)

¹⁵ Tendo por base os domínios apresentados por Costa (*et al*, 2008)

Tabela 2: Guião de Entrevista – Coordenadores/as de Contratos Locais de Desenvolvimento Social

Domínios	Subdomínios
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	<ol style="list-style-type: none"><li data-bbox="842 488 1350 584">1. Perspetiva face aos indicadores de resultados apresentados pelo Portugal 2020<li data-bbox="842 589 1350 752">2. Perspetiva sobre a importância dos fundos comunitários para o trabalho da entidade (coordenadora/executora) na inclusão de pessoas em situação de pobreza<li data-bbox="842 757 1350 848">3. Principais desafios e oportunidades para o cumprimento dos objetivos dos Eixos 1 e 2

APÊNDICE II – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista 1 – Coordenador/a & Assistente Social

Qual é a sua perspetiva face aos indicadores de resultados apresentados pelo Portugal 2020?

Para o PO ISE, o que conta são os números de indicadores, e isso conseguimos ultrapassar. Aliás, nós definimos no Plano de Atividades 1704 participantes, e tendo em conta a nossa população, eles disseram-nos que poderíamos baixar – sugeriram 90. Também conseguimos integrar grande parte destes destinatários em MAE.

E o que pensa sobre a importância dos fundos comunitários para o trabalho da entidade coordenadora, para a atuação nas questões da pobreza?

Os fundos comunitários não implicaram em nada com o trabalho da entidade – eles apenas se dedicam a Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, por isso este é o único fundo que trabalha com a pobreza, mas não com a missão direta deles. Até penso que foi mais um peso a nível de trabalho e encargos financeiros do que uma ajuda. Não lhes trouxe benefício nenhum.

Quais foram os principais desafios e as principais oportunidades para o cumprimento dos objetivos dos Eixos 1 e 2?

Como principais desafios, talvez os contactos com a Rede. Não sabiam o que éramos e o que poderíamos fazer, por isso não davam o valor devido a uma parceria conosco. Com o passar do tempo, isso foi ultrapassado, por isso o trabalho em rede tornou-se uma oportunidade.

Também foi um desafio a falta de formação/orientação que tivemos no início. O Guia de Apoio à Execução dos CLDS só saiu meses depois de estarmos no terreno, e no início andávamos “às cegas”. Tínhamos um plano com atividades para fazer, mas não sabíamos mais nada. Exigem muita burocracia que não tínhamos conhecimento no início, o que levou a equívocos, como o caso de uma carrinha que adquirimos por leasing, e que por erro nosso acabou por ter custos para a entidade coordenadora.

Agora especificamente para a parte do serviço social, qual a sua perspetiva relativamente à flexibilidade possível do projeto, tendo em conta as necessidades de adaptação à realidade local?

Quando a candidatura foi feita, tentámos que o plano de atividades fosse de encontro às necessidades que tínhamos no concelho, e dentro de cada atividade também conseguimos adaptar o que fazemos às circunstâncias que encontramos.

O que pensa sobre a situação social do município antes da atuação do CLDS 3G?

Antes do CLDS havia muita falta de informação, face às oportunidades de que a população dispunha. Neste sentido a atuação do CLDS veio enriquecer.

O nosso concelho também é muito envelhecido, com aldeias muito dispersas e com uma fraca rede de transportes. Tudo isso intensifica possíveis situações de pobreza ou exclusão.

E tendo em conta os resultados atingidos até ao momento, como está a situação do território face à pobreza e exclusão social?

A população adulta tem muita resistência a formação/sensibilização. Aham que que não precisam, não têm capacidade de iniciativa, e por isso não vêm [às ações]. Mas apesar disto, conseguimos trazer alguns, e outros aproveitaram as oportunidades que lhes demos, principalmente em MAE. Neste sentido, foi uma vitória.

Após o término do projeto, qual a sua perspetiva relativamente à situação de pobreza e exclusão social do território?

Penso que vamos conseguir manter o que conseguimos até aqui, pelo menos na parte da pobreza.

Contudo, há coisas que vão acabar. Temos um grupo de cuidadores informais, que pelas relações que possibilita, é uma forma de ajuda a estas pessoas. Isto é uma das coisas que me assusta – quando o projeto acabar, estas pessoas voltam a ficar desamparadas, e apesar de haver sempre alguma coisa que fica, parece que andámos três anos a trabalhar para “o boneco”. Acaba por ser um pouco ingrato.

E por fim, quais foram os principais desafios e mais-valias enquanto profissional?

O CLDS anterior era muito fechado. Não estou a tirar o mérito do trabalho deles, mas não estabeleceram muitas parcerias nem contactaram com a Rede, e isso dificultou muito o nosso primeiro contacto, quando tentávamos encaminhar utentes. Passada esta

barreira, conseguimos várias vitórias no domínio institucional, trabalhámos no sentido de facilitar as relações entre a população e as várias instituições. Assim criaram-se e aproveitaram mais as oportunidades que tinham. Este foi o domínio em que a nossa atuação foi mais expressiva.

Também é muito enriquecedor quando passamos na rua ou vamos a uma instituição e as pessoas já nos conhecem, e gostam do nosso trabalho.

Entrevista 2

Assistente Social

Qual a sua perspetiva relativamente à flexibilidade possível do projeto, face às necessidades adaptativas à realidade local?

De facto, houve uma adaptação à realidade local, isto porque trabalhamos muito com as IPSS, com as JF, ou seja, houve um trabalho muito articulado, e daí ser possível haver uma adaptação face à realidade social do concelho.

Relativamente aos indicadores de resultados que vos foram apresentados pelo Portugal 2020, qual é que é a sua perspetiva?

Em primeiro lugar, a nível do Portugal 2020, os indicadores são através da inserção de participantes em MAE. Esses indicadores foram feitos com base no diagnóstico social e no plano de ação e desenvolvimento social, já desenvolvido pelo município.

Ao nível do território, qual é que é a sua perspetiva face à situação social do município antes da atuação do CLDS 3G?

O município já desempenhava esta função, por tanto, já existia um gabinete de ação social. O nosso trabalho veio apenas reforçar aquilo que já existia.

Qual a sua perspetiva face aos resultados atingidos até ao momento/ sobre a situação do território face à pobreza e exclusão social?

Pobreza e exclusão social não poderemos dizer que exista, tendo em conta a cobertura a nível de IPSS, que é a nível concelhio, uma vez que a maior parte das freguesias tem já IPSS. Aquela que nós não conseguiríamos possivelmente atingir, será a dita “pobreza envergonhada”, que é um bocadinho mais difícil de lá chegar, por tanto passará por aí.

Após o término do projeto, como pensa que ficará a situação de pobreza e exclusão social do território?

Eu penso que, é assim... continua a ser um esforço das IPSS e do Município, elas já existiam, por isso vai ser uma continuação.

No seu trabalho enquanto Assistente Social, quais foram os principais desafios e mais-valias que encontrou neste campo profissional?

Ao nível dos desafios, foi, de facto, abranger aquela comunidade que não estava a ser apoiada pelas IPSS, e que por vezes tinha uma ideia diferente da própria IPSS, uma ideia negativa, e que passou a ter uma ideia diferente, e até que acha que um dia pode a vir usufruir do apoio da IPSS.

Então facilitou a ligação da população com as IPSS?

Exato, e mesmo o reforço das atividades das próprias Associações, que era aquela parte da comunidade que não estava a ser apoiada nem abrangida por qualquer resposta.

Ao nível das mais-valias, destaca-se a forte rede social que já existia, e que facilitou o trabalho.

Coordenador/a:

Qual a sua perspetiva face aos indicadores de resultados apresentados pelo Portugal 2020?

Os indicadores de resultados, eles foram definidos em sede própria, por tanto, pelo CLAS e pelo próprio grupo de trabalho – o Núcleo Executivo; portanto, estes foram definidos *à priori*, não houve assim muita intervenção da nossa parte. De qualquer das formas, depois uma opinião pessoal ao longo do trabalho, foi que eles são um pouco redutores naquilo que é o meu entendimento da inserção no mundo do trabalho, porque há aqui todo um conjunto de trabalho que vai ser depois avaliado apenas com base nas pessoas que estão inseridas em MAE ou Formação Profissional, esquecendo-se e não se valorizando, aquilo que para nós enquanto técnicos do âmbito social seria o mais importante, que são os contratos de trabalho. Talvez isso também nos queira dizer que isto é um projeto para aquele grupo de pessoas assim mais vulneráveis, e que também não é fácil inseri-las, de qualquer forma, nós enquanto técnicos, e que já temos alguma experiência também nesta área, achamos que isso seria o mais importante.

No seu entender, qual a importância dos fundos comunitários para o trabalho da entidade coordenadora na inclusão de pessoas em situação de pobreza e exclusão social?

Os fundos comunitários são sempre bem-vindos, não é? E são sempre importantes, por isso aí não lhes podemos tirar essa importância! [risos] De qualquer forma, aqui, eu penso que sem dúvida vieram ajudar, digamos que foi uma “almofada” em termos financeiros para ajudar as entidades a sensibilizar e continuar o trabalho que eles já têm vindo a desenvolver. Também é meu entender que isto não é grande novidade em si, de qualquer forma foi um reforço, foi uma ajuda para que esse trabalho continue, e para que haja ali uma maior abertura financeira, nomeadamente no pagamento aos técnicos.

Quais foram os principais desafios e oportunidades para o cumprimento dos objetivos dos Eixos 1 e 2?

Mais uma vez, aqui, salientamos que nada disto era novidade. Talvez fosse novidade a forma como apareceu, de qualquer forma, a população já teria um pouco desta resposta.

Isso vê-se também pelo Eixo 1, onde a maioria das nossas atividades não são financiadas, por tanto, eram respostas que, no terreno, já aconteciam, nomeadamente pelo GIP do IEF, que funciona na autarquia, e pela Associação Empresarial, por tanto, em relação a isso não é grande novidade. A nossa atuação talvez seja mais visível no Eixo 2, nomeadamente nos grupos da comunidade, nomeadamente com aquela população que não está ativa em termos do mercado de trabalho, população que se calhar nós consideramo-la como estando em risco de exclusão social, mas também aqui acho que no nosso concelho acho que esse termo não se adequa muito bem, porque só estarão em risco se assim o entenderem, porque há uma boa cobertura em termos do social, por isso julgo que... aqui se isso acontecer julgo que tem a ver mais com constrangimentos pessoais que as próprias pessoas têm em relação às instituições. Mas quer dizer, a partir do momento em que existem JF a atuar, a partir do momento em que existem IPSS a atuar, a partir do momento em que existem a Autarquia, de âmbito concelhio, a atuar, o nosso trabalho, mais uma vez, vem reforçar e penso que não... não falaria aqui em risco de exclusão social. De qualquer forma, isto voltando àquilo que eu estava a dizer, a nossa intervenção (e penso que é isso que, um bocadinho, nos envaidece, que nos deixa satisfeitos enquanto profissionais, foi, sem dúvida, o desenvolvimento de atividades no terreno, e em termos de oportunidades, aqui eu vejo que houve um trabalho um bocadinho feito à medida das necessidades das populações. Nós vamos para o terreno, e talvez aqui também esteja uma das maiores diferenças – enquanto antes tudo também se centrava na sede do concelho, nós fizemos questão (e o próprio programa também assim o define) de ir para o terreno, e temos grupos neste momento (abrangemos um bom grupo já em termos concelhio) de pessoas que não estão abrangidas por qualquer instituição, e que usufruem de atividades de benefício para a saúde, de atividades lúdicas, de atividades de informação, por tanto, um conjunto de atividades. Acho que aqui foi a grande oportunidade – foi levar isso, onde saliento que a flexibilidade (seja em termos de horário, seja em termos de localização) nos faz ir de encontro às necessidades da população, dando assim um trabalho mais personalizado.

Em termos de desafios, sem dúvida que é a motivação das pessoas e fazê-las participar, porque por vezes estamos a falar de atividades como aquelas que são ligadas à saúde – nós apostamos muito na atividade física e desportiva, na estimulação cognitiva – e aqui, sem dúvida, talvez por questões culturais, não sei... mas sem dúvida é o grande desafio, é fazê-las participar, acreditando que é uma mais-valia, uma vez que estamos a falar de tudo o que não implica o pagamento do que quer que seja.

E no trabalho com outras instituições, não encontraram nenhum desafio, por exemplo, no facto de vos aceitarem?

Encontrámos, isso encontramos sempre. De qualquer forma, nós fizemos questão, sempre, e fazemos, de nunca fazermos uma intervenção autónoma, digamos; foi sempre com o aval dos grandes participantes já no terreno, que foi de JF e de IPSS. Aliás, e acho que foi também uma das nossas estratégias, que penso que foi positiva: nós nunca quisemos fazer nada, nem nos podem dizer que nós fizemos o que quer que seja, sem o consentimento, personalizado, seja da IPSS, seja da JF. A nossa estratégia foi: em primeiro lugar nós reunimos com os parceiros do CLAS (para já foi, legitimado em CLAS, e daí ninguém pode estar a dizer que não conhece), e não só propusemos atividades, como propusemos estar abertos a que eles próprios sugerissem trabalho que nós pudéssemos desenvolver – que era uma equipa, que estava ali, que não havia qualquer tipo de custos, e por tanto, nós poderíamos desenvolver. E depois sim, aí passámos para o terreno. Obviamente que há sítios que não é de ânimo leve que se entra em alguns territórios. Mas não nos podemos esquecer, e foi isso também que nos motivou, que não é nossa missão, de forma alguma, tirar o trabalho que já está. Por tanto, não mexemos uma vírgula naquilo que já acontecia. Ou reforçámos, ou acrescentámos, mas não mexemos em nada, e pedindo sempre a colaboração, a participação. Há sítios onde funcionou muito bem, há sítios onde não funcionou tão bem (mas aqui o não funcionar tão bem tem a ver com a adesão dos participantes, é nisso que nós nos baseamos). E também acredito que, não sei o porquê, seja um bocadinho cultural. Resta-nos avaliar o porquê de nuns sítios termos mais do que noutros, embora tenhamos a nossa opinião pessoal. Não nos podemos esquecer que somos uma população rural, muitas das pessoas ainda recorrem ao seu quintal e aos seus terrenos para ocupar os tempos livres; talvez, em certos sítios, já percebemos que se as atividades forem ou ao fim-de-semana, ou à noite, talvez tivéssemos mais participantes, ou não, talvez... nós aqui colocamos a questão do talvez. Mas acredito que também, avaliando os sítios onde temos grupos, acredito que seja um bocadinho cultural. Acredito que, culturalmente, as pessoas não estão muito sensibilizadas para este tipo de atividades – as pessoas sempre foram habituadas à vida delas ser sempre nos campos e na agricultura, e por tanto não veem, por enquanto, uma mais-valia. Também é certo e sabido que, agora que o projeto está a acabar, que notamos que foram-lhes ganhando o

gosto. Mais uma vez, não foi em todos os sítios, mas foram-lhes ganhando o gosto pelas atividades e reconhecem nisso uma mais-valia.

Pois, muitas vezes, não sentem a necessidade de mais uma atividade, ou de mais umas pessoas estranhas ali

Há sempre essa resistência, há sempre a resistência quando chega alguém, mas foi nossa estratégia que nunca aparecemos sozinhos, por tanto, a primeira intervenção era sempre acompanhada de alguém de confiança da comunidade (fosse presidente de Junta, fosse alguém da IPSS, ou aquela pessoa que lá na comunidade teria mais carisma), mas nunca (nem podemos fazê-lo) aparecemos de forma avulsa numa localidade que ainda tem esses traços tão... tão próprios. Também aqui acho que foi interessante a revitalização que fizemos em certas associações. Abrimos locais (porque o nosso concelho, para além de ser rico em IPSS, é ainda muito mais rico em associativismo), e demos uma vidazita diferente, e é como digo, não é que tenha sido logo muito aplaudida, mas acredito que agora as pessoas, imaginando que chegamos a 31 de dezembro e isto termina, acredito que vão sentir falta.

Entrevista 3

Assistente Social

Face às necessidades da população, como considera ser a flexibilidade das vossas ações?

O plano quando é feito, é sempre feito de acordo e enquadrado na população em que estamos inseridos. Há as atividades de todos os eixos sempre enquadradas à população-alvo.

Mas quando as atividades ocorrem, nós deparamos com uma dificuldade muito grande, porque a população no nosso concelho é bastante envelhecida. Então as atividades que fazemos para a população idosa, nós conseguimos sempre bons resultados e a participação das pessoas, porque são as que estão em maior número. As atividades com os outros tipos de população, é mais difícil.

E face aos indicadores de resultados que vos foram propostos pelo PO ISE, qual é que é a sua perspetiva? Acha que refletem o sucesso da intervenção?

Essa é outra dificuldade com nos deparamos. Porque quando foi feita a candidatura, e o que foi proposto era um valor muito elevado – ou seja, porque era no papel, era feito no papel, e quando nos deparamos com a realidade, vimos que os valores foram muito elevados para o concelho em que estamos. Nós pensávamos que era muito mais fácil, se calhar, conseguir os desempregados, e agora vimos que é muito difícil. E depois, a parte do desemprego é tratada por outra instituição, que é o GIP, não há comunicação entre nós, ou seja, é difícil de conseguir chegar às pessoas. No meu caso específico, com o Eixo 2, as famílias, por mais que tentemos trabalhar em parceria com escolas, com o jardim-de-infância, tentar sempre articular com os professores, com os educadores – aqui deparamo-nos que é difícil conseguir com os pais adiram. Mesmo o diretor da escola, diz-nos mesmo que é uma dificuldade que a própria escola tem. Faz uma reunião para pais, e que aparecem muito poucos. E nós temos feito várias atividades, e tentado de todas as formas, e é difícil.

E acha que os números dos indicadores, o número de participantes reflete o sucesso da intervenção? Ou é mais no papel?

Sim. Na prática, muitas das vezes, não se consegue o que era pretendido. Ou aquilo que nós pensávamos que seria fácil de concretizar e de atingir, e depois na prática notamos que afinal não é assim tão linear e tão fácil de conseguir. Por que às vezes nós até comentamos a rir, às vezes tem mesmo que ser um “bater à porta” mesmo, e dizer “isto é muito importante para vocês, vocês são pais, é pelo bem dos vossos filhos”.

Antigamente, eu vejo no meu caso pessoal, e em 30 anos a evolução que houve. Antigamente, os meus pais faziam um acompanhamento muito certinho, assim que recebiam um recado da escola todos os pais estavam presentes. Hoje não é assim. Nós mandamos, inclusive destacáveis para os pais todos. Imprimimos, é entregue na creche, no jardim-de-infância, mesmo a divulgar uma atividade, para depois devolverem ao professor e para nós irmos lá depois buscar, e eu digo-lhe que em 180 que se entregam, 10 é que devolvem. É tudo feito no sentido de dar a conhecer, e é muito difícil.

E face aos resultados que foram atingidos até ao momento, como é que acham que é a situação de pobreza e exclusão no território?

Este é um ponto vulnerável para o nosso concelho. É um concelho muito envelhecido, a maioria das pessoas são idosas. Existem aldeias muito dispersas, em que algumas só temos duas ou três pessoas. Há situações de pobreza, estão sinalizadas pelo Departamento de Ação Social [da autarquia], que nós trabalhamos também em parceria, e fazemos visitas domiciliárias, e temos alguns projetos que vão de encontro a essas necessidades, de combater a exclusão e tentar combater a pobreza, em que fazemos um levantamento de necessidades, identificamos pessoas e problemas para depois trazermos, trabalharmos esses mesmos problemas e tentarmos equacionar uma possível solução e uma possível resposta, depois mesmo que não seja por nós, mas encaminhar para outra instituição, ou para outros técnicos competentes.

Depois do término do projeto, como é que acha que vai ficar esta situação?

A maioria destes casos, são casos que requerem um acompanhamento, ou seja, o CLDS termina: há pessoas que só têm estas visitas e este apoio porque nós criámos atividades que vão de encontro às suas necessidades. A partir do momento em que o CLDS termina, essas pessoas vão ficar sem resposta. Porque, pela parte do município, ou pela parte de outras instituições é difícil, porque o tempo é pouco, os problemas cada vez são mais, e CLDS vai, num levantamento de necessidades, tentar colmatar aquelas falhas, e

tentar chegar àqueles pontos de outras formas não é possível. Por tanto aí, as pessoas ficam desprotegidas.

E por último, quais é que foram os principais desafios e mais-valias enquanto profissional no decorrer do projeto?

A nível pessoal, foi a diversificação de trabalhar com diversas entidades, com diversos profissionais. Por que antes de estar num CLDS, a minha experiência era toda na parte de gerontologia, em lar. E aqui o CLDS abrange muito mais: vai a crianças, vai a famílias, vai a desempregados, ou seja, abrange muito. É uma área muito abrangente, dá-nos um conhecimento muito geral em relação ao que eu estava habituada a fazer, e isso sem dúvida foi uma mais-valia.

Coordenador/a:

Primeiro de tudo, qual é que é a sua perspetiva face aos indicadores apresentados pelos Portugal 2020? Eles falam maioritariamente em números de participantes, o que pensa sobre isso?

Relativamente aos indicadores... Não é uma questão muito pacífica para nós, coordenadores, não sei se os outros têm dado essa informação. E por uma simples razão: os indicadores que nós achávamos que íamos trabalhar seria o indicador de destinatários das ações, uma vez que íamos estar a trabalhar em contacto com a comunidade, e cada pessoa que aparecesse nas nossas ações, ou que fosse identificada pelas nossas ações, contaria para indicador de resultado. O que aconteceu é que depois o nosso indicador de resultado foi alterado, e a Agência para o Desenvolvimento e Coesão atribuiu-nos um novo indicador de resultado, que tem a ver com emprego. Ou seja, o CLDS é desenvolvimento social, mas tem a componente do Eixo 1, e então o nosso principal indicador de resultado vai ser o número de participantes abrangidos por MAE. Isso dificultou-nos um bocadinho o nosso trabalho, porque tivemos que direccionar as nossas ações mais para as pessoas desempregadas. Continua a ser aliciante, mas é difícil, sobretudo em territórios envelhecidos como o nosso, não temos uma grande expressão de desemprego (muito embora possa ir, se calhar, contra a ideia geral, nós temos números na ordem dos 50 desempregados, que normalmente vão sendo os mesmos – pessoas, se calhar, com uma idade já mais avançada, não tanto jovens porque no nosso território não temos muito jovens), e então acaba por ser um bocadinho difícil de trabalhar porque são pessoas que já não procuram, efetivamente, emprego. E mesmo procurando e propondo-se a vagas de emprego, já não são aceites pelas empresas.

Se me pergunta como estamos a nível de indicador – poderíamos estar melhor. Se não fosse esta condicionante poderíamos estar melhor, porque realmente temos uma comunidade que até, neste momento já nos aceita, e já gosta das atividades que nós vamos promovendo, sobretudo aquelas que combatem a solidão e o isolamento (porque no nosso território, esse é o principal problema, seguido depois pela falta de jovens). E o que acontece é que as pessoas aderem às iniciativas, mas como não cumprem o requisito para indicador de resultado, acabamos por estar aqui um bocadinho constrangidos. Estamos a tentar passar esta informação para o PO ISE, em parceria com a Segurança Social, mas quase ao fim de dois anos e meio de estarmos a trabalhar, ainda

estamos em fase de indecisão relativamente ao número que vamos apresentar como indicador.

Porque os territórios e as realidades são muito diferentes. Quem olhar de fora, é fácil de ver. Olhando para um bairro de Lisboa, qualquer bairro ou freguesia de Lisboa que escolha, é totalmente diferente de uma freguesia aqui em [local de intervenção do CLDS 3G]. Eu tenho aqui 42 localidades, muitas delas com dois casais, de pessoas que estão acima dos 60 anos. E esse é o nosso problema imediato. E a nossa equipa sente a missão de dar também esse apoio, porque são pessoas que estão completamente isoladas, e que se lhes acontece alguma coisa não têm ninguém, a não ser o padeiro que vai ao final da semana. Temos pessoas que não vêm ao médico há anos, e como é que podem vir? Não temos transportes (só um autocarro que vem de cada localidade uma vez por semana), as pessoas não podem estar a pagar a um táxi para vir ao médico, quando as reformas já são tão pequenas! São vários problemas sociais que precisam de solução. Quem nos tem ajudado muito são as associações, que temos muitas, e são o vínculo imediato com a população.

Então, neste momento, o CLDS de [local de intervenção do CLDS 3G] tem bons resultados, mas na nossa expectativa, achávamos que íamos conseguir melhor, porque não nos bastava cumprir o que nos exigiam, nós queríamos ir mais além, e não sei se será plausível mediante este indicador escolhido.

Qual é que é a sua perspetiva sobre a importância destes fundos comunitários para o trabalho da entidade coordenadora?

A nossa entidade coordenadora é uma associação provada sem fins lucrativos, não IPSS. Tem, realmente uma vertente social que não estava muito explorada, e que o CLDS veio dinamizar. Ou seja o [entidade coordenadora] teve no seu início um aspeto fundamental na parte social e no apoio à população, depois houve aqui um período em que não houve uma grande expressão ou interesse em ir por essa área, e agora com o CLDS, dinamizámos aqui o aspeto social. Tem aqui uma ligação muito forte à população através da etnografia, e parece que não, mas isso também no abre algumas portas para irmos até às pessoas. Esse, penso eu, foi um grande contributo do CLDS na entidade que ficou com a nossa alçada.

E quais é que foram os principais desafios e oportunidades para o cumprimento dos objetivos dos Eixos 1 e 2 – do emprego e da família?

Vamos lá ver, esta pergunta pode ser encarada de várias formas.

Houve um desafio claro em trabalhar o Eixo 1, com muitos obstáculos, e em parte também criados um bocadinho pela não articulação das entidades envolvidas com o CLDS. O que é que eu quero dizer com isto: quando o programa foi criado, era suposto haver uma parceria estreita com o IEF, e não me parece, pelo menos na nossa região, que seja efetiva – é mais de papel do que no terreno. E a própria Segurança Social também não se quer envolver muito nesta questão. O que nos dificultou muito, porque obviamente quem tem todos os dados de emprego é o IEF, muitos deles são públicos, mas pronto, tudo que nós temos, neste momento no Eixo 1 foi um bocadinho conseguido por nós mesmo. E enquanto andámos a conseguir dados não trabalhamos, se calhar, noutras áreas que devíamos ter trabalhado. Mas é desafiante, porque percebemos, por exemplo, que havia muita gente que não tinha habilitações, que querem trabalhar e neste momento até para um operador ali nas empresas pedem 9.º ano e 12.º muitas vezes, por tanto vemos que não temos a nossa comunidade preparada para este tipo de empregos e que não existem outros empregos. E enquanto o Fundo Social Europeu tem tantos projetos que estimulam o empreendedorismo e a inovação, isso na nossa comunidade nunca irá ter expressão, porque o que é necessário mesmo é capacitar as pessoas. Temos tentado trabalhar nessa parte, mas não tem sido fácil porque as pessoas não aderem – temos que ir por temas mais gerais, muitas vezes até mais relacionados com o Eixo 2, porque é a única forma de as pessoas irem aderindo.

O que se fez ao longo do tempo foi, e muito bem, dar formação às pessoas, mas criou-se aqui uma situação que não foi tão boa, que é o facto de as pessoas se habituarem a ter formação para nada. Realmente é isso que acontece, nós temos aqui pessoas que têm muita formação, mas não têm competência para uma vaga tão simples como para operador numa empresa, porque foram fazendo cursos mas essa escolha não foi assertiva. Porque o que é que acontece agora: estão um bocadinho cansados de fazer formação, querem um emprego, e esse emprego não surge, muitas vezes, porque não têm a capacitação necessária.

No Eixo 2 acontece uma coisa muito gira que é: temos famílias super interessadas, e basta nós lançarmos qualquer coisa que temos lá as famílias, e muito bem. E depois, temos algumas famílias às quais não conseguimos chegar. Porque na nossa região há

um bocadinho aquela ideia de que quem é responsável pela educação dos filhos, não são os pais, é a escola. E os pais demitiram-se um bocadinho da qualidade de pais, e não têm interesse, e acham que a educação dos filhos é só responsabilidade da escola. E basicamente, é esse o tipo de famílias que temos. Aquelas cujas crianças já têm mesmo o rótulo na escola de “mal-comportado”, era a essas que queríamos chegar e não conseguimos. Às vezes aparece um e ganha-se o dia, porque chegando alguém que nós andávamos a rastrear durante algum tempo é...

É uma vitória...

É, é uma vitória! Porque até pode ser um workshop, mas por pouco, às vezes que oiça, já fica alguma coisa.

No entanto, nós temos a parte de lidar com os idosos, que eu acho que no Eixo 2 corre muito bem, e eu mostrava-lhe isso em qualquer altura – se tiver bocadinho de tempo, se calhar, podemos fazer isso: acompanha a [Assistente Social responsável pelo Eixo 2], quando chega às aldeias eles adoram. Porquê? Dois dedos de conversa, gente nova, alguém novo em qualquer terra aqui no concelho é assim uma lufada de ar fresco. É uma valorização para nós, e temos pena de não conseguir fazer estas visitas mais vezes.

Temos que ver a situação: são pessoas que fizeram o nosso concelho e que agora estão ao abandono, e não podemos deixar que isto aconteça. E por outro lado, estas pessoas vão desaparecer, e o que vai ser de [local de atuação do CLDS] daqui a 20 anos? Felizmente, isto já está a começar a mudar, graças à atuação do CLDS e de outras entidades da rede, e principalmente graças a uma política de fixação de famílias jovens que o município tem vindo a desenvolver através da requalificação de imóveis. Porque não é fácil fixar pessoas aqui. Quer queiramos, quer não, quem conhece Coimbra, sabe que tem hospitais perto, tem universidades perto, tem cinemas, tem shoppings, tem desporto – várias modalidades, que se nós quisermos colocar os nossos filhos temos como o fazer. E o que temos aqui? Desporto até conseguimos ter, que se está a dinamizar um bocadinho. Temos habitação muito escassa, porque as imobiliárias deixaram de investir aqui e as construtoras também. E depois temos uma lacuna que é os serviços. Mas não é uma condicionante, são várias. Mas aos poucos temos conseguido puxar algumas famílias, que se fixam e nos fazem acreditar que, aos poucos, há aqui uma mudança.

Mas de uma forma geral, o nosso trabalho é muito bom. E não o é mais porque há uma grande parte burocrática, mas tem que haver porque trabalhamos com dinheiros

públicos e tem que haver rigor e transparência, não pode haver dúvidas, as coisas têm que ser utilizadas para os fins a que foram destinados, e é só esta burocracia que às vezes não é fácil. Tirando isso é o melhor trabalho do mundo!

Entrevista 4

Assistente Social

Primeiro de tudo, qual a sua perspetiva relativamente à flexibilidade possível do projeto, face às necessidades da população?

Apesar de nós termos um plano, em que temos atividades planeadas – o nosso projeto é assim, primeiro fazemos o orçamento e atividades, e depois nós, nos três anos (neste caso, o CLDS 3G), trabalhamos nesses três anos. E apesar de estar tudo definido, e de ser tudo “direitinho”, claro que a flexibilidade é sempre dependendo das necessidades. Só se fugir muito da rúbrica ou da atividade que nós temos assinalada, mas dentro dela nós tentamos sempre intervir dentro das necessidades das pessoas. Não é “só podemos fazer aquilo” – não, dentro da rúbrica fazemos o que conseguimos.

E face aos indicadores de resultados que vos foram apresentados pelo PO ISE, qual é que é a sua perspetiva?

Os números que nós conseguimos colocar temos tido sucesso. Há uma atividade ou outra (porque as pessoas não aparecem, ou algo mais)... Mas temos atingido os números.

E acha que os indicadores refletem o sucesso da atividade?

Sim... Isto é, por exemplo, uma atividade que nós não tivemos tanto sucesso, que foi o Workshop de Gestão Doméstica. Foram convocadas pessoas que estavam desempregadas e que tinham algumas dificuldades económicas, mas não conseguimos atingir esse número. Depois justificámos, que as pessoas não apareceram e mesmo assim foram convocadas, porque era mesmo direcionado para elas, para as podermos ajudar a “orientar” um bocadinho a vida, e percebemos que os que estavam presentes não qualquer tipo de noções, mas ao mesmo tempo não notámos interesse. Lá está, daí o resultado dessa ação, não sei se foi muito positivo, porque quem estava a receber não estava a colaborar.

Mas por exemplo, temos outra atividade, que é a Universidade Sénior, que nós é que implementámos, que o nosso indicador era de 50 participantes, e vamos no segundo ano e temos 170 participantes. E isso aí atua muito na exclusão social, no isolamento,... Temos tido um feedback mesmo muito positivo, as pessoas têm adorado, e acho que o

resultado dessa atividade está a ser muito boa na população de [local de atuação do CLDS 3G], que como em vários concelhos, é muito envelhecida, e tem sido muito bom.

Qual é que é a sua perspetiva em relação à situação social do município antes da atuação do CLDS 3G?

Já havia cá antes. Houve o primeiro em conjunto com [um município limítrofe], depois houve o CLDS +, e só este que só está cá em [local de atuação], e eu só estive neste, não nos outros. Mas de qualquer maneira, e face ao diagnóstico que foi feito pela Câmara Municipal, eu acho que esta intervenção tem sido positiva, se não também não tínhamos sido contemplados novamente com o projeto.

E as principais problemáticas do território, tem sido ...

O envelhecimento e isolamento, sem dúvida. Isto porque é [vila, sede de concelho], mas há muitas aldeias à volta, e o CLDS tem funcionado com muita descentralização, e acho que isso aproxima as pessoas, tal como a Universidade Sénior. Também temos muito a questão das demências e outras doenças do foro psicológico, e acho que aqui o Gabinete de Apoio à Família tem sido muito útil. Em parceria com a Segurança Social temos feito muito apoio domiciliário, que tem sido muito bom e temos visto melhorias ao nível da gestão doméstica e acompanhamento dos filhos. Por acaso, acho que isso tem resultado bem.

E essa questão então também está ligada com situações de pobreza?

Sim. Nós também temos o Gabinete de Emprego, que está ligo a questões de desemprego e o apoio a pessoas desempregadas. Temos workshops destinados, por exemplo, à preparação da entrevista, preparação de currículo, na parte para eliminar um bocadinho a questão da pobreza. Mas eu acho que no concelho [local de intervenção do CLDS], as pessoas – e isto é a minha perspetiva – estão muito habituadas a trabalho de terreno. No caso dos homens, muito os madeireiros, no caso das mulheres, a parte da agricultura. E os madeireiros acabam por ganhar algum dinheiro, e as mulheres fazem aquele trabalho mais doméstico, estão em casa. Costuma haver ofertas – sempre que há uma oferta entram em contacto connosco, e depois nós com os beneficiários que temos no Gabinete de Emprego, e acabamos por ser mediadores – nós vimos que as pessoas não se sujeitam a qualquer coisa. Preferem estar na zona de conforto, porque até têm

essa estabilidade porque os maridos conseguem algum dinheiro (e há muitas situações assim), do que se sujeitarem, por exemplo, a uma vaga aqui na Santa Casa em que têm que fazer horários à noite ou de ter que fazer fins-de-semana. Em relação há pobreza, é essa questão. Não há muita, há uma classe média, e uma classe baixa conformada. Neste aspeto, até há! E até há ofertas, nos cafés e tudo mais, e nós fazemos a mediação e tentamos até desconstruir esta ideia, e a pessoa até poder sair de casa e ser mais independente, mas às vezes já está intrínseco.

E depois temos os outros que acabam por “ah vou fazer uma formação e ganho um x, e estou bem e vou andando assim, até tenho um marido com um emprego estável”. Algumas pessoas é um bocadinho por aí. Mas normalmente os homens conseguem sempre dar a volta, há mais mulheres. Mas não temos uma problemática muito expressiva em relação a isso.

E tendo em conta os resultados que têm atingido até ao momento, como é que esperam que fiquem após o término do projeto?

Eu acho que no geral vai ser bom. Por exemplo, a continuidade da Universidade Sénior, criada e implementada pelo CLDS, e que depois do término do CLDS vai continuar. Por isso foi uma coisa implementada pelo CLDS e que tem resultados muito bons aqui na população. Também implementámos a [incentivo ao empreendedorismo e valorização da gastronomia], que pode não ter muito a ver, mas que pode ter influência na questão da pobreza e no desenvolvimento da economia local. Temos várias produtoras, e com isso e a divulgação do produto regional, essas produtoras têm vindo a vender mais e a conseguir mais dinheiro. Também os restaurantes aqui locais que têm essa receita também têm tido mais visitantes a querer provar. E por exemplo, esta também foi uma atividade que foi implementada por nós e que vai continuar após o término do projeto.

Já em relação ao Gabinete da Família, também temos famílias que acompanhámos que conseguimos que ficassem orientadas, até mesmo na educação dos filhos, na higiene da casa e no próprio dia-a-dia dos filhos – o ensinar a estudar. Tivemos uma família mais complicada, mas de um modo geral, e agora até estamos a acompanhar outra que até está a conseguir e aceita, e acho que está a conseguir ter “regra”. Por isso acho que tudo são resultados que ficam.

E por último, que desafios e mais-valias é que encontrou na sua profissão, aqui no CLDS?

Acho que trabalhar em equipa é espetacular. Somos de áreas diferentes – nós somos três, temos três eixos e temos várias atividades nesses três eixos – e acho que isso é bom, porque não se torna um trabalho monótono, estamos sempre a fazer coisas diferentes. Temos muito a parte de dinamização de atividades, e eventos como o Dia da Criança (essa também é uma atividade que nós temos com muito sucesso), a Feira de Saúde e Bem-Estar, a Feira de Emprego, e tem tido muito sucesso, porque as pessoas vêm, e convidamos várias empresas. Acho que também dá para mostrar e dar a conhecer [local de intervenção do CLDS], e para as pessoas poderem vir e entregar os currículos. São desafios, mas eu gosto, estamos sempre a fazer coisas diferentes. Nunca é todos os dias, todas as horas, todos os meses, sempre aquela coisa de fazermos – atendimentos e intervenção, atendimentos e intervenção, e a intervenção é feita toda linear. Não, há sempre atividades diferentes, há sempre coisas diferentes. Até com a Universidade: nós programamos. Agora estamos a programar a festa de final de ano, com uma demonstração de teatro, dança, música, temos o jantar de gala de final de ano. E outras atividades que podem estar um bocadinho fora do serviço social, mas como trabalhamos em equipa, acabamos por fazer um bocadinho todas. O trabalho em equipa é bom, e assim conseguimos fazer melhor e ter melhores resultados.

Coordenador/a:

Em primeiro de tudo, qual a sua perspectiva face aos indicadores de resultados apresentados pelo Portugal 2020?

Na altura, a plataforma [de candidatura] fez um cálculo um bocadinho exagerado, nós não nos tínhamos apercebido que aquilo era mutável, por tanto, que conseguíamos alterar o valor, e por tanto, aquilo seguiu com valores exorbitantes. E nós não tínhamos a informação que depois tinha que ser preenchida uma ficha de participante por cada pessoa. Entretanto eles foram alterados, e os valores que nos foram propostos foram 230, (ou qualquer coisa assim, agora não tenho de memória qual é que é o valor), e para nós, tendo em conta as nossas atividades, acho que não é difícil nós conseguirmos atingir os valores que nos são propostos. É um bocadinho aborrecido, porque temos que estar a pedir às pessoas determinados tipos de dados e de informações que são pessoais, e às vezes as pessoas, só porque participaram numa atividade do CLDS, não acham que nós tenhamos esse direito a ter esse tipo de informação, muito mais agora com a questão da nova lei de Proteção de Dados. Mas pronto, também estamos a tentar gerir essa situação, porque não sabemos como é que vamos ultrapassar, ou fazer face a essa nova lei.

E pensa que os números que têm refletem o sucesso do projeto?

Não necessariamente. Eu acho que o projeto tem a ver mais qualitativamente do que quantitativamente. Nós podemos ter, se calhar, 40 pessoas que usufruíram de uma atividade como deve de ser, ou ter 100 pessoas que estiveram presentes não usufruíram, por tanto, eu acho que os números nem sempre são reveladores do sucesso da atividade.

E em relação à importância dos fundos comunitários, neste caso do CLDS, para o trabalho da vossa entidade coordenadora na inclusão de pessoas em situação de pobreza ou de exclusão – qual a sua perspectiva?

Sim, nesse sentido sim, porque é um dos principais objetos [da entidade coordenadora], é conseguir chegar à população mais desfavorecida. Ao nível da pertinência dos fundos em si, não de todo, porque a [entidade coordenadora] até ficará bastante prejudicada, porque os reembolsos são feitos com um delay enorme, e eles entretanto vão ter que avançar com o dinheiro. Por tanto, a nível de benefício específico para a entidade, não acredito. Mas obviamente que vai de encontro aos objetivos da instituição, e aí sim, ao

nível das situações de pobreza nós temos conseguido agir, e é uma valência que não existia na [entidade coordenadora], ou seja, o que nós fazemos não pode ser assegurado pelas outras valências. A nível financeiro e monetário, não acredito, de todo, que isto seja um benefício para a [entidade coordenadora], pelo contrário, acho que é um “peso pesado”. Por muito boa saúde financeira que a instituição tenha, estamos a falar de meio ano, às vezes, a ficar sem receber, muitas vezes mais de meio ano.

Quais foram os principais desafios e oportunidades para o cumprimento dos objetivos dos Eixos 1 e 2?

Os principais desafios é sempre conseguir chegar às pessoas. De fazer atividades que, na teoria, são enquadráveis na população, mas na prática nós temos que conseguir fazê-la chegar às pessoas e envolver as pessoas.

E oportunidades, eu acho que nós temos tido bastante sucesso, os nossos números têm sido suplantados, muito concretamente no Eixo 2, no trabalho que temos feito com as famílias e com a população mais envelhecida. Temos conseguido envolver a população, e acho que é uma necessidade que se cria. Agora na perspectiva de deixar de haver o projeto, existem uma série de necessidades que nós estamos a tentar delegar noutras instituições para que possam ter continuidade, porque acho que isso é muito importante, mas acho que fica sempre aquele vazio, porque há sempre determinadas coisas que não conseguem ser feitas pelas outras pessoas – por um lado é bom, porque quer dizer que nós marcámos e tivemos uma presença importante, mas por outro lado fica sem resposta.

Entrevista 5: Coordenador/a & Assistente Social:

Qual a sua perspectiva face aos indicadores de resultados que vos foram propostos pelo Portugal 2020?

Nós tivemos uma alteração do número de indicadores. Inicialmente (mas acho que foi comum a todos os projetos), não entendemos bem o que é que eles pretendiam com os indicadores, porque até pensamos que seria durante a vigência do projeto, e depois apercebemo-nos, mais tarde, fomos abordados por essa questão, que nos sugeriram a alteração do número de indicadores, portanto para um número muito menor, porque aquilo que vai realmente interessar é, após o projeto, termos integrados em MAE uma determinada percentagem de destinatários. Por tanto, sugeriram-nos alteração desses indicadores para um número menor, que foi de acordo com a atividade que tínhamos um maior número de pessoas, por tanto o critério foi esse (o que não acho muito bem, sinceramente).

Outra questão é que, em relação a esses indicadores, nós temos que ter 315 participantes no CLDS (não destinatários, participantes) e temos que integrar 5% em MAE. Mas só vão contar os que estão integrados nos 45 dias após a vigência do projeto, o que é injusto, porque nós integrámos durante estes 36 meses, foram integrados em algumas medidas que, por exemplo tinham a durabilidade de 1 ano, e esses já não vão contar. Não somos só nós, isto é geral, e é uma insatisfação relativamente a este critério, porque ao fim e ao cabo, poderíamos ter estado a “dormir” aqui durante quase 36 meses, ou melhor, só no último ano é que integrávamos, porque só esses é que vão contar. É muito injusto, e sei que há outras colegas e outros projetos que acham que isto é bastante injusto.

Porque nós tínhamos previstos 1500, (não na integração [em MAE], porque na integração tínhamos posto uma percentagem reduzida), mas mais a contar como destinatários ao longo das ações ao longo dos 36 meses.

E foi reduzido para 315...

Para 315. O critério deles – foi irem buscar à atividade que tinha maior número, foi esse o número que eles nos indicaram para participantes.

Em relação aos fundos comunitários, qual é que acha que é a importância destes para o trabalho e cumprimento da missão da entidade (coordenadora/executora) na inclusão de pessoas em situação de pobreza e exclusão social?

Muito mau. A nossa entidade tem feito aqui uma ginástica grande, para conseguir dar apoio às atividades do CLDS, porque os reembolsos são pagos muito tardiamente. Ou seja, não conseguimos ter reembolsos antes dos 6 meses, no nosso caso. Não sei o que é que se passa nos outros CLDS, mas nós temos tido os reembolsos pagos após 6 meses de submissão desse reembolso. Ou seja a nossa entidade (para já, são 5 técnicos, porque o número de habitantes assim o obriga), só para assegurar o pagamento aos técnicos, e depois mais as atividades, porque há atividades que não podem esperar para serem pagas – se houverem atividades com crianças, e se formos a algum lado, eu não posso dizer a esse lado “olhe só vamos pagar quando tivermos dinheiro”, não é?! Então, nesse sentido tem sido muito complicado. Já tivemos meses sem receber, e a entidade tem sido... No ano passado, praticamente, principalmente no ano passado, tivemos quase o ano todo sem receber reembolso. E aí complica tudo. Tanto na questão financeira (não sei se era isso que me estava a perguntar) da parte da entidade, sabemos que é um esforço muito grande, sabemos que há muito adiantamento de verba, e também o que pressupõe que seja uma entidade com algum suporte financeiro para ir abarcando com estas despesas, mas é quase impensável termos 9 meses, em que uma entidade consiga ter verba para ir assegurando as atividades de um CLDS. É o que eu digo, são 5 técnicos, não tem sido fácil. Tem sido muito complicado, o sistema funciona muito mal, as análises dos reembolsos são sempre muito demoradas; o que estava previsto era bimensal, e isso não é o que está a acontecer, e aí há bastantes constrangimentos – aliás, nós tivemos atividades que não foram realizadas mesmo por falta de financiamento, e isso é um grande constrangimento.

E quais é que foram os principais desafios e oportunidades para o cumprimento dos objetivos dos Eixos 1 e 2 – emprego e família?

Quando fala em oportunidades, penso que é uma mais-valia para a população do concelho – é mais um serviço, que tentamos que seja uma complementaridade àqueles que já existem – nós temos um GIP, mas acabamos por (ou tentámos) criar atividades que complementem esses serviços, nomeadamente fazemos currículos com as pessoas, estamos sempre atentos às ofertas de emprego que vão saindo e avisamo-las (também

tentamos ver quem é que terá um perfil mais adequado dentro da nossa base de dados e avisamos essas pessoas). Por tanto, tentamos fazer aquilo que os outros serviços não fazem, e acho que aqui é um sentido de oportunidade que as pessoas têm, até porque depois temos também uma localização privilegiada. Os outros serviços, um está em Figueiró dos Vinhos (que é o nosso IEF), só vêm cá uma vez por semana; depois porque o GIP também está sediado numa zona industrial, que às vezes é de difícil acesso também às pessoas e nós acabamos por estar aqui mais centrais, e aqui também temos esse sentido de oportunidade, ao fim e ao cabo, para as pessoas.

Outra oportunidade também é a parceria existente, que eu acho que também é muito importante, que por vezes, os serviços estão de “costas viradas” uns para os outros, e o CLDS acaba por fazer aqui uma articulação que também acho que é benéfica e a oportunidade de podermos trabalhar em várias áreas, acho que isso é excepcional.

Os desafios e constrangimentos ao nível das atividades foram, essencialmente, a parte financeira, porque nos limita a execução de algumas atividades, ou pelo menos limitamos a forma como gostaríamos que elas fossem executadas. Porque depois temos que arranjar alternativas: se não temos verbas para, por exemplo, atividades que preveem formadores externos, nós no ano passado não pudemos concretizar algumas delas; então o que é que nós fizemos: tivemos que tentar ter um plano B, por que a não execução também nos vai penalizar em termos de projeto. E então aqui foi também uma oportunidade que foi podermos ter o apoio de vários parceiros, nomeadamente a saúde – foi muito importante para algumas atividades que tínhamos a esse nível, e sabíamos que era muito complicado também para os técnicos de saúde nos poderem dar apoio a esse nível, como no caso de uma formação de primeiros socorros, mas conseguimos. Temos que tentar sempre arranjar sempre um plano B, porque realmente o maior constrangimento que sentimos é a parte financeira

Tendo em conta a sua atuação enquanto assistente social, qual a sua perspetiva relativamente à flexibilidade possível do projeto, tendo em conta as necessidades adaptativas à realidade local? Pensa que é possível adaptar determinadas ações às necessidades que vão encontrando? Ou que é muito rígido tendo em conta o plano de ação que foi desenvolvido?

Não! Eu acho que é bastante adaptável às necessidades que vamos encontrando, sim. E acho que é... Eu acho que os CLDS, e é esse feedback que tenho também dos outros

serviços, acabam por complementar muito aquilo que existe, mas que existe e que não consegue dar resposta. E aqui o CLDS complementa esses serviços. Mesmo ao nível do serviço social, por exemplo, o apoio familiar, ao nível dos serviços que o exercem (segurança social, câmara,...) existe sempre uma lacuna que é, por exemplo, em poder realizar as visitas domiciliárias, fazer um acompanhamento mais assíduos às famílias, e o CLDS complementa esses serviços, e acho que vai se adaptando às realidades, e às necessidades que vão aparecendo. Aqui acho que é flexível.

Temos que cumprir determinados requisitos, mas aqui no âmbito social (sem descorar que há coisas que não estão dentro das nossas competências) acabamos por conseguir fazer uma articulação com os parceiros que acabam por complementar depois essa vertente, e acho que funciona realmente bem essa parte. Claro que temos que cumprir com um plano, nomeadamente atingir um determinado número de participantes, e são exigentes nesse campo, mas depois em termos atuação e em termos de apoio, acho que aqui os projetos têm alguma flexibilidade nesse aspeto.

Qual é que é a sua perspetiva face à situação social do município antes da atuação do CLDS 3G?

Os CLDS surgem com base no Plano de Desenvolvimento Social – é com base nesse plano que são previstas algumas no âmbito do CLDS e algumas lacunas que foram identificadas, o CLDS veio na tentativa de colmatar essas lacunas. Aqui o foco principal de atuação foi no âmbito da saúde mental. Realmente, há aqui um número significativo de população com esse tipo de problemática, e não existe no concelho um apoio para esse tipo de população. Aí, foram previstas algum tipo de atividades que vão de encontro a essas problemáticas.

Depois, dentro do que está no âmbito dos CLDS, tentamos adaptar à necessidade e à realidade que está identificada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social.

Pensa questão da saúde mental pode ter alguma relação com situações de pobreza?

Algumas. Não estão associadas, mas por incrível que pareça, há aqui um número significativo de pessoas com essa problemática no concelho. Porque basta uma depressão para ser um problema psiquiátrico, mas temos várias situações que podem justificar a necessidade de criar algo, e que fique para a comunidade, e para este tipo de população. Mas não pensamos que esteja associado a situações de pobreza, porque

dentro da identificação que temos está associada a vários estratos sociais. Pode estar mais associado, e eventualmente pode ter despoletado mais esse problema, a parte das adições (como toxicod dependência, alcoolismo): pode estar associado, quando a pessoa já tem qualquer coisa que pode estar “adormecido”, e depois estas substâncias vão despoletar o problema de saúde, nomeadamente na esquizofrenia, e outras problemáticas. Aí estará associado. E temos realmente algumas pessoas que estão identificadas com essa problemática, passaram (e ainda estão a passar) por situações de adição. Mas a estratos sociais não, porque são de vários estratos sociais.

Qual a sua perspectiva face aos resultados atingidos até ao momento/ sobre a situação do território face à pobreza e exclusão social?

Os CLDS não têm uma vertente... Como por exemplo, os Projetos de Luta Contra a Pobreza podia apoiar mais diretamente uma família, nomeadamente através de obras na habitação... tinham este tipo de apoios. Os CLDS não. Nós fazemos acompanhamentos, eventualmente se há necessidade de aquisição de uma máquina de lavar roupa, de um esquentador, ou quando por vezes as pessoas não têm conhecimento de onde é que se hão de dirigir (por exemplo, a segurança social tem este tipo de apoio), fazemos encaminhamentos, atendendo ao acompanhamento que fazemos, muitas vezes, fazemos depois esses encaminhamentos e que as pessoas se calhar não tinham tanta facilidade nem conhecimento de alguns apoios que até poderão vir a beneficiar, e aí também acabamos por ser uma mais-valia. E aqui, em termos de acompanhamento familiar, há famílias que beneficiaram, até porque depois acaba por poder beneficiar de outras atividades, não com uma vertente monetária, mas é importante ter outras competências, e aí nós trabalhamos. Trabalhamos a parte da formação, mesmo quer ao nível de encaminhamento para aumentarem os seus níveis de qualificação, tudo isso. E acho que aqui é uma mais-valia para as famílias. Depois temos outros programas, por exemplo, trabalhamos famílias com crianças, que depois também vêm beneficiar dos nossos ateliers para crianças, das nossas atividades que têm a ver com as férias de verão ou pausas letivas, e tentamos dar oportunidades, até de visitar alguns locais, que eles se não fosse através destes programas, não teriam possibilidade. E acho que aqui, realmente, nós temos conseguido.

Quanto à saúde mental, é um grande desafio. É uma população difícil de trabalhar, por que hoje quer e amanhã não quer. Não tem sido fácil, e algumas atividades ocupacionais

que tínhamos previsto não estão a ir de encontro àquilo que a população com este tipo de problemática, se calhar, quer. Por isso tivemos que fazer aqui uma alteração em termos de atividades ocupacionais, porque até aqui, a orientação que tínhamos dos outros serviços que lidam com este tipo de situação é que tem que ser muito prática, a ação; não sei se é assim. Ou seja, tem que lhes despertar interesse. Até pode ser totalmente teórico, mas tem que ir de encontro ao interesse deles. Acaba por ser um público muito especial, muitos deles com competências até acima da média, muitos deles, em termos de habilitações, têm habilitações já ao nível, até, superior. Por isso é o que eu digo: às vezes não é o estarem de mãos ocupadas, não, tem mesmo que lhes despertar interesse, e às vezes é difícil ir de encontro a essas necessidades deles. Ou porque estão num momento em que não tomam a medicação e andam mais alterados, e nós não os conseguimos enquadrar aqui nas nossas atividades.

Mas depois também temos a outra parte, que é a parte do apoio familiar. E acho que aqui tem sido muito importante também. Porque os cuidadores, muitas vezes, são esquecidos, e esses são aqueles que sofrem muito com esta problemática. Nós aqui fazemos reuniões mensais com eles (reuniões não, encontros), onde é partilhada alguma experiência que ... aquilo é mesmo um grupo de auto-ajuda. Eles acabam por tentar ajudar as outras famílias que às vezes passam por problemas (porque isto às vezes há problemas muito idênticos nestes indivíduos. A doença tem fases, e às vezes há fases que as outras famílias já passaram por elas – e apoiam as outras famílias que estão a passar agora por elas. E às vezes experiências que elas vivenciaram, ou como é que fizeram, ajuda outras a entender melhor, e acaba por ser muito compensador. E também às vezes não digo que não assuste, outras famílias pensam que a doença está controlada, (e a maioria dessas pessoas são pais, por isso há aqui um sentimento muito forte), e que se assustam, mas é a realidade, e eles já sabem que podem, eventualmente, passar por situações e que, de alguma maneira, já começam a estar preparados para isso. Estas sessões são sempre realizadas com o apoio do Centro de Saúde. Com um técnico do Centro de Saúde, que também tem especialização em saúde mental, e que nos dá esse apoio aqui com essas famílias. E acho que aqui, realmente, é algo que não havia, e que estas pessoas acabam por ter mais informação, mais “como é que hão de lidar” com aquela situação, o que é que podem esperar, como é que hão de fazer para que não haja aqui uma abstinência em termos de medicação – esta orientação que é dada aos cuidadores, e que eu acho que é muito importante.

E depois de o projeto acabar, há perspectiva desse grupo continuar?

Não. Só se eles próprios autopromoverem também a continuidade desses encontros, ou o próprio Centro de Saúde, mas é difícil... Porque temos uma psicóloga que está também associada a essa dinamização do grupo, e os serviços que existem também têm lacunas a nível de técnicos, e depois acaba por haver este grande constrangimento.

E ao nível da intervenção que tem tido com a pobreza em específico?

Pois, é a mesma situação. Se eventualmente o CLDS terminar... Ainda ninguém sabe. Temos a certeza que tem só 36 meses. Estes projetos só têm 36 meses de vigência, portanto, a partir daí ... só temos esta certeza. Aqui já beneficiámos do CLDS+, depois tivemos o 3G... Temos uma esperança de que haja aqui alguma possibilidade de continuarmos, mas realmente eu não vejo perspectiva. Com cinco técnicos a dar apoio localmente não há, há muitas coisas que vão terminar.

Isto é engraçado, porque ao fim e ao cabo, o que é que nós começamos a ver: às vezes é difícil nos começarmos a implementar no local. Qualquer serviço novo, o dar a conhecer, porque é assim... Folhetos de divulgação, investir numa notícia de jornal, metermos nas redes sociais, tudo bem, só que às vezes, o que é que acontece para o nosso público-alvo: eles não veem. Alguns deles até têm tanta dificuldade na leitura, eles não vão ver. Às vezes o “boca a boca” é a melhor forma de divulgação, e às vezes o estarmos em determinadas atividades que abrangem muito público – em feiras locais, algo que nos dê alguma projeção e possibilidade de a pessoa visualizar. Porque às vezes passam aqui, está ali a placa “CLDS”, mas também não veem, não leem. E pensam assim “CLDS, mas que raio de nome é este?!”. Até para nós, às vezes, é complicado, não é um nome fácil de soletrar. Mesmo pessoas que nos conhecem têm dificuldade em soletrar. Para já, não sabem o que é “Contrato Local de Desenvolvimento Social”. “CLDS”, às vezes dizem “CDS”, ou “CeLeDéSS”, há várias coisas que depois até nos rimos com estas coisas. Mas agora, é engraçado, porque vemos, de ano para ano, que as pessoas nos conhecem mais, cada vez contam mais com a nossa colaboração, os próprios serviços da comunidade sabem que existimos, quando fazemos determinadas ações perguntam de podemos fazer com o público deles. Portanto aqui, agora que realmente conhecem a nossa intervenção, já sabem onde nós estamos, e as ações que tivemos começam a ter projeção localmente, é injusto acabar, não é? Porque agora é que

nós estamos a ser conhecidos a nível do concelho. Se calhar aqui mesmo em [vila, sede de concelho], é mais fácil nos conhecerem, porque as pessoas vão passando, vão vendo, e acabam por se aperceber. Claro que os serviços da comunidade, se forem às reuniões do CLAS também lá estamos e apresentamos as nossas atividades e apresentamos os nossos relatórios, por tanto acabam por nos ir conhecendo. Mas depois, até os próprios parceiros, começam a ver as atividades e começam a ver “ah eles fazem isto”. E quando começamos a ter realmente, não é fama, é conhecimento das nossas ações, acaba tudo. [risos] É um bocado injusto, por isto às vezes não é num ano, precisamos deste tempo de integração. Porque é muito difícil nós começarmos logo... É o que eu digo, as notícias algumas pessoas leem, outras não leem, pelo menos o público que queremos atingir. E agora que eles nos conhecem, que já estão habituados – ou porque os filhos também estão, ou porque dizem ao vizinho e o vizinho vem... aí está, porque para este público passa muito a divulgação pelo tal “boca a boca”, agora estamos numa situação mais privilegiada a esse nível, acaba.

Então para além da divulgação, quais foram outros desafios que encontrou enquanto profissional?

Este é um desafio: que as nossas ações tenham alguma projeção na comunidade, e é um desafio que vamos encontrando ao longo de todas as nossas atividades e ... são sempre desafios. Outro dos desafios é conseguirmos atuar de forma justa também, integrando a população mesmo que tem... Por que às vezes é assim: nós temos umas determinadas atividades, e essas atividades são para um determinado público, quer a nível do Eixo 1, quer a nível do Eixo 2, quer a nível do Eixo 3. E às vezes, o conseguirmos abranger efetivamente aquelas pessoas que estão dentro daquilo que contemplamos enquanto destinatários. Porque nem sempre é fácil... E depois é a tal questão: nós temos que ter um determinado número para atingir aquele objetivo, porque nós somos vistos como números.

E acha que são os números que refletem o real sucesso do projeto?

São. São. Porque nós temos que atingir aquele determinado número, se não somos penalizados.

E na comunidade?

Não. Eu acho que não é por... Estes números, aquando da candidatura nós tentámos ser justos, e já tivemos acesso também ao pedido de alterações, e eu acho que também é importante chegar a um determinado número de pessoas, que consigamos ajudar, e pessoas que efetivamente estão em situações de carência, seja a que nível. Mas às vezes não é... Um projeto pode ter sucesso se eu abranger 500 pessoas, e se não abranger as 500 ele pode ter na mesma sucesso, porque efetivamente eram aquelas que estavam mesmo a necessitar. E claro que durante estes três anos até os próprios destinatários que nós tínhamos previsto em candidatura foram alterando, porque nós tínhamos um número de desempregados que agora diminui bastante no nosso concelho, acaba por ir de encontro à conjuntura nacional – porque aí está, estão integrados em formação, e já não são considerados desempregados. Mas se calhar, já não os consigo integrar no 315 [dos indicadores], porque se eles acabarem a formação em agosto ou julho, já não contam. ‘Tá a ver? Isto é inadmissível, nós não achamos que esteja correto, porque estes anos de trabalho deviam contar... E contam, os destinatários, mas como participantes efetivos integrados em MAE ou formação, não contam se não tiverem nesse período de tempo.

Acaba também por ser um desafio realizar a ação com o número de pessoas a que nos propusemos – é sempre um desafio. Porque este público às vezes não é fácil, e eles são muito reticentes à mudança. Qualquer coisa que... Às vezes, tem que haver mudança e eles têm que estar abertos à mudança, e eles aqui acabam por ser um bocadito reticentes a essas mudanças e não é um público fácil de conseguirmos que integrem determinadas ações. Depois temos também o problema também aqui a nível local, que é a situação de transporte, mas isso também está identificado nas situações aqui no âmbito da Rede Social, que há aqui uma lacuna a nível de transporte. E o que é que nós tentamos fazer: descentralizar as ações. Tentar a maior proximidade com a população, só que é complicado, porque às vezes temos, para uma determinada ação pessoas das várias freguesias, e não é fácil estarmos a realizá-la numa freguesia, e depois? Vamos ter sempre o problema do transporte. E temos efetivamente, e compreendemos que algumas pessoas não têm mesmo possibilidade de se deslocarem para frequentarem determinadas ações, que eventualmente seriam muito benéficas e importantes para elas. Mas é um desafio constante a esse nível. Aqui temos que ter sempre em conta a boa relação com os parceiros na comunidade, para que eles nos possam ajudar nas nossas ações, e para que nós também os poderemos ajudar no que estiver ao nosso alcance – e isto também nem sempre é fácil, apesar de não termos tido grandes problemas a este nível. O único

problema foi que um dos parceiros privilegiados dos CLDS é o IEFP, e aqui não tem sido fácil trabalhar a esse nível, não pelas pessoas que estão, é pelas normas que eles têm. Porque nós temos este parceiro privilegiado. Então, se é privilegiado temos que ter protocolo assinado com eles, e achamos que há coisas que também nos deveriam enviar, ou de qualquer forma que o CLDS seja também uma mais-valia para eles. Mas depois eles têm a questão do sigilo, e que não podem... Ou porque têm as atividades deles. Na prática, esta parceria não funciona. Nós tentamos, e de acordo até com os próprios técnicos do IEFP, não quer dizer que eles não o façam, a parte da direção, que no nosso caso pertence a [sede de distrito do CLDS], considera que não vai de encontro às normas deles e não podem fazer determinados encaminhamentos. Mas isto não é a nível distrital, é a nível nacional. E se há uma parceria, tem que haver aqui qualquer mudança.

E a nível de oportunidades enquanto profissional, quais é que encontrou?

Ah bastantes! É sempre uma aprendizagem todos os dias. Para já, o poder estar a trabalhar na minha área, isso já é excelente, é logo uma oportunidade excepcional! E depois porque abrangemos várias áreas, temos atividades variadas, é um desafio constante, mas é também uma oportunidade muito grande. É o podermos trabalhar na área social, que é isso que nos move e que faz parte da nossa preparação, e que é muito bom termos essa oportunidade. E depois porque acho que estes projetos, realmente têm muito para dar à comunidade e complementam bastante os serviços existentes. É só pena serem limitados em termos de tempo, é o único senão. Porque quando realmente eles contam com o nosso apoio, nós acabamos.

APÊNDICE 3: TABELA DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS POR TEMA E CATEGORIA

Tabela 3: Análise das entrevistas por tema e categoria

Tema	Categorias	E.1	E.2	E.3	E.4	E.5
<i>Relacionar criticamente os objetivos do PO ISE e os objetivos e ações dos CLDS 3G</i>	Ações		No “Eixo 1, onde a maioria das nossas atividades não são financiadas, por tanto, eram respostas que, no terreno, já aconteciam, nomeadamente pelo GIP ⁱ do IIEFP ⁱⁱ ” “A nossa atuação talvez seja mais visível no Eixo 2, nomeadamente nos grupos da comunidade, nomeadamente com aquela população que não está ativa em termos do mercado de trabalho”	Eixo 2: “fazemos visitas domiciliárias, e temos alguns projetos que vão de encontro a essas necessidades, de combater a exclusão e tentar combater a pobreza”	“o Gabinete de Apoio à Família (...) temos feito muito apoio domiciliário, que tem sido muito bom e temos visto melhorias ao nível da gestão doméstica e acompanhamento dos filhos” “Gabinete de Emprego, que está ligo a questões de desemprego e o apoio a pessoas desempregadas”	“temos um GIP, mas acabamos por (ou tentámos) criar atividades que complementem esses serviços, nomeadamente fazemos currículos com as pessoas, estamos sempre atentos às ofertas de emprego que vão saindo e avisamo-las”
	Burocracia	“foi um desafio a falta de formação/orientação que tivemos no início. O Guia de Apoio à Execução dos CLDS só saiu meses depois de estarmos no terreno, e no início andávamos “às cegas”” “Exigem muita burocracia que não tínhamos conhecimento no início, o		“o nosso trabalho é muito bom. E não o é mais porque há uma grande parte burocrática, mas tem que haver porque trabalhamos com dinheiros públicos e tem que haver rigor e transparência, não pode haver dúvidas, as coisas	“a plataforma [de candidatura] fez um cálculo um bocadinho exagerado, nós não nos tínhamos apercebido que aquilo era mutável, por tanto (...) e por tanto, aquilo segui com valores exorbitantes. E nós não tínhamos a	“o sistema funciona muito mal, as análises dos reembolsos são sempre muito demoradas; o que estava previsto era bimensal, e isso não é o que está a acontecer, e aí há bastantes constrangimentos”

		que levou a equívocos”		têm que ser utilizadas para os fins a que foram destinados, e é só esta burocracia que às vezes não é fácil. Tirando isso é o melhor trabalho do mundo!”	informação que depois tinha que ser preenchida uma ficha de participante por cada pessoa” “temos que estar a pedir às pessoas determinados tipos de dados e de informações que são pessoais, e às vezes as pessoas, só porque participaram numa atividade do CLDS, não acham que nós tenhamos esse direito a ter esse tipo de informação”	
	Indicadores	“Para o PO ISE, o que conta são os números de indicadores” “consequimos integrar grande parte destes destinatários em MAE ⁱⁱⁱ ”	“os indicadores são através da inserção de participantes em MAE. Esses indicadores foram feitos com base no diagnóstico social e no plano de ação e desenvolvimento social” (AS ^{iv}) “estes foram definidos à priori, não houve assim muita intervenção da nossa parte.” “são um pouco redutores naquilo que é o meu entendimento	“era feito no papel, e quando nos deparamos com a realidade, vimos que os valores foram muito elevados para o concelho em que estamos.” “Sim.” – o número de participantes reflete mais o sucesso da intervenção na realidade do que no papel. (AS) “os indicadores que nós achávamos que íamos trabalhar seria o indicador de destinatários das ações (...)O que aconteceu é	“Sim [os indicadores refletem o sucesso da atividade]” [exemplo de atividade com poucos participantes] “o resultado dessa ação, não sei se foi muito positivo, porque quem estava a receber não estava a colaborar” [exemplo de atividade com muitos participantes] “Temos tido um feedback mesmo muito positivo, as pessoas têm adorado, e acho que o	“sugeriram a alteração do número de indicadores, portanto para um número muito menor, porque aquilo que vai realmente interessar é, após o projeto, termos integrados em MAE uma determinada percentagem de destinatários. (...) só vão contar os que estão integrados nos 45 dias após a vigência do projeto, o que é injusto, porque nós integrámos durante estes 36 meses, foram integrados em algumas medidas que,

			<p>da inserção no mundo do trabalho, porque há aqui todo um conjunto de trabalho que vai ser depois avaliado apenas com base nas pessoas que estão inseridas em MAE ou Formação Profissional, esquecendo-se e não se valorizando, aquilo que para nós enquanto técnicos do âmbito social seria o mais importante, que são os contratos de trabalho.”(C)^v</p>	<p>que depois o nosso indicador de resultado foi alterado e a Agência para o Desenvolvimento e Coesão atribuiu-nos um novo indicador de resultado, que tem a ver com emprego (...)o CLDS é desenvolvimento social, mas (...) o nosso principal indicador de resultado vai ser o número de participantes abrangidos por MAE. Isso dificultou-nos um bocadinho o nosso trabalho, porque tivemos que direcionar as nossas ações mais para as pessoas desempregadas.(...) é difícil, sobretudo em territórios envelhecidos como o nosso, não temos uma grande expressão de desemprego”</p> <p>“as pessoas aderem às iniciativas, mas como não cumprem o requisito para indicador de resultado, acabamos por estar aqui um bocadinho constrangidos”</p>	<p>resultado dessa atividade está a ser muito boa na população” (AS)</p> <p>“acho que não é difícil nós conseguirmos atingir os valores que nos são propostos.”</p> <p>“Eu acho que o projeto tem a ver mais qualitativamente do que quantitativamente. Nós podemos ter, se calhar, 40 pessoas que usufruíram de uma atividade como deve de ser, ou ter 100 pessoas que estiveram presentes não usufruíram, por tanto, eu acho que os números nem sempre são reveladores do sucesso da atividade.”</p> <p>(C)</p>	<p>por exemplo tinham a durabilidade de 1 ano, e esses já não vão contar.”</p> <p>“nós temos que ter um determinado número para atingir aquele objetivo, porque nós somos vistos como números.”</p> <p>“Um projeto pode ter sucesso se eu abranger 500 pessoas, e se não abranger as 500 ele pode ter na mesma sucesso, porque efetivamente eram aquelas que estavam mesmo a necessitar.”</p>
--	--	--	---	--	---	---

				“os territórios e as realidades são muito diferentes” (C)		
Fundos comunitários para o cumprimento dos objetivos da entidade coordenadora	Entidade coordenadora	“Os fundos comunitários não implicaram em nada com o trabalho da entidade – eles apenas se dedicam a Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, por isso este é o único fundo que trabalha com a pobreza, mas não com a missão direta deles”	Já desenvolviam estas atividades – o CLDS permitiu “continuar o trabalho que eles já têm vindo a desenvolver”	“é uma associação provada sem fins lucrativos, não IPSS. Tem, realmente uma vertente social que não estava muito explorada, e que o CLDS veio dinamizar”	“sim [os fundos comunitários têm sido importantes para o cumprimento dos objetivos da entidade], porque é um dos principais objetos [da entidade coordenadora], é conseguir chegar à população mais desfavorecida”	
	Desafios/ constrangimentos	“foi mais um peso a nível de trabalho e encargos financeiros do que uma ajuda”			“Ao nível da pertinência dos fundos em si, não de todo, porque a [entidade coordenadora] até ficará bastante prejudicada, porque os reembolsos são feitos com um delay enorme, e eles entretanto vão ter que avançar com o dinheiro”	“A nossa entidade tem feito aqui uma ginástica grande, para conseguir dar apoio às atividades do CLDS, porque os reembolsos são pagos muito tardiamente.”
	Oportunidades		“sem dúvida vieram ajudar, digamos que foi uma “almofada” em termos financeiros para ajudar as entidades a sensibilizar e continuar o trabalho que eles já têm vindo	“agora com o CLDS, dinamizámos aqui o aspeto social”		

<p>Capacidade de inclusão de pessoas em situação de pobreza/exclusão social dos CLDS 3G</p>	<p>Participação da população</p>	<p>“A população adulta tem muita resistência a formação/sensibilização. Aham que que não precisam, não têm capacidade de iniciativa, e por isso não vêm [às ações]. Mas apesar disto, conseguimos trazer alguns”</p>	<p>“Em termos de desafios, sem dúvida que é a motivação das pessoas e fazê-las participar” (C)</p>	<p>“é difícil de conseguir chegar às pessoas” “com o Eixo 2, as famílias, por mais que tentemos trabalhar em parceria com escolas, com o jardim-de-infância, tentar sempre articular com os professores, com os educadores – aqui deparamo-nos que é difícil conseguir com os pais adiram.” “Temos tentado trabalhar nessa parte [habilitações académicas], mas não tem sido fácil porque as pessoas não aderem” (C)”</p>	<p>“Os principais desafios é sempre conseguir chegar às pessoas. De fazer atividades que, na teoria, são enquadráveis na população, mas na prática nós temos que conseguir fazê-la chegar às pessoas e envolver as pessoas.” (C)</p>	<p>“é difícil nos começarmos a implementar no local (...)Mas agora (...) de ano para ano, que as pessoas nos conhecem mais, cada vez contam mais com a nossa colaboração” “Acaba também por ser um desafio realizar a ação com o número de pessoas a que nos propusemos – é sempre um desafio. Porque este público às vezes não é fácil, e eles são muito reticentes à mudança.”</p>
	<p>CLDS e Rede Local</p>	<p>Um dos “principais desafios, talvez os contactos com a Rede. Não sabiam o que éramos e o que poderíamos fazer, por isso não davam o valor devido a uma parceria conosco. Com o passar do tempo, isso foi ultrapassado, por isso o trabalho em rede tornou-se uma oportunidade.”</p>	<p>“o reforço das atividades das próprias Associações” (AS) “isto não é grande novidade em si, de qualquer forma foi um reforço, foi uma ajuda para que esse trabalho continue” “a primeira intervenção era sempre acompanhada de alguém de</p>	<p>“a parte do desemprego é tratada por outra instituição, que é o GIP, não há comunicação entre nós” (AS) “temos uma comunidade que até, neste momento já nos aceita, e já gosta das atividades que nós vamos promovendo, sobretudo aquelas que combatem a solidão e o isolamento” “era</p>		<p>“tentamos que seja uma complementaridade àqueles que já existem” “temos também uma localização privilegiada [em relação aos outros serviços]” “o CLDS acaba por fazer aqui uma articulação [entre as entidades da rede] que também acho que é benéfica” “os CLDS (...) acabam por complementar muito</p>

			confiança da comunidade (...), mas nunca (...) aparecemos de forma avulsa numa localidade” (C)	suposto haver uma parceria estreita com o IEFP, e não me parece, pelo menos na nossa região, que seja efetiva – é mais de papel do que no terreno. E a própria Segurança Social também não se quer envolver muito nesta questão. “ (C)		aquilo que existe, mas que existe e que não consegue dar resposta.” “os próprios serviços da comunidade sabem que existimos, quando fazemos determinadas ações perguntam de podemos fazer com o público deles.” “temos que ter sempre em conta a boa relação com os parceiros na comunidade, para que eles nos possam ajudar nas nossas ações, e para que nós também os poderemos ajudar no que estiver ao nosso alcance” “O único problema foi que um dos parceiros privilegiados dos CLDS é o IEFP, e aqui não tem sido fácil trabalhar a esse nível, não pelas pessoas que estão, é pelas normas que eles têm. (...)Na prática, esta parceria não funciona”
	Adaptabilidade	“Quando a candidatura foi feita, tentámos que o plano de atividades fosse de encontro às necessidades que tínhamos no concelho, e dentro de cada atividade	“De facto, houve uma adaptação à realidade local, isto porque trabalhamos muito com as IPSS, com as JF”	“O plano quando é feito, é sempre feito de acordo e enquadrado na população em que estamos inseridos.”	“a flexibilidade é sempre dependendo das necessidades”	“Eu acho que é bastante adaptável às necessidades que vamos encontrando, sim. (...) Claro que temos que cumprir com um plano, nomeadamente atingir um determinado

		também conseguimos adaptar o que fazemos às circunstâncias que encontramos.”				número de participantes, e são exigentes nesse campo, mas depois em termos atuação e em termos de apoio, acho que aqui os projetos têm alguma flexibilidade nesse aspecto.”
	Capacidade de intervenção nas problemáticas anteriores, e a sua relação com a situação de pobreza	<p>“Antes do CLDS havia muita falta de informação, face às oportunidades de que a população dispunha. Neste sentido, a atuação do CLDS veio enriquecer.”</p> <p>“O nosso concelho também é muito envelhecido, com aldeias muito dispersas e com uma fraca rede de transportes. Tudo isso intensifica possíveis situações de pobreza ou exclusão.”</p>	<p>“O município já desempenhava esta função, por tanto, já existia um gabinete de ação social. O nosso trabalho veio apenas reforçar aquilo que já existia.”</p>	<p>“é um ponto vulnerável para o nosso concelho. É um concelho muito envelhecido, a maioria das pessoas são idosas. Existem aldeias muito dispersas, em que algumas só temos duas ou três pessoas.” –</p> <p>Associado a situações de pobreza (AS)</p> <p>“havia muita gente que não tinha habilitações, que querem trabalhar e neste momento até para um operador ali nas empresas pedem 9.º ano e 12.º” (C)</p>	<p>“face ao diagnóstico que foi feito pela Câmara Municipal, eu acho que esta intervenção tem sido positiva”</p> <p>“temos muito a questão das demências e outras doenças do foro psicológico [ligadas a condições de pobreza]”</p> <p>“[as pessoas] estão muito habituadas a trabalho de terreno. No caso dos homens, muito os madeireiros, no caso das mulheres, a parte da agricultura. (...) as pessoas não se sujeitam a qualquer coisa. Preferem estar na zona de conforto, porque até têm essa estabilidade porque os maridos conseguem algum dinheiro (e há muitas situações</p>	<p>“o foco principal de atuação foi no âmbito da saúde mental (...)Mas não pensamos que esteja associado a situações de pobreza, porque dentro da identificação que temos está associada a vários estratos sociais.”</p>

					<p>assim), do que se sujeitarem, por exemplo, a uma vaga aqui na Santa Casa (...) Em relação há pobreza, é essa questão. Não há muita, há uma classe média, e uma classe baixa conformada”</p> <p>“normalmente os homens conseguem sempre dar a volta, há mais mulheres. Mas não temos uma problemática muito expressiva em relação a isso.”</p>	
	<p>Intervenção atual do CLDS nas situações de pobreza: principais domínios</p>	<p>Algumas pessoas “aproveitaram as oportunidades que lhes demos, principalmente em MAE.” – Domínio Económico (e indiretamente, social)</p> <p>“Antes do CLDS havia muita falta de informação, face às oportunidades de que a população dispunha. Neste sentido, a atuação do CLDS veio enriquecer.”</p> <p>“conseguimos várias vitórias no domínio institucional, trabalhámos no sentido de facilitar as</p>	<p>“Pobreza e exclusão social não poderemos dizer que exista, tendo em conta a cobertura a nível de IPSS (...) a maior parte das freguesias têm já IPSS. Aquela que nós não conseguiríamos possivelmente atingir, será a dita “pobreza envergonhada”, que é um bocadinho mais difícil de lá chegar, por tanto passará por aí.”</p> <p>Uma parte da</p>	<p>“Há situações de pobreza, estão sinalizadas pelo Departamento de Ação Social [da autarquia], que nós trabalhamos também em parceria, e fazemos visitas domiciliárias, e temos alguns projetos que vão de encontro a essas necessidades, de combater a exclusão e tentar combater a pobreza, em que fazemos um levantamento de necessidades,</p>	<p>“temos muito a questão das demências e outras doenças do foro psicológico, e acho que aqui o Gabinete de Apoio à Família tem sido muito útil. Em parceria com a Segurança Social temos feito muito apoio domiciliário, que tem sido muito bom e temos visto melhorias ao nível da gestão doméstica e acompanhamento dos filhos” – Domínio</p>	<p>“Nós fazemos acompanhamentos (...) fazemos encaminhamentos, atendendo ao acompanhamento que fazemos (...) as pessoas se calhar não tinham tanta facilidade nem conhecimento de alguns apoios que até poderão vir a beneficiar, e aí também acabamos por ser uma mais-valia” – Domínio institucional</p> <p>“não com uma vertente monetária, mas é importante ter outras</p>

		<p>relações entre a população e as várias instituições. Assim criaram-se e aproveitaram mais as oportunidades que tinham. Este foi o domínio em que a nossa atuação foi mais expressiva. “ – Domínio Institucional</p>	<p>população “tinha uma ideia diferente da própria IPSS, uma ideia negativa, e que passou a ter uma ideia diferente, e até que acha que um dia pode a vir usufruir do apoio da IPSS” – Domínio institucional</p>	<p>identificamos pessoas e problemas para depois trazermos, trabalharmos esses mesmos problemas e tentarmos equacionar uma possível solução e uma possível resposta, depois mesmo que não seja por nós, mas encaminhar para outra instituição, ou para outros técnicos competentes.” – Domínio institucional</p>	<p>simbólico “também temos o Gabinete de Emprego, que está ligo a questões de desemprego e o apoio a pessoas desempregadas. Temos workshops destinados, por exemplo, à preparação da entrevista, preparação de currículo” “sempre que há uma oferta entram em contacto connosco, e depois nós com os beneficiários que temos no Gabinete de Emprego, e acabamos por ser mediadores” “implementámos a [incentivo ao empreendedorismo e valorização da gastronomia], (...) que pode ter influência na questão da pobreza e no desenvolvimento da economia local” – Domínio económico, e indiretamente, das relações sociais</p>	<p>competências, e aí nós trabalhamos.” – Domínio simbólico “trabalhamos famílias com crianças (...) tentamos dar oportunidades, até de visitar alguns locais, que eles se não fosse através destes programas, não teriam possibilidade.” – Domínio simbólico e relações sociais</p>
	Fim do projeto	<p>“Penso que vamos conseguir manter o que</p>	<p>“continua a ser um esforço das IPSS e do</p>	<p>“A maioria destes casos, são casos que</p>	<p>“[projeto de incentivo ao empreendedorismo</p>	<p>“Temos uma esperança de que haja aqui alguma</p>

		<p>conseguimos até aqui, pelo menos na parte da pobreza.”</p> <p>“Contudo, há coisas que não vão acabar. Temos um grupo de cuidadores informais, que pelas relações que possibilita, é uma forma de ajuda a estas pessoas.” – Prejuízo para o Domínio das Relações sociais</p>	Município”	<p>requerem um acompanhamento, ou seja, o CLDS termina: há pessoas que só têm estas visitas e este apoio porque nós criamos atividades que vão de encontro às suas necessidades. A partir do momento em que o CLDS termina, essas pessoas vão ficar sem resposta. Porque, pela parte do município, ou pela parte de outras instituições é difícil, porque o tempo é pouco, os problemas cada vez são mais (...)as pessoas ficam desprotegidas”</p>	<p>e valorização da gastronomia] uma atividade que foi implementada por nós e que vai continuar após o término do projeto.”</p> <p>“em relação ao Gabinete da Família, também temos famílias que acompanhámos que conseguimos que ficassem orientadas (...) acho que tudo são resultados que ficam” (AS)</p> <p>“existem uma série de necessidades que nós estamos a tentar delegar noutras instituições para que possam ter continuidade, porque acho que isso é muito importante, mas acho que fica sempre aquele vazio (...) por um lado é bom, porque quer dizer que nós marcámos e tivemos uma presença importante, mas por outro lado fica sem resposta” (C)</p>	<p>possibilidade de continuarmos, mas realmente eu não vejo perspectiva. Com cinco técnicos a dar apoio localmente não há, há muitas coisas que vão terminar.”</p> <p>“agora que realmente conhecem a nossa intervenção, já sabem onde nós estamos, e as ações que tivemos começam a ter projeção localmente, é injusto acabar, não é? Porque agora é que nós estamos a ser conhecidos a nível do concelho”</p>
--	--	---	------------	--	--	---

	Outros desafios		“abranger aquela comunidade que não estava a ser apoiada pelas IPSS”			“conseguirmos abranger efetivamente aquelas pessoas que estão dentro daquilo que contemplamos enquanto destinatários.”
	Oportunidades enquanto profissional	Vitórias no que diz respeito ao domínio institucional; “as pessoas já nos conhecem, e gostam do nosso trabalho”	“forte rede social que já existia, e que facilitou o trabalho”	“diversificação de trabalhar com diversas entidades, com diversos profissionais”	“Acho que trabalhar em equipa é espetacular. Somos de áreas diferentes (...)e acho que isso é bom, porque não se torna um trabalho monótono, estamos sempre a fazer coisas diferentes”	“É sempre uma aprendizagem todos os dias. Para já, o poder estar a trabalhar na minha área, isso já é excelente, é logo uma oportunidade excepcional! E depois porque abrangemos várias áreas, temos atividades variadas, é um desafio constante, mas é também uma oportunidade muito grande. É o podermos trabalhar na área social, que é isso que nos move e que faz parte da nossa preparação, e que é muito bom termos essa oportunidade.”

ⁱ G.I.P.: Gabinete de Inserção Profissional

ⁱⁱ I.E.F.P: Instituto de Emprego e Formação Profissional

ⁱⁱⁱ M.A.E.: Medida Ativa de Emprego

^{iv} (A.S.): Parte da entrevista cedida pela/o Assistente Social do projeto

^v (C): Parte da entrevista cedida pela/o Coordenador/a do projeto